

**Reginâmio Bonifácio de Lima
Regineison Bonifácio de Lima
Eduardo de Araújo Carneiro**
(Orgs.)

Uma
HISTÓRIA
do **ACRE**
para **ESTUDANTES**



Edufac

Uma história do Acre para estudantes

Reginâmio Bonifácio de Lima, Regineison Bonifácio de Lima, Eduardo de Araújo Carneiro (Orgs.)

ISBN 978-65-88975-92-3 (físico)

ISBN 978-65-88975-93-0 (digital)

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac
Rod. BR364, KM04 • Distrito Industrial
69920-900 • Rio Branco • Acre – E-mail: edufac@ufac.br



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial (Consedufac)

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jäder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos

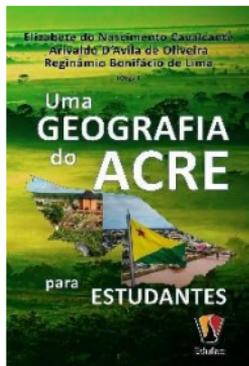
Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração

Ormifran Pessoa Cavalcante

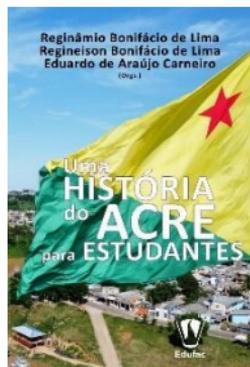
Coleção “O Acre em Recortes”



Volume I



Volume II



Volume III

Obras Publicadas:

- 1 – Uma história do Acre em retalhos (2014):
2ª impressão (2014); 3ª impressão (2016);
2ª edição (2022); 3ª edição (2025).
- 2 – Uma geografia do Acre para estudantes (2024);
2ª impressão (2025);
- 3 – Uma história do Acre para estudantes (2024);
2ª impressão (2025).



Projeto Gráfico e Capa

Reginâmio Bonifácio de Lima

Revisão de Texto:

Samara Zegarra de Freitas

Revisão Técnica:

Geórgia Pereira Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673

Uma história do Acre para estudantes / Reginâmio Bonifácio de Lima, Regineison Bonifácio de Lima, Eduardo de Araújo Carneiro (Org). Rio Branco: Edufac, 2025.
186 p. : il. – (Coleção O Acre em recortes; v.3).

Autores dos Textos e Recortes: (Alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II e 2º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação / 2023-2024).

ISBN: 978-65-88975-92-3 (livro físico)

ISBN: 978-65-88975-93-0 (digital)

1. Acre. 2. Amazônia. 3. História. IV. Título.

Bibliotecária Responsável: Tábata Nunes Tavares Bonin /
CRB 11-935

APOIO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE RIO BRANCO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO DE
CULTURA GARIBALDI BRASIL

APRESENTAÇÃO

O convite para a apresentação desta obra foi bem diferente. Trocas de mensagens e conversas tornaram-se momentos significativos para me apaixonar pela motivação com que as escritas dos autores estudantes foram concebidas. A perspectiva do protagonismo acadêmico se constituiu no elo com nossa proposta educativa, comprometida com um ensino de História que desenvolvemos para a Educação Básica, sob a qual tomamos a sala de aula como um espaço de investigação do fazer docente e discente, pautado no método ensino-pesquisa.

Assim, devo confessar: muitas foram as leituras dos textos para entrever a essência da escrita dos autores estudantes. Mas quem

são essas pessoas da escrita? Como serão apresentadas neste momento, em que o leitor quer saber também o que escreveram? Aparentemente, essas são indagações corriqueiras e de simples resposta, mas posso assegurar que foi um momento significativo da escrita desta apresentação.

Nesse sentido, eles são estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da Ufac. Foram aqueles que, após serem submetidos a um processo de ensino-aprendizagem, momento em que discutiram temáticas diversas, concordaram e discordaram de autores lidos. Entre os escritos, há elementos de continuidade e descontinuidade dos pensamentos dos autores estudados; porém, as abordagens diversas demonstram a importância do método ensino-pesquisa aplicado ao ensino de História, que possibilita o protagonismo acadêmico e constitui as linhas que bordaram este livro de estudantes para estudantes.

O “olhar” desta educadora acerca dos autores estudantes e de seus escritos passou a ser um campo de múltiplas perspectivas do conhecimento, de elaborar e reelaborar para formar outro processo interpretativo de temas

da História regional. Porquanto, as escritas cativantes de cada texto lido despertaram interesse e revelaram a interpretação que cada estudante fez do processo de ensino-aprendizagem, sobressaindo daí a inspiração para os múltiplos sentidos que este livro representa.

As reflexões sobre os textos constituíram a contextualização de diversas temporalidades. Foram momentos como se tivéssemos formado pequenos grupos de conversação e ali, os autores e eu, decidíssemos a melhor forma de apresentar esta obra.

Assim, o coletivo sobrepujou a individualidade, uma vez que as informações e os conhecimentos advindos deste livro denotam o drama como gênero histórico para apresentar as questões socioculturais e históricas que envolvem as Amazônias, suas representações territoriais e de territorialidades.

Nesta obra, Amazônia é entendida como um espaço geopolítico de entre-lugares amazônicos que evidenciam eventos e conflitos em diálogos entre os discentes-escritores, suas leituras e o contexto

pedagógico, emoldurando as formas como as tramas e dramas amazônicos são recontados.

As escritas reveladas nos temas abordam as tragédias humanas silenciadas.

Rio Branco – AC, 31 de março de 2024.

Prof^a. Dr^a. Geórgia Pereira Lima

Diretora do CFCH da Ufac

SUMÁRIO

<i>Uti possidetis iuris</i> das “terras ameríndias” antes do conceito de Acre	11
A expansão da fronteira no vale amazônico	27
O Estado Independente do Acre e a expansão da fronteira	55
O Território do Acre (sob administração federal)	77
O Estado do Acre	103
O Acre em fatos e datas	127
Trajetórias do Acre em Quadros e Esquemas Mentais	141
Referências	171
Organizadores, Autores e Colaboradores	177

E-BOOKS

Coleção “O Acre em Recortes”

Todos os **E-books** da coleção serão disponibilizados **de graça** à sociedade.

As obras poderão ser acessadas gratuitamente nos sites da Edufac e da Academia.edu.

<http://www2.ufac.br/editora/menu/livros-digitais>

<https://ufac.academia.edu/Regin%C3%A2mioBonif%C3%A1ciodeLima>

V.1 – Uma História do Acre em Retalhos

V.2 – Uma Geografia do Acre para Estudantes

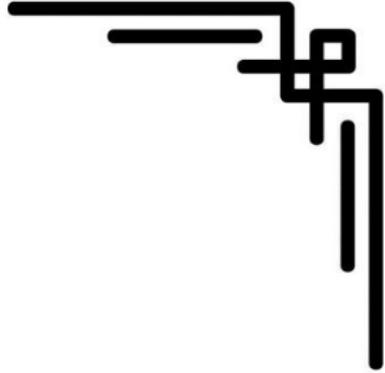
V.3 – Uma História do Acre para Estudantes

Ainda existem duas outras obras no prelo que, esperamos, façam parte da mesma coleção.

É proibida a venda dos E-books, mesmo que de forma apostilada ou impressa a partir da internet.

O acesso às obras digitais é gratuito a todos.

O livro físico será vendido pelos organizadores a preço de fábrica para manter as pesquisas.



UTI POSSIDETIS IURIS

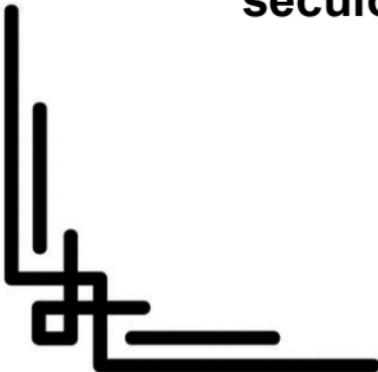
(a terra deve pertencer a quem de fato a ocupa)

DAS “TERRAS AMERÍNDIAS” ANTES DO CONCEITO DE ACRE

12.000 a.C.

ao

século XIX d.C.



AMAZÔNIA

A Amazônia gerava e ainda gera receio e admiração por ser um lugar diferente de qualquer outra região do país. Na floresta tropical de imensidão de águas e matas verdes estonteantes, tudo é superlativo: árvores gigantescas, mamíferos, peixes e répteis maiores do que em quaisquer outros lugares. O deslumbramento com a Amazônia vinha dessas ideias de fartura e abundância, acrescidas dos sonhos fomentados em várias culturas brasileiras de busca da terra sem males.

Quando se fala em “Amazônia”, a imagem evocada pela memória é de nativos pintados e emplumados, fauna exótica, densas florestas tropicais, desmatamento desenfreado, extinção da biodiversidade e mudanças climáticas. Essas imagens fragmentárias são visões da Amazônia, mas não são a Amazônia nem representam sua completude.

AS MÚLTIPLAS AMAZÔNIAS

São várias as Amazônias: o País das Amazonas, a Amazônia continental, a Amazônia Sul-americana, a Pan-Amazônia, a Grande Amazônia, a Amazônia Brasileira e outros termos são necessários para se referir à Amazônia toda e diferenciá-la da Amazônia nacional ou Amazônia Legal, que está contida em cada país que compartilha a região. A Amazônia integra territórios de oito países e um departamento francês, com uma superfície de mais de 7 milhões de km². Com um ecossistema riquíssimo e “um potencial exuberante e inigualável de recursos naturais”, a Amazônia, por seus significativos superlativos, emerge no cenário mundial como “o centro das atenções”.

A GRANDE AMAZÔNIA PRÉ-COLOMBIANA

Na Amazônia existiram dezenas de povoados, com aldeias interfluviais que abrigavam grandes populações de alguns milhares e, até, dezenas de milhares de habitantes. A população da “Grande Amazônia” Pré-Colombiana tem contagem conservadora de seis milhões de habitantes, podendo esse quantitativo ser bem maior. Entre os séculos XVI e XX havia na Amazônia não apenas uma rica diversidade de povos, mas também a coexistência de populações em povoados de cinco mil a dez mil pessoas, podendo chegar a cinquenta mil pessoas em regiões próximas.

Vários povos estiveram na Amazônia antes da chegada dos europeus. Existem registros antropológicos da presença das civilizações de Nazca (700 a.C. a 100 a.C.) e do Império dos Incas (100 a.C. a 1572 d.C.) no Vale Amazônico. Também, em mapas do “velho mundo”, há o registro da estadia de povos asiáticos, dentre os quais os chineses, em várias localidades da região amazônica.

Mapa Chinês de 1418 com descrição da Amazônia



Fonte: Biblioteca Mundial, 2023.

POVOS DE DIFERENTES CULTURAS

A Amazônia já era fartamente ocupada por povos de diferentes culturas há milhares de anos. A ideia propalada de que havia um vazio geográfico ou de que existiam apenas pequenas aldeias com agrupamentos irrisórios não apenas demonstra inépcia por parte dos governantes, mas também não encontra sustentação ante os indelévels achados sobre esses povos.

Havia várias nações habitando as terras que se estendem da Cordilheira dos Andes ao Oceano Atlântico quando os europeus chegaram nas terras que vieram a ser chamadas de América (em homenagem a Américo Vespúcio). Esses povos deixaram suas marcas permanentes na ecologia, nos costumes e na vida dos povos amazônidas.

14.000 ANOS DE POVOS NA AMAZÔNIA

Existem civilizações humanas vivendo na Amazônia há pelo menos 14.000 (quatorze mil) anos, segundo as datações feitas através do Carbono-14. Existem três principais hipóteses sobre a procedência do homem americano: 1) a asiática, em que grupos humanos, aproveitando o congelamento das águas perto das regiões polares, atravessam o Estreito de Bering rumo ao atual continente americano; 2) a Malaio-Polinésia, em que grupos asiáticos teriam migrado pelo Oceano Pacífico, através das ilhas da Malásia e da Polinésia, até aportar na América; e 3) a australiana, em que grupos humanos teriam se deslocado da Austrália e atravessado o oceano Pacífico até chegar ao continente americano. Teorias mais recentes, baseadas em estudos genéticos de ancestralidade, apontam possibilidades de novas rotas, de migração não monoglóide e até de presença de traços semelhantes aos de africanos e australianos.

OS INDÍGENAS NAS TERRAS DA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

Os primeiros habitantes da Amazônia chegaram por volta de 10.000 a.C. Em 1616, mais de 6 milhões de indígenas habitavam a região, desde antes da chegada dos portugueses.

No território do atual estado do Acre, na segunda metade do século XIX, viviam cerca de 150 mil indígenas, distribuídos em 50 etnias. Dentre outros, habitavam os seguintes povos originários: Jaminawa, Kampa, Machineri, Jaminawa-Arara, Ashaninka, Kapechene, Kanamari, Maniteneri, Bendiapa, Tucinawa, Shawãdawa, Kapanawa, Nawá, Masco, Senche, Yanavo, Shanenawa, Sipinawa, Kaxinawa (Huni Kui), Ararawa, Marinawa, Yubanawa, Puyanawa, Amahuaka, Aninawa, Contakiro, Katiana, Koto, Madijá (Kulina), Katukina, Kufigeneri, Kuntanawa, Nukini, Yaminawa, Yawanawá e Sainawa.

Eles viviam da caça, da pesca, da coleta de frutos e da agricultura, possuindo bom domínio das técnicas de cerâmica e de artesanato.

Os primeiros contatos com os brancos ocorreram com as expedições comerciais

vindas do Amazonas, que buscavam as “drogas do sertão”.

Na transição do século XIX para o século XX, durante o chamado “primeiro ciclo da borracha”, existiam, aproximadamente, 60.000 (sessenta mil) indígenas, que representavam cerca de 50 grupos étnicos vivendo nas terras da Amazônia Sul-Occidental, que vieram a ser chamadas de acreanas.

No final do século XIX, o número de povos indígenas diminuiu drasticamente: eram 14 diferentes grupos indígenas pertencentes a 11 famílias linguísticas, podendo ser aglutinados em 01 grupo não classificado e 03 troncos linguísticos: os Arara Shawanaua, Kaxinawa, Katukina do Acre, Kulina, Nukini, Poyanáwa, Yamináwa e Yawanáwa, pertencentes ao tronco linguístico “Pano”; os Ashaninka, Kaxinawá e Piro, pertencentes ao tronco linguístico “Aruak”; os Kulina pertencentes ao tronco linguístico Arawá; e os Arara do Rio Amônia, Nawa e Xinane, partícipes do grupo de “outras etnias que não foram classificadas nem em troncos, nem em famílias”.

GEOGLIFOS EM TERRAS HOJE RECONHECIDAS COMO ACREANAS

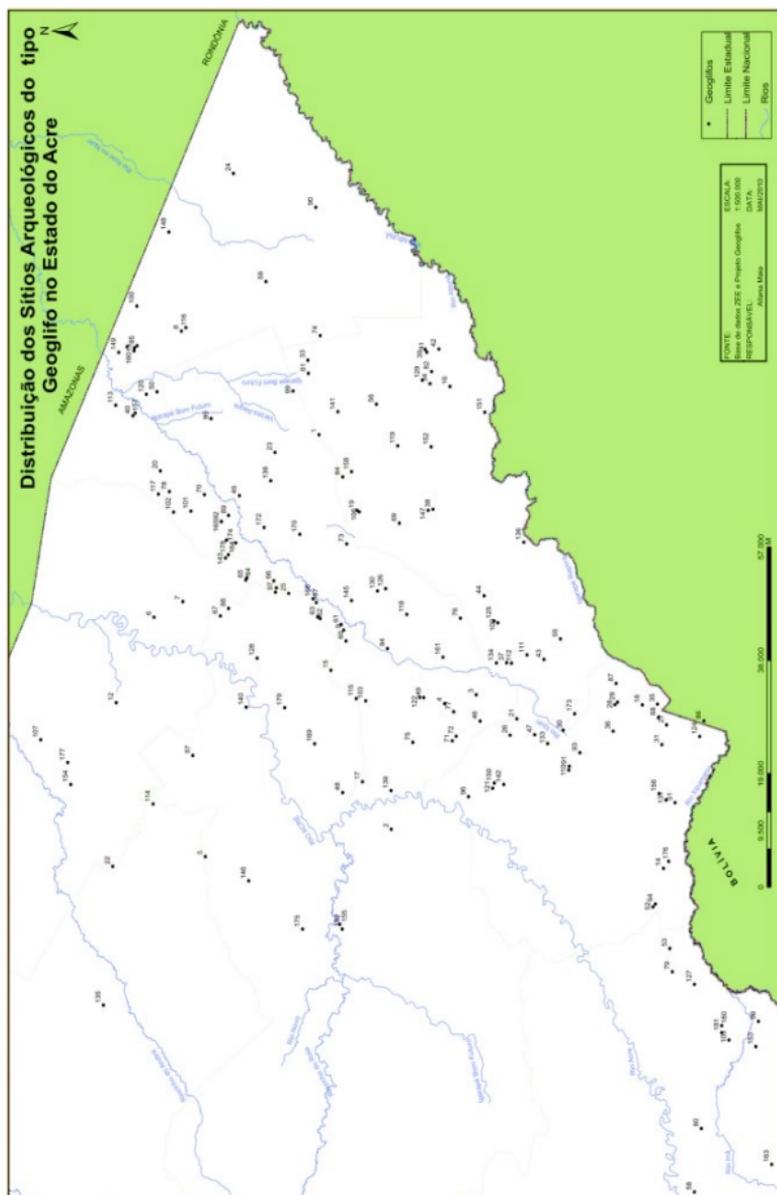
As populações ameríndias produziram “desenhos na terra” que de tão grandiosos somente puderam ser percebidos recentemente, a partir de uma escala de observação aérea. Essas estruturas, com tamanhos e formas variados, mostram a complexidade da vida em sociedades milenares estabelecidas antes da chegada do “homem branco”. São centenas de geoglifos espalhados pelo norte da Bolívia, oeste de Rondônia e, principalmente, entre os vales dos rios Abunã e Purus, localizados em territórios hoje considerados acreanos.

Esses desenhos geométricos produzidos pelas populações ameríndias são compostos por uma ou mais valas que variam entre 50 e 500 metros de extensão. Têm profundidade entre 1,5 e 04 metros, distribuídos de forma descontínua em uma área de aproximadamente 200.000 km² entre o rio Purus, no estado do Acre, o sul do Amazonas e o oeste de Rondônia, bem como na província

boliviana do Beni, nas regiões de Baures e Riberalta.

Fica claro o conhecimento que os povos indígenas detinham sobre astronomia, matemática, engenharia e outras ciências relacionadas à movimentação de terras e a modificações de espaços sociais.

Sítios Arqueológicos de Geoglifos no Acre



Fonte: Ranzi, 2021.

Geoglifo na Fazenda Paraná, no Acre



Fonte: IPHAN, 2018.

O APAGAMENTO INDÍGENA

A historiografia acreana quase sempre tratou como “marginais” os povos indígenas que ocuparam e ocupam esses espaços sociogeográficos. A presença dos nativos é, muitas vezes, considerada como obstáculo à exploração da borracha, um freio ao inevitável avanço do “Progresso” e da “Civilização”.

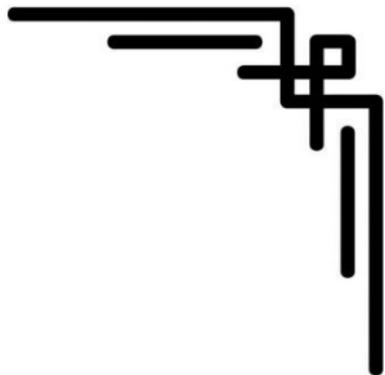
É perceptível, em várias obras, o sentimento de que os seringueiros “civilizaram” os indígenas. Assim, várias obras têm em seus conteúdos o reflexo de seus títulos: “Nos confins...”, “A fundação...”, “A Invenção...”, “A conquista...”, “A construção...”, “A questão...”, “A penetração...”, “A epopéia”, “A primeira insurreição”, “O desafio...”.

Nessas e em outras obras, é possível perceber a tentativa de demonstrar que os nativos indígenas não atuaram diretamente (ainda que como seres explorados) na “invenção do Acre”. Quando muito, apareceram como “antagonistas do progresso”, que precisavam ser combatidos para serem levados ou à “civilização” – quando passavam a ser chamados de “mansos” – ou ao “extermínio” – no caso dos chamados “brabos”, que escolhiam viver como seus ancestrais.

UWÁKÜRÜ (UAQUIRI)

O nome de origem Aruák, pelo qual os Apurinãs chamavam o rio em que se situam as terras que atualmente formam Rio Branco, tem algumas traduções: “rio dos jacarés”, “rio verde”, “rio sossegado”.

Acre, por sua vez, tem dois significados modernos: do português, significa “de sabor azedo”, “amargo”, “de cheiro forte”; do árabe, Akko, apocopação de Adkko (“terra até aqui”), significa “terra da luz”.

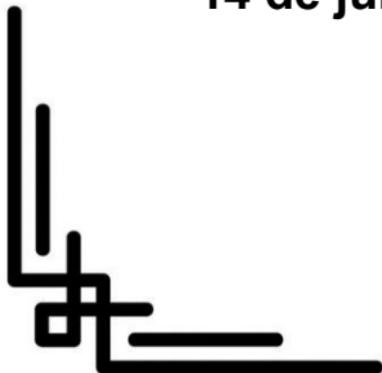


A EXPANSÃO DA FRONTEIRA NO VALE AMAZÔNICO

**Das incursões europeias no
“País das Amazonas”**

a

14 de julho de 1899



OS AMAZÔNIDAS E A BORRACHA

As populações aborígenes amazônicas têm conhecimento da existência e dos usos da borracha há séculos. Os indígenas que marginavam o golfo do México usaram-na para trocar por outros produtos, bem como para pagar tributos aos Astecas. A existência da borracha foi relatada à Europa ainda no século XVI.

Os indígenas chamavam de *Hevea* essas “árvores-de-borracha”; os homens que extraem a goma ou seiva dessas árvores a chamavam de seringueira. Existem, pelo menos, 11 espécies de *Hevea* na bacia amazônica, sendo a principal a *Hevea brasiliensis*.

A borracha teve um grande potencial exportador que influenciou diretamente a economia amazônica e a brasileira, sendo sua extração uma das principais fontes de riqueza. Em 1848, a borracha representava apenas 10,7% dos produtos exportados pelo Império Brasileiro; em 1872, já representava 71,9% das exportações imperiais brasileiras. No início do século XX, em termos de Brasil, a borracha

atingiu o segundo lugar na produção de riquezas (sobrepujada apenas pelo café). No quadro das exportações nacionais, a indústria extrativista gomífera superou a produção leiteira de Minas Gerais, a cacaueteira da Bahia e a açucareira do Nordeste.

OS VARADOUROS

Desde a colonização das terras acreanas, em alguns lugares da zona rural, ainda existem os varadouros. Eles são pequenas estradas que ligam o barracão às colocações, bem como as colocações e os seringais entre si e as sedes municipais. Através do varadouro as mercadorias eram deixadas para os seringueiros e as pelas de borracha levadas ao barracão, a sede dos seringais.

Os rios eram as estradas por onde se escoavam as produções de borracha e de mantimentos e os varadouros eram os caminhos e as trilhas, no meio da floresta, utilizados para o escoamento do látex e a interligação das localidades.

O VAPOR E O RIO

A demanda para a exploração da borracha existia desde 1839, mas somente foi suprida com a grande seca do Nordeste em 1877. Em 23 de setembro de 1898, o governo brasileiro reconhecia a área sob litígio (Amazônia Sul-Occidental) como boliviana.

Em 1852, as terras banhadas pelo rio Acre foram incorporadas à Província do Amazonas, como parte da Província do Rio Negro. Na intenção de encontrar especiarias – também denominadas “drogas do sertão” – para comercializar, várias expedições foram realizadas na “região acreana”: a de João Rodrigues de Cameté, a de Serafim Salgado, a de Manuel Urbano da Encarnação, a de João de Cunha Correia e a de William Chandless. Com o término das expedições, a Amazônia estava aberta para a exploração.

Com a introdução de barcos a vapor, em 1853, e a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, a comercialização da borracha aumentou consideravelmente. A Europa estava vivenciando o início da Revolução Industrial e

o mundo em industrialização estava querendo usufruir as riquezas da Amazônia. Várias estratégias garantiram o vale amazônico, dentre elas, a assinatura do Tratado de Ayacucho, em 23 de março de 1867.

Casa Comercial Neutel Maia (2° Distrito), 1882.



Fonte: Álbum do Rio Acre, [1907] 2021.

HENRY WICKHAM E A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA GOMÍFERA INGLESA

Em 1876, foi realizada uma grande operação de contrabando de sementes de seringueiras brasileiras. Henry Alexander Wickman, no dia 29 de maio de 1876, a bordo do navio Amazonas, saiu de Belém levando 70.000 sementes da *Hevea brasiliensis*, que foram colhidas em Santarém e levadas para o Jardim Botânico Kew Gardens, em Londres. Dessas, apenas 2.397 germinaram.

Depois de germinadas, as pequenas plantas foram expedidas de Kew Gardens, em agosto de 1876, para o Ceilão, e distribuídas para os Jardins Botânicos de Peradenya e Heneratgoda para aclimatação. No ano seguinte, foi realizada a sementeira em Cingapura. De lá, foram levadas para Perak, no norte da Península, e para os Estados Federados Malaio e Malaca, em 1895.

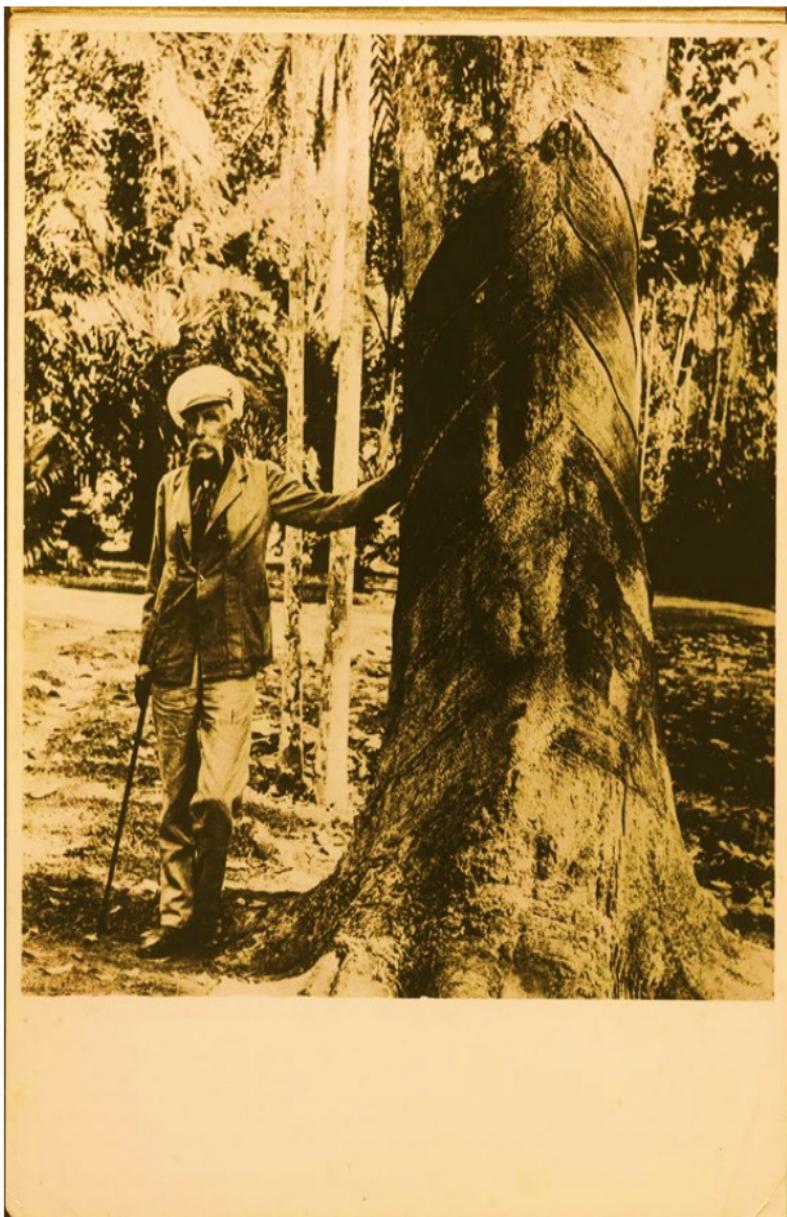
Existem várias diferenças na coleta do látex na região amazônica e das plantações asiáticas. Na Ásia, as árvores foram plantadas em aglomerados enfileirados, o que facilitava a colheita, enquanto na floresta amazônica o acesso até as árvores nativas dependia

também das condições do clima, das cheias dos rios e dos locais onde essas plantas estavam localizadas.

A principal diferença entre a borracha asiática e a amazônica se dava no custo de produção e aplicação científica empregados na sua plantação. A goma silvestre amazônica era extraída de modo rudimentar, com as árvores nativas espalhadas pela floresta ou, ainda, com média de 1,5 pés por hectare em exploração. Já na produção da heveicultura oriental, a densidade era de 200 pés, em média, por hectare.

O sucesso da introdução de sementes nativas da Amazônia em outros países fez com que a produção de látex, muito mais especializada e racionalizada do que no Brasil, atingisse patamares muito expressivos na Ásia. Em pouco tempo, as colônias inglesas da região transformaram-se nos principais exportadores da matéria-prima.

Henry Wickman e a *Hevea Brasiliensis*



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, [1975] 2022.

O INTERESSE DAS NAÇÕES NAS TERRAS E RIQUEZAS DA AMAZÔNIA

Com a procura do mercado internacional pelo látex e seus derivados, vários seringais foram estabelecidos nas terras amazônicas. A Amazônia Sul-Occidental foi um dos lugares em que grande número de árvores gomíferas foram encontradas.

Nessas terras já existiam populações aborígenes, também chamadas de índios (ou de indígenas).

Na partilha de Tordesilhas, em 1494, a região do que viria a ser o Acre pertencia à Espanha. Com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, a posse desse território foi reafirmada para os espanhóis.

Várias expedições e incursões foram direcionadas às terras da Amazônia Sul-Occidental, algumas delas adentrando os territórios do Peru e da Bolívia.

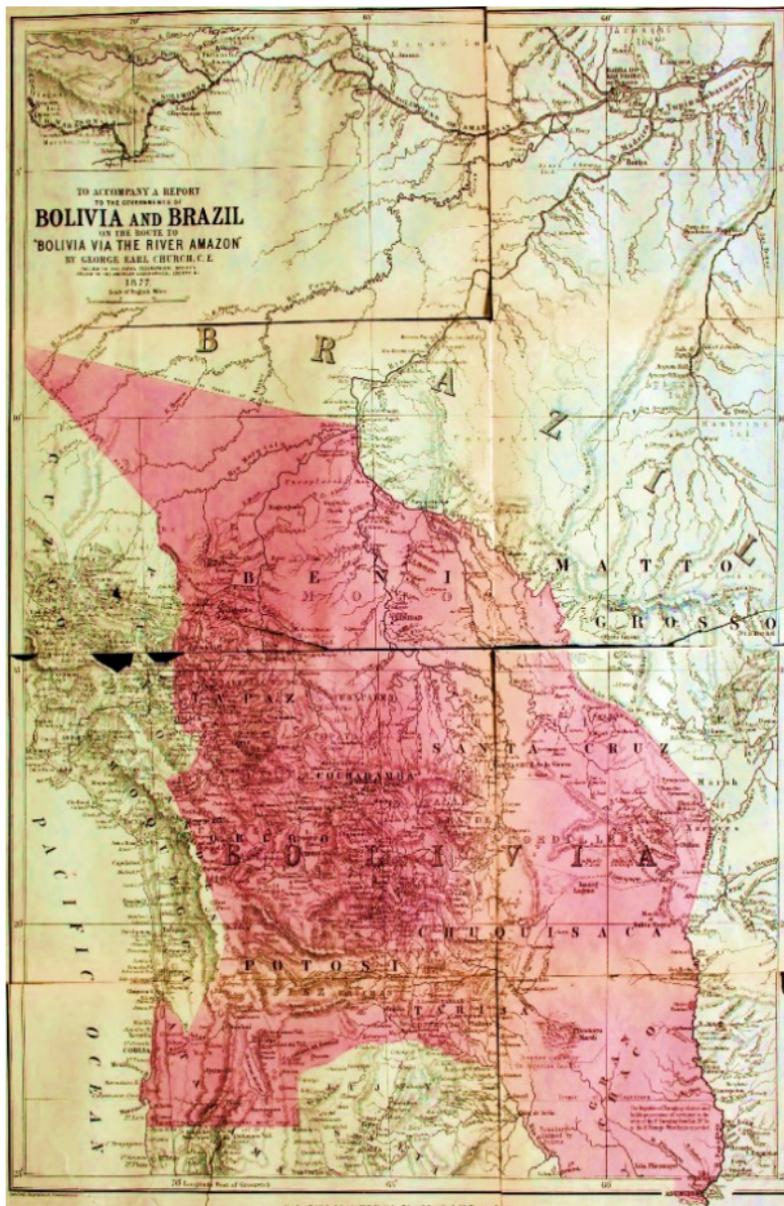
Existem relatos de que, a partir dos anos de 1860, ocorreu uma emigração de brasileiros para a região, em busca de explorar o látex da seringueira e o caucho.

Com o “Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação”, assinado por representantes de Brasil e Bolívia, no dia 27 de março de 1867, em La Paz de Ayacucho, ficou estabelecido que a região do atual estado do Acre pertencia à Bolívia.

Em 1895 foi criada uma comissão mista, Brasil e Bolívia, para demarcar a fronteira entre os dois países. Outras duas comissões demarcatórias foram organizadas em 1897 e 1901.

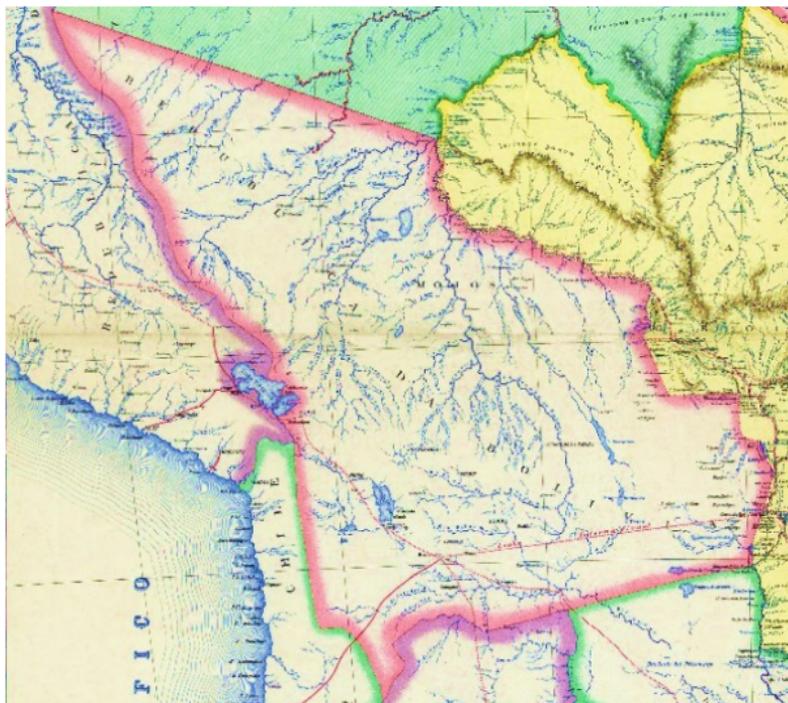
Por volta de 1880, já existiam cerca de 60 mil imigrantes brasileiros no Acre, vindos de muitas partes do Brasil, especialmente do Nordeste.

Mapa de Brasil (Rondônia) e Bolívia em 1877



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, [1877] 2024.

Mapa da Bolívia em 1892



Fonte: Carta da República dos Estados Unidos do Brasil, [1892] 2024.

Mapa dos Estados Unidos do Brasil em 1892



Fonte: Carta da República dos Estados Unidos do Brasil, [1892] 2024.

CIDADE DO ACRE (PORTO ACRE)

Puerto Alonso, Puerto Acre, Cidade do Acre e Porto Acre são alguns dos nomes dados a essa localidade que fica à margem do rio Acre. Sua proximidade com as marcações cartográficas que delimitavam a linha Cunha Gomes fez com que as autoridades se interessassem por essa localidade.

Puerto Alonso foi construída pelo governo boliviano para ser a unidade aduaneira e de fiscalização de entrepostos comerciais aviados ao rio Acre, sendo localizada próxima à sede do Seringal Caquetá.

Ao proclamar o Estado Independente do Acre, Luis Gálvez estabeleceu a sede provisória na “Cidade do Acre”, terras do seringal Caquetá, mesmas terras em que a delegação boliviana havia fundado o povoado de Puerto Alonso. A Cidade do Acre passou, então, a ser chamada de Porto Acre.

Com a retirada de Gálvez, os bolivianos passaram a chamá-la de Puerto Acre. Mais tarde, com o tratado de Petrópolis, ficou conhecida como Porto Acre.

RIO BRANCO

Rio Branco teve vários marcos temporais e a interpretação de quando esses se deram leva a grandes debates. Sua criação está ligada a vários acontecimentos ocorridos nas terras que ficam às margens do rio Acre.

Em 1882, à margem esquerda do Rio Acre, por iniciativa do cearense Neutel Newton Maia, foi fundado o Seringal Empreza, em terras oficialmente pertencentes à Bolívia. Dezenas de outros seringais também foram criados nessa época.

Durante o conflito entre brasileiros e as tropas bolivianas, em 1903, a localidade foi escolhida pelo General Olímpio da Silveira para ser a sede do Governo Setentrional do Acre e da Divisão do Exército Brasileiro. Em 22 de agosto de 1904, foi elevada à categoria de vila com o nome de “Volta da Empreza”, cuja sede situava-se à margem direita do Rio Acre.

Através do Decreto Federal n.º 5.188, de 07 de abril de 1904, foram divididos os departamentos, e em 07 de setembro de 1904

a vila tornou-se a sede provisória do Departamento do Alto Acre.

De 1903 a 1912 o nome da localidade oscilou de Penápolis (em homenagem ao presidente Afonso Pena) a Rio Branco (em homenagem ao Barão de Rio Branco). O Decreto Federal n.º 9.831, de 23 de outubro de 1912, dá fim à questão ao elevar a localidade à categoria de cidade e nominar Rio Branco como sede do Departamento do Alto Acre.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA DE RIO BRANCO

As terras que atualmente compõem Rio Branco foram elevadas à categoria de vila, com a denominação de Volta da Empresa, pelo Decreto do Prefeito n.º 3, de 22/08/1904; e elevada à condição de cidade e sede municipal, com a denominação de Rio Branco, pelo Decreto do Prefeito n.º 7, de 07/09/1904. Foi elevada à categoria de sede com a denominação de Rio Branco, pelo Decreto Federal n.º 5.188, de 07/04/1904, sendo

constituída por 3 distritos (Rio Branco, Capatará e Riozinho) e instalada em 18/08/1904.

Pela Resolução n.º 9, de 13/05/1909, deixou de ser sede do município transferido para vila de Penápolis.

Pelo Decreto Federal n.º 9.831, de 23/10/1912, voltou à condição de sede do município com a denominação de Rio Branco, instalada em 15/02/1913.

O Decreto Federal n.º 14.383, de 01/10/1929, manteve o município com a mesma denominação e elevou a sede à categoria de capital do território.

Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, o município aparece constituído de 15 distritos: Rio Branco, Antimari, Campo Belos, Capatará, Catuaba, Deposito do Inquiri, Humaitá, Itu, Marechal Deodoro, Niterói, Plácido de Casto, Porto Acre, São Francisco do Riozinho, Triunfo e Vila Rica.

CRUZEIRO DO SUL

A área que atualmente corresponde ao município de Cruzeiro do Sul era habitada por vários povos indígenas. Os Nauas eram a tribo predominante que se estendia ao longo das margens do rio Juruá, multiplicando-se em aldeias e controlando a região do rio e da floresta, desde a cidade de Cruzeiro do Sul até o final do extenso Estirão. Eles eram os principais dominantes que residiam às margens do rio Juruá.

O começo das viagens para o Juruá ocorreu em 1857. Diversas expedições foram feitas, contribuindo para o povoamento da área. Surgiam os seringais, devido à chegada de migrantes nordestinos que, devido às secas, deixaram os sertões entre 1877 e 1879. O seringal conhecido como Centro Brasileiro começou a ser explorado por volta de 1890, atraindo um grande contingente de brasileiros.

No ano de 1896, os primeiros exploradores de caucho, provenientes do Peru, começaram a chegar. Em 1902, o representante peruano Carlos Casquez Guadra oficializou sua presença na foz do rio

Amônia, iniciando uma série de confrontos entre brasileiros e peruanos.

No dia 25 de fevereiro de 1904, a Lei n.º 1.181 foi promulgada, organizando o território do Acre em três divisões administrativas: Departamento do Alto Acre, Departamento do Alto Purus e Departamento do Alto Juruá.

A área do Alto Juruá abrangia os territórios de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, com um prefeito designado pelo Presidente da República responsável por sua administração. O Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo foi o primeiro prefeito do Alto Juruá, estabelecendo a sede provisória em Cruzeiro do Sul, próximo à foz do Rio Moa, por meio do Decreto de 12 de setembro de 1904. Seguindo o Decreto n.º 08 de 28 de setembro de 1904, mudou a sede para o Seringal Centro Brasileiro, que ficava às margens do Rio Juruá e fora adquirido pelo Governo Federal mediante compra das terras do antigo proprietário, Antônio Marques de Menezes (Pernambuco).

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA DE CRUZEIRO DO SUL

Elevado à categoria de vila com o nome de Cruzeiro do Sul (antigo povoado de Centro Brasileiro), por meio do Decreto do Prefeito n.º 8, datado de 28/09/1904, com sede no antigo Departamento do Alto Juruá - estabelecido pelo Decreto Federal n.º 5.188, de 07/04/1904. A instalação ocorreu em 12/09/1904. Mais tarde, foi elevado à categoria de cidade, com o nome de Cruzeiro do Sul, conforme o Decreto do Prefeito n.º 34, de 31/05/1906.

HIBRIDIZAÇÃO E MISTIÇAGEM, “A MISCIGENAÇÃO ACREANA”

A visão que se tinha da Amazônia e do Acre, até meados do século XX, era de apenas “uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se sem limites”.

Além das populações provenientes dos estados brasileiros, vários grupos étnicos migraram para a Amazônia que atualmente se chama de acreana: bolivianos, peruanos, judeus, ciganos, japoneses, sírios, libaneses, sudaneses, haitianos, dentre outros.

Também outros grupos se territorializaram e seus descendentes ainda se territorializam nos espaços geoculturais com suas andanças desejadas e indesejadas: são militares em serviço, escravos fugidos, ex-escravos, escravizados tornados livres, capoeiristas, apenados, prostitutas, povos indígenas (muitos em correrias e deslocamentos impositivos), entre outros que transitam diaspóricamente desde há muito tempo pelas terras que se tornaram acreanas.

Lancha "Presidente Frías" Los soldados-constructores de Puerto Alonso – 03/01/1899



Fonte: Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia, [1900] 2023.

AFINAL, O ACRE ERA DE QUEM?

Essa pergunta parece ser tola e ter uma resposta meio óbvia, entretanto, percebemos que existiam três países em busca de reivindicar o tão rico território acreano. Afinal, quem realmente estava certo: Brasil, Peru ou Bolívia?

Juntando todos os tratados internacionais, havia uma resposta negativa em relação ao Brasil. Entre os tratados estão: A Bula Papal Intercoetera (1493), Tratado de Tordesilhas (1494), Tratado de Madrid (1750), Tratado de El Porto (1791), Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Tratado de Badajós (1801). Até mesmo o governo imperial brasileiro, com o Tratado de Ayacucho (1867), confirmava a soberania boliviana e, por muitas vezes, os republicanos também.

Em 06 de agosto de 1825, a Bolívia conquistou sua independência, mas sem consenso aos limites fronteiriços com o Peru.

O Peru reivindicava todo o vale do Amazonas e dizia que todo o território a leste do meridiano da nascente do Javari o pertencia. Na chamada “Revolução Acreana”. era para o Brasil negociar o Acre com o Peru e

não com a Bolívia. A Bolívia considerava o Acre como “terras não descobertas” e estava mais preocupada com a guerra contra o Chile.

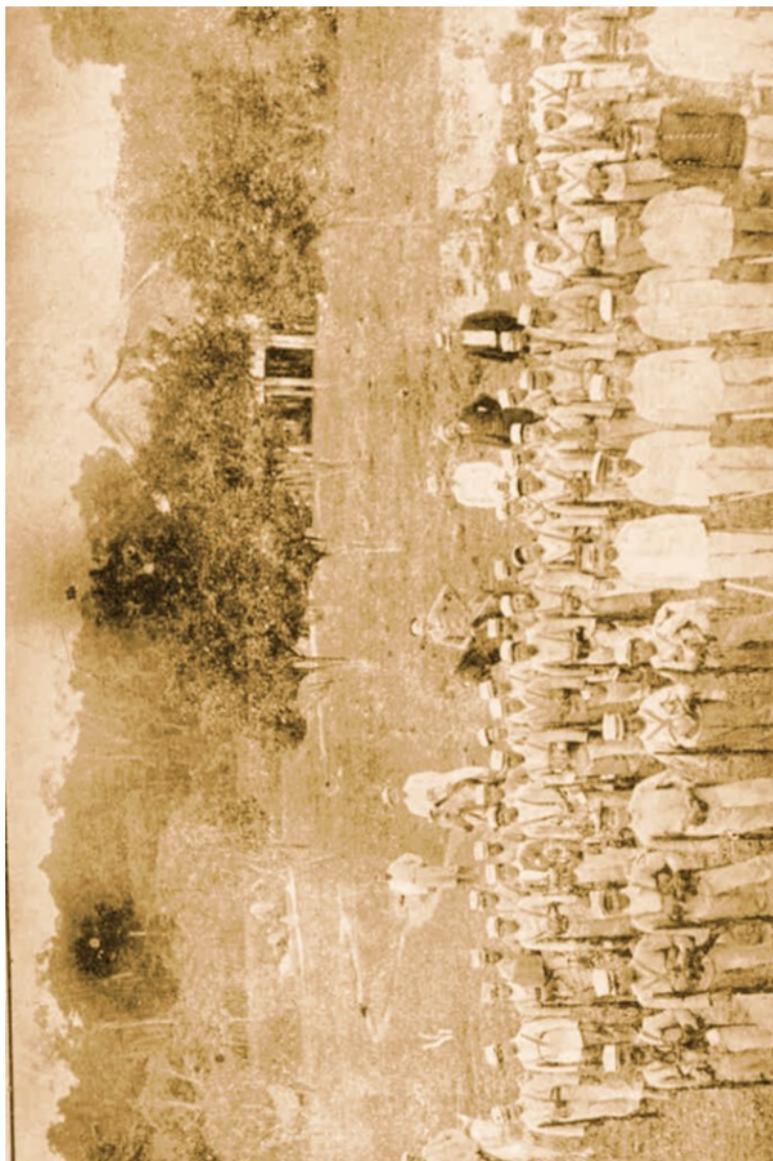
Em 02 de janeiro de 1899, o ministro boliviano Dom José Paravicini instalou uma aduana e um povoado denominado Puerto Alonso. Baixou sucessivos decretos, incluindo o que abria os rios amazônicos ao comércio internacional.

Em 1º de maio de 1899, um grupo de mais de 60 seringalistas se insurgiu contra a administração da aduana. Reunidos no Seringal Bom Destino, intimaram as autoridades bolivianas a se retirarem de Puerto Alonso.

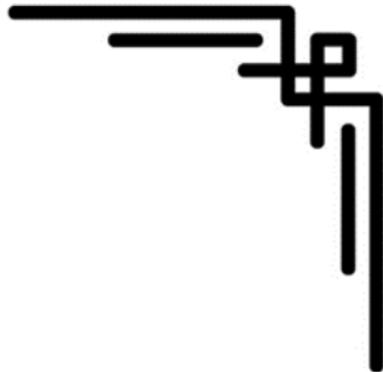
Os conflitos e negociações seguiram-se em duas frentes: a diplomática e a beligerante.

Afinal, a quem o Acre pertencia? O Acre não pertencia às potências imperialistas europeias ou americanas. Ele pertencia aos povos que viviam na região há vários milênios. Os nativos que habitavam as terras da Amazônia Sul-Occidental, denominada de Acre, foram vítimas da colonização e da exploração.

Tropas bolivianas em Puerto Alonso – 1899



Fonte: Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia, [1904] 2023.



**O ESTADO INDEPENDENTE
DO ACRE E A EXPANSÃO
DA FRONTEIRA**

14 de julho de 1899

a

17 de novembro de 1903



Selos do Acre Independente – 1889



Selos do Acre Independente – 1889.

O ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE

Antes da chamada “Revolução Acreana”, um espanhol nascido em Cádiz e formado em Direito, chamado Luis Gálvez Rodríguez de Árias, proclamou em Puerto Alonso (Cidade do Acre, atual Porto Acre), no dia 14 de julho de 1899, o Estado Independente do Acre. Sua intenção era tornar o Acre um país independente como a França, Inglaterra, Estados Unidos ou mesmo o Brasil.

Após a Proclamação do Estado Independente do Acre, ele mandou cartas para os principais países europeus comunicando o surgimento de um novo país – nenhuma das nações considerou a região um Estado. O Brasil não concordou com Gálvez e deu suporte para os brasileiros e à Província do Amazonas para desarticularem os intentos separatistas no Acre.

É atribuída a Gálvez a fala "Se não podemos ser brasileiros, os seringueiros acreanos não aceitam ser bolivianos". E, ao criar a bandeira, escrever nela: "Se a pátria não nos quer, criamos outra! Viva o Estado Independente do Acre". Esses e outros discursos atribuídos a Gálvez fazem parte da tentativa de construção de uma história acreana heroica e grandiloquente.

Proclamação do Estado Independente do Acre

de com os limites seguintes:

Do Norte, - A linha geodesica que unindo as extremidades do Mercurio, isto é, latitude $7^{\circ} 11' 48''$ e longitude $73^{\circ} 41' 44''$, com de Greenwich, chega até Villa-Rella ou seja até o ponto cujas coordenadas geográficas são, latitude $10^{\circ} 20' 1''$ e longitude $55^{\circ} 24' 59''$ oeste de Greenwich.

Do Sul, - o rio Madeira de Oros

Do Sul Oeste, o limite actual entre as Províncias de Roraima e do Acre.

Art. 2.º, A capital do Estado Independente do Acre, se denominará Cidade do Acre e terá por baluarte, provavelmente, seu principal carácter o sítio nome de Caçatá, propriedade do cidadão Joaquim Vieira da Silva.

Art. 3.º, Reunem-se as disposições em anexo.
Cidade do Governo Provisório na Cidade do Acre
15 de Julho de 1899.

Luiz Salles

13

Decreto n.º 1 de 15 de Julho de 1899

Luiz Salles Rodrigues de Azevedo, Chefe do Governo Provisório do Estado Independente do Acre, por acção popular, etc

Decreto

Art. 1.º. Fica proclamada a independência do Estado Independente do Acre, que comprehende os territórios do Acre, Purus e Juruá, de conformidade

12

O “BOLIVIAN SYNDICATE”

A saída de Luis Gálvez da região acreana e o fim do Estado Independente do Acre não resolveram as disputas entre o Brasil e a Bolívia. A administração boliviana foi restabelecida na cidade de Puerto Alonso (atual Porto Acre), em 06 de setembro de 1900.

Logo, a Bolívia começou a negociar com o “Bolivian Syndicate” – um grupo de grandes empresários ingleses e norte-americanos – a soberania da região no conflito fronteiriço. Os bolivianos pretendiam arrendar o Acre para o “Bolivian Syndicate”, porém, a notícia foi descoberta a tempo de a ação ser evitada pelos interessados em manter o fluxo produtivo escoado pelos rios da Amazônia sem pagar tarifas ou impostos aos bolivianos.

Em 11 de junho de 1901, foi assinado o contrato de arrendamento entre o representante do governo boliviano e a firma Cary & Whitridge (de Nova York) para a administração fiscal e policial e a exploração das terras. As autoridades bolivianas tinham consciência de sua incapacidade de assegurar sua soberania e, portanto, pretendiam transferir essa responsabilidade para uma poderosa companhia de capital privado.

O Bolivian Syndicate denunciado nos jornais

O ACCORDO BOLIVIO-AMERICANO

MINUTA DE PARAVICINI

ALERTA

Proposta para o accordo entre o E. U. da America e a Republica da Bolivia:

1.º O E. U. da America questionarão por via diplomatica, da Republica Brasileira, os direitos da Bolivia aos territorios da Acre, Purús e Yaco, hoje occupados de accordo com os limites estabelecidos pelo tratado de 1887;

2.º O E. U. da America se compromettem a fornecer o numerario e prestarem os socorros necessarios em caso de uma guerra com o Brazil;

3.º O E. U. da America exigirão que o Brazil nomeie dentro do primeiro anno, uma comissão que, de accordo com a Bolivia, deslinde as fronteiras definitivas no Juruá e Javary;

4.º O Brazil deverá conceder a livre navegacao nos affluentes da Amazona, nos barcos de propriedade boliviana, assim como o livre transito pelas alfandegas do Pará e Manaus ás mercaderias destinadas aos portos bolivianos;

5.º Em recompensa de seus bons officios a Bolivia concederá aos E. U. da America o abatimento de 50 % sobre os direitos de importacao em todas as mercaderias norte-americanas e 25 % sobre os direitos de exportacao da borracha destinada a qualquer porto da dita republica; este abatimento será pelo prazo de dez (10) annos;

6.º No caso de se ter que appellar para a guerra, a Bolivia denunciará o tratado de 1887, sendo entao a linha limitrophe da Bolivia a bocca do Purús e Acre, e entregará os territorios restantes nas zonas comprehendidas entre a bocca do Purús, Acre e o Oratto, aos E. U. da America em livre posse;

7.º Os gastos que se occasionar em caso de guerra serão

Fonte: Memorial dos Autonomistas, 2018.

DOMÍNIO DO CAPITAL, CADEIAS DE AVIAMENTO E CASAS EXPORTADORAS

Imponentes e alheias à vida do homem nos seringais, as casas aviadoras de Belém e Manaus controlavam a produção dos seringais. Elas financiavam, com mercadorias, 100% da produção pelo sistema de aviamento, pelo qual se formava um círculo vicioso: os banqueiros e comerciantes da Inglaterra e de outros países da Europa aplicavam seu dinheiro na Amazônia a partir das Casas Aviadoras. Estas, por sua vez, concediam empréstimos, alimentos, armas e instrumentos de trabalho para os seringalistas pagarem com borracha. Os seringalistas vendiam aos seringueiros, a um preço muito alto, as mercadorias adquiridas nas Casas Aviadoras.

Em suma, os seringueiros precisavam e eram obrigados a comprar as mercadorias dos seringalistas para sobreviver; os seringalistas precisavam dos empréstimos das Casas Aviadoras para abrir e manter um seringal; e estas precisam vender a borracha para a Europa para continuar o ciclo.

O sistema de aviamento compunha-se de elementos interdependentes e funcionava da seguinte maneira: o seringueiro produzia a borracha e entregava para os seringalistas,

que entregavam para as casas aviadoras, que entregavam para o capital industrial financeiro.

O aviamento era uma prática já estabelecida na cultura amazônica dos tempos coloniais, e consistia no adiantamento de mercadorias que poderiam ser pagas depois, e com pagamento em produtos.

Os países que tinham grande poder econômico no mundo capitalista investiram e trouxeram uma visibilidade financeira e mercantil para o seringal, precisamente em relação à produção de borracha.

A maioria das casas aviadoras em Belém e em Manaus era comandada por estrangeiros. As casas exportadoras da Borracha eram empresas estrangeiras que tinham controle total da distribuição mundial da matéria-prima, e que faziam a importação de produtos e instrumentos que eram utilizados em trabalho, no seringal.

República del Acre

484

LA NACIÓN MILITAR

AÑO II.—Núm. 60.

República del Acre.

En la región del Acre, el sueño de un español estuvo á punto de producir un conflicto á la infortunada República de Bolivia; aún no repuesta esta nación de la desastrosa campaña del Pacífico (1879-81), el genio ó la audacia del Sr. Mhtoff, proclamando la independencia del Acre y solicitando el apoyo del Brasil, perturbó de tal modo la seguridad de Bolivia, que aun después de solucionada, no se sabe cuál será el resultado de esta interesante cuestión.

La titulada República del Acre (120.000 habitantes), ocupa la región del mismo nombre, vastísima extensión de territorio colocada en el adriante del Pizgill (ramificación del Amazonas).

En la fundación de esta República cabe una participación activa á los españoles, pues la emancipación del nuevo Estado se hizo con voluntarios españoles que habfan servido en la guerra de Cuba. La presidencia provisional de la República del Acre, fué ofrecida al Sr. Mhtoff, pero declinando éste tal honor, por impedirlo su nacionalidad española, fué elegido Gálvez, ciudadano brasilero.

El gobierno del Acre instaló su residencia en Puerto Alonso, de cuya ciudad tomó tranquilamente posesión el 5 de Enero de 1899, é izándose por primera vez en la Casa de Gobierno el pabellón nacional: afecta la bandera forma rectangular, hallándose dividida diagonalmente en colores verde y amarillo con una estrella roja en el triángulo amarillo.

El ministerio quedó constituido en esta forma: ministro de Hacienda, Domingo Píñero (brasileño); ministro del Interior, Ezequiel Araujo Prim (brasileño); jefe de Policía, Sebastián Passos (brasileño); jefe de la guarnición de Puerto Alonso, Francisco Montes (galitano); secretario de la capitanía del Puerto, Juan Bautista Olivero (granadino); cara, monseñor Leyte (brasileño).

El ejército, compuesto de 4.000 hombres con armamento moderno, se distribuyó en los ocho distritos en que se ha dividido el territorio de la República.

A mediados de 1908, el gobierno de Bolivia, conocedor de los propósitos de Mhtoff, así como de las gestiones que practicaba cerca del gobierno de Río Janeiro, envió como delegado á Kramer; la misión de este enviado era resolver pacíficamente la cuestión con los directores de la moderna República antes que recurrir á la fuerza de las armas. Las conferencias tuvieron lugar en Manaus, pero fracasaron por completo. Desconocida, pues, la autoridad del gobierno de Bolivia, se organizó á toda prisa una fuerte expedición para apresar el titulado gobierno del Acre.

A la energía del gobierno boliviano respondió el presidente de la República del Acre, publicando un manifiesto en el que decía, que aun cuando el Estado independiente que gobernaba disponía de 3.000 hombres armados para hacer respetar su soberanía, no haría resistencia en vista de la actitud de indiferencia que ha asumido el Brasil en esta cuestión, procediendo en una forma diametra de la aconsejada para la defensa de sus intereses.

Los ensueños de Gálvez, Mhtoff y partidarios, desaparecieron rápidamente ante la proximidad de las tropas del gobierno boliviano. Cuando los acreenses se apercebieron de que Bolivia estaba dispuesta á obrar con energía, no titulado gobierno independiente depositaron aquellos las armas con que trataban de desambrar el territorio paterno, desapareciendo desde aquel momento la flamante República del Acre.

El 27 de Diciembre último desembarcó en Buenos Aires

el Sr. Mhtoff, fundador de la República del Acre, y de su entrevista con un reporter de la capital bonaerense, entrecamamos los siguientes párrafos, tomados de *La Razón*, el principal diario del Uruguay:

"Se va al Acre, saliendo de Pará y atravesando Manaus. Desde este último punto empieza el país maravilloso. La producción principal del Acre, como se sabe, es la goma. Un chico de diez años, haciendo una pequeña incisión en el árbol, puede recolectar en cuatro meses, goma por valor de 4.000 pesos. Es tal la producción de esta substancia, que se descuida completamente la recolección del caucho, que viene á valer la tercera parte de aquélla.

Actualmente tiene el gobierno provisorio del Acre propuestas de tres sindicatos europeos: dos ingleses y un belga. Pero como las acciones aún no son válidas, porque el Acre no es Estado independiente, el negocio está paralizado. Además de esto, produce aquel riquísimo suelo arutas de todas clases: el maíz y no cuatro costosas anuales: el trigo es el producto inferior que se cultiva.

Las travesías se hacen desde el puerto de Pará en lancha y en vapores. Pueden entrar buques de 2.000 toneladas. El Sr. Mhtoff piensa subvencionar á la Compañía Transatlántica española para implantar medios cómodos de locomoción.

El clima es muy parecido al de Cuba, pero sin conocerse en esas latitudes la fiebre amarilla. El idioma que se habla es el portugués y algunos dialectos de las tribus aborígenes.

Tan corta ha sido, pues, la vida de la República del Acre, que su existencia apenas merece mención, pero tanto por la calidad de los fundadores como por los propósitos del Sr. Mhtoff, creo interesante dar estos detalles, por si los acreenses vuelven con nuevos bríos á atacar contra la soberanía de Bolivia.

A. GARCÍA PÉREZ.



SEÑOR LUIS GALVEZ

© Biblioteca Nacional de España

Fonte: La Nación Militar, [1900] 2021. Adaptado.

O SERINGAL COMO UNIDADE PRODUTIVA

O estado do Amazonas e a Bolívia brigavam pelo Acre devido à existência de muitas seringueiras na região. Essas árvores produzem o látex, com o qual são confeccionadas as peladas de borracha. Naquele período, a borracha era uma riqueza tão importante que a chamavam de “ouro negro”.

Com a descoberta dessa nova riqueza, surgiram os seringais, unidades produtivas em que se exploravam as seringueiras, normalmente situados às margens dos rios.

O seringal era onde o seringueiro vivia, colhia o látex e produzia a borracha. Em sua estrutura, havia o barracão, as colocações, as estradas de seringa e o tapiri. Os donos dos seringais não eram os seringueiros, mas os seringalistas, os patrões.

Para estabelecer um seringal era preciso procurar um lugar apropriado para a sua fixação, construir as divisões necessárias, conseguir trabalhadores, que eram em sua maioria nordestinos, e, por último, obter o fornecimento de mercadorias junto a uma casa aviadora.

Os trabalhadores dos seringais se dividiam em diversos setores: no primeiro, estavam o patrão ou dono, o gerente, o guarda-livros, os caixeiros, os fiscais e os

noteiros; no segundo, os comboieiros; no terceiro, o mateiro, o toqueiro, o roceiro e os capangas; no quarto, os caçadores, os pescadores, os canoieiros e os cortadores de seringa, ou seja, os seringueiros.

O seringueiro estava na base da pirâmide social. Quem mais trabalhava no pesado para a produção do ‘ouro negro da floresta’ era quem menos recebia recursos e estava sempre sendo explorado em sua mão de obra.

O “CAUCHO” ACREANO

Além da seringueira, existia na região acreana outra árvore da qual se extraía o látex: o “caucho”, que fornecia mais leite do que a seringueira. Porém, a árvore precisava ser cortada para que o caucho fosse extraído, enquanto que a seringueira precisava apenas ser “riscada” no caule. Os peruanos que produziam borracha a partir do leite dessa árvore eram chamados de caucheiros.

Povoado de Xapury em 1902



Fonte: Álbum do Rio Acre, [1907] 2021.

O BARRACÃO, AS COLOCAÇÕES, AS ESTRADAS E OS TAPIRIS

O barracão – sede do seringal – era o setor em que se viabilizava o domínio do capital sobre a força de trabalho, a partir de mecanismos coercitivos nitidamente econômicos (a dívida no barracão) ou extraeconômicos (regulamentos, fiscalizações, castigos etc.).

As colocações, local onde viviam os seringueiros, dividiam-se em estradas de seringa. Geralmente, uma colocação podia possuir até 09 estradas, sendo trabalhada por 03 seringueiros. As estradas eram “de margens” ou “de centro”. As “de margens” saíam por um lado do tapiri indo até o outro. As de centro partiam do tapiri e iam até a estrada de seringa, sendo quase sempre “de manga” (iam e vinham pelo mesmo local). O defumador era o local onde se defumava a borracha, em um processo que ficou mundialmente conhecido por “vulcanização”; e, o tapiri era o local onde o seringueiro vivia.

TRATADOS E LIMITES

Nos anos proximamente anteriores e/ou posteriores ao que se convencionou chamar de “Revolução Acreana” ou de “Insurreição Acreana”, mais de uma dúzia de acordos e tratados foram assinados pelos Estados Unidos do Brasil e seus vizinhos Peru e Bolívia.

As três nações tinham interesse nas riquezas produzidas pela indústria extrativa da goma elástica, contudo, não estavam diretamente interessados em um conflito armado para tomada de posse definitiva da região. O mesmo não se pode dizer da Província do Amazônas (antiga Capitania de São José do Rio Negro), que vislumbrava em Guaporé (atual Rondônia) e no município de Floriano Peixoto fontes de impostos e exploração de látex sem investimentos nas localidades de onde se extraía.

A corrupção, aliada aos altos tributos cobrados pelos governos da Bolívia, Peru, Brasil e da Província do Amazônas, tornou miserável a existência das populações que viviam e trabalhavam em uma terra rica de recursos, mas pobre do caráter de seus governantes.

Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia.



Fonte: Diretoria de Patrimônio Histórico da Marinha, [1901] 2021.

A BOLÍVIA E O BRASIL DISPUTANDO TERRAS: A “REVOLUÇÃO” ACREANA

Ao perceber que as terras acreanas poderiam gerar grandes riquezas com a exploração da borracha, o estado do Amazonas resolveu reivindicar através das armas a região, que se encontrava sob o domínio da Bolívia.

Várias foram as tentativas de dominar o fluxo de exportação nas terras dos rios Acre e Purus. Expedições foram enviadas, uma delas recebendo destaque pela história pública: a campanha, que ficou conhecida como Expedição dos Poetas. As tropas bolivianas estavam mais bem preparadas do que as dos expedicionários vindos do estado do Amazonas, e conseguiram subjugar essa expedição sem muitas dificuldades.

A resposta brasileira se deu com a escolha do jovem José Plácido de Castro, gaúcho de São Gabriel, para o comando das operações militares pela posse do Acre. Ele já havia atuado militarmente na Revolução Federalista (1893-1895) e estava na Amazônia trabalhando como agrimensor.

Os embates entre brasileiros e tropas da Bolívia duraram meses. Os revoltosos seringueiros tomaram o Alto Acre. Finalmente, o momento decisivo se aproximava. Na madrugada do dia 6 de agosto de 1902, os brasileiros ocuparam a vila Xapuri e prenderam as autoridades bolivianas.

Los 100 Titanes de Vuelta de Empresa – Acre



Fonte: Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia, [1900] 2023.

A ESCRAVIDÃO NAS TERRAS ACREANAS

Dezenas de milhares de indígenas, de cinquenta grupos étnicos diferentes, que habitavam as aldeias interflúvias nas terras da Amazônia Sul-Occidental há mais de quatro mil anos, foram referidos pelo poder público brasileiro como inexistentes ou meros grupamentos irrisórios.

Muitos desses ameríndios (indígenas) foram tratados como “negros da terra”, com obrigações junto ao império brasileiro e à Igreja Católica.

Durante a república, oficialmente não houve escravidão de indígenas ou de negros nas terras acreanas, mas, na prática, esses indígenas e negros trabalhavam apenas pelo alimento, durante muitos anos, sendo proibido fazer plantio de víveres. A eles eram impostas dívidas e obrigações pelo simples fato de estarem na terra que lhes foi tomada durante a expansão do “progresso” em terras acreanas.

Tropas entrincheiradas em Puerto Alonso



Fonte: Minissérie Amazônia [Representação], 2007.

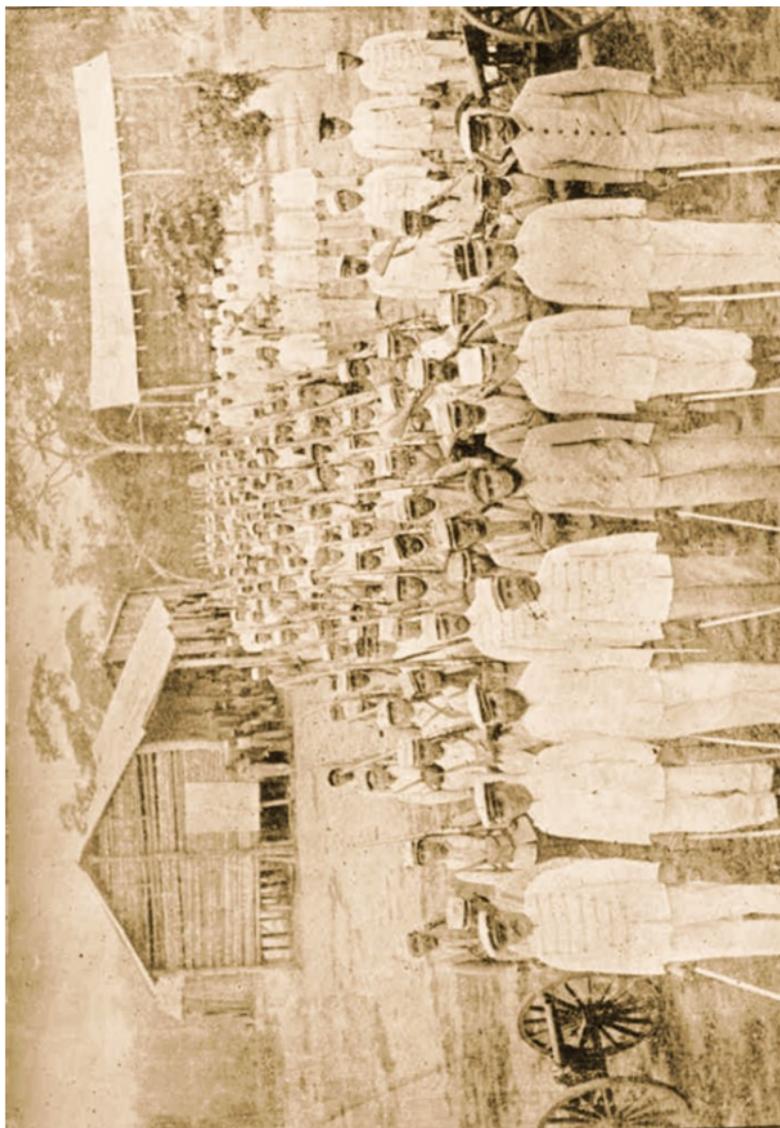
LA CAMPAÑA DEL ACRE

Toda história tem, no mínimo, dois lados. As terras banhadas pelos rios Acre e Purus pertenciam à Bolívia pelo “Uti Possidetis” e pelo Tratado de Ayacucho. Contudo, dezenas de milhares de brasileiros se estabeleceram as margens desses e de outros rios em busca de extrair o látex para a indústria gomífera.

O *modus vivendi* celebrado entre Brasil e Bolívia, em seu Art 3º, reza que “O Governo do Brasil reconhece que o território do Acre, ao sul do paralelo 10º 20', é boliviano, em virtude do artigo 2º do tratado de 27 de março de 1867”.

Um levantamento realizado pelos integrantes da “Lancha Íris”, de nacionalidade boliviana, em 1904, dá conta de alguns dados sobre as populações e as produções no chamado “Acre boliviano”: 1) a população presente nos seringais extratores de borracha era de “47,842 almas”; 2) a produção de goma fina foi de 2.262,000 quilos; e 3) a produção de goma entrefina e sernambi foi de 1.500,000 quilos. Consta, no mesmo documento, o conhecimento de que, com a produção gomífera e os impostos pagos para pelo “aviamento” das produções, o Governo Brasileiro receberia em três anos o “investimento” feito nas terras do Acre.

Tropas bolivianas em Porto Acre, 1903



Fonte: Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia, [1904] 2023.

O CERCO DE PORTO ACRE E A ÚLTIMA INSURREIÇÃO NO RIO ACRE

O exército boliviano estava fragilizado. Ele era formado por soldados famintos que foram enviados para combates nas terras do Acre, mas que pouco tinham de provisões e de fluxo de atividades com a sede do governo boliviano. Mais da metade do território da Bolívia já houvera sido perdido em conflitos contra Paraguai, Peru, Argentina e Chile.

Os soldados bolivianos tentavam proteger a possível maior fonte de renda que tinham à disposição em seu território. Os dias iam se passando e cada vez mais a Bolívia ficava sem saída.

A última insurreição acreana se deu entre 06 de agosto de 1902 e 24 de janeiro de 1903. A rendição da milícia boliviana veio quando os brasileiros atacaram Puerto Alonso (Porto Acre), em uma batalha que durou dos dias 15 a 24 de janeiro de 1903, quando os insurretos cortaram a corrente que os bolivianos haviam colocado no rio Acre para impedir a passagem do navio “Afuá”, que trazia armas e alimentos para os revolucionários.

O presidente Pando preparava tropas militares para se dirigirem ao rio Acre quando foi assinado o Tratado de Petrópolis.

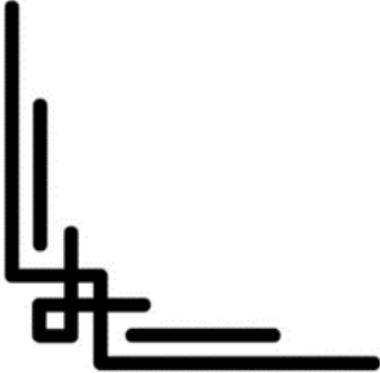


**O TERRITÓRIO DO ACRE
(sob administração federal)**

17 de novembro de 1903

a

15 de junho de 1962



Barão do Rio Branco e autoridades bolivianas



Tratado de Petrópolis (RJ). 17 de novembro de 1903. DPH/BN.

O TRATADO DE PETRÓPOLIS E O “DESTINO” DO ACRE

Os conflitos entre o Brasil e a Bolívia acabaram de fato quando foi assinado o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Por esse acordo, firmado por Rio Branco, Assis Brasil, Fernando Guachalla e Cláudio Pinilla, o governo brasileiro comprou o Acre dos governantes bolivianos.

O bom resultado disso foi o bem sucedido Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, que garantiu os devidos ressarcimentos, em dinheiro, de mais de £ 2,000,000.00 (dois milhões de libras esterlinas), acrescidos de £ 1,500,000.00 (um milhão e meio de libras esterlinas) de auxílio aos bolivianos, além da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, apelidada de Mad Maria, partindo das Margens do rio Madeira e atingindo Guajará-Mirim, para facilitar o escoamento da produção boliviana vinda dos rios Beni e Madre de Dios.

Depois da assinatura do Tratado de Petrópolis, surgiu uma questão: quem governaria esse rico pedaço de terra

incorporado ao Brasil? Três foram os interessados: o Governo Federal Brasileiro, o Governo do estado do Amazonas e o Movimento Autonomista do Acre.

O ACRE TORNA-SE “TERRITÓRIO” SOB ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Em 25 de fevereiro de 1904, o Congresso Nacional autorizou o Presidente do Brasil, Rodrigues Alves, a administrar o Acre. Com essa ação, o Brasil “inovou” criando o “Território do Acre”, sob administração Federal e, com isso, administrou a expropriação das riquezas adquiridas com a borracha acreana.

Com a incorporação das terras pelo Tratado de Petrópolis, são criados os departamentos administrados por prefeitos e, mais tarde, em 1920, é criado o Território do Acre, sob administração federal. Frustravam-se os intentos do estado do Amazonas, que reivindicava as terras como suas, e do Movimento Autonomista, que lutava para que o Acre se tornasse um estado brasileiro.

Várias revoltas autonomistas ocorreram nos três departamentos acreanos. Somente em 1920 ocorreu a unificação dos departamentos em um único “Território do Acre”, sob administração direta do Governo Federal. O Acre adquiriu o direito de eleger representantes junto ao Congresso Nacional Brasileiro somente no ano de 1934 – três décadas após sua anexação ao Brasil.

MOVIMENTO AUTONOMISTA ACREANO

A partir de 25 de fevereiro de 1904, pelo Decreto Presidencial n.º 1.181, o Acre tornou-se "Território", administrado diretamente pelo Governo Federal (por não atender às especificações contidas na legislação vigente para ser constituído um estado federado). Com isso, surge o Movimento Autonomista Acreano.

Os próprios autonomistas divulgaram que o movimento teria tido início com a Revolução Acreana, utilizando esse argumento como instrumento de convencimento para o Governo Federal, que deveria reparar a injustiça contra os "únicos brasileiros por opção" e lhes premiar com um estado.

Com a confirmação da condição de Território para o Acre, Plácido de Castro e muitos outros líderes locais passaram a apoiar e a defender abertamente a autonomia do estado, entretanto, sua intenção tinha pouco a ver com o bem-estar do povo.

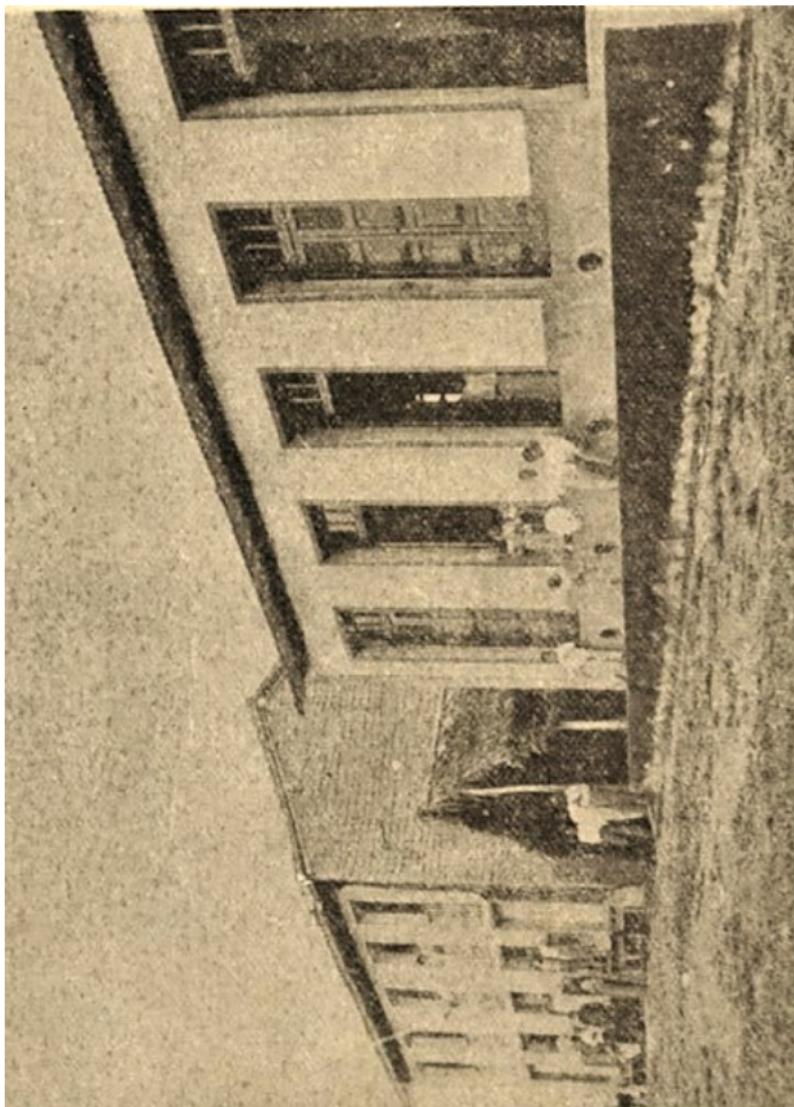
Com o fim do primeiro surto da Borracha, os líderes do Movimento Autonomista enfraqueceram. Durante os anos 1920 e 1930,

o movimento só não desapareceu por completo devido ao interesse do governo amazonense em anexar, ao seu território, o Acre. Com esse perigo, os autonomistas tiveram de organizar-se novamente. Nos anos 1940, com o segundo ciclo da borracha foi que eles ganharam força novamente, e aproveitaram a importância estratégica que o Acre teve para os aliados na Segunda Guerra Mundial para exigir ao Governo Federal a condição de estado para o Acre.

A população em sua maioria vivia em extrema pobreza e, nessa situação, a renda do futuro estado seria insuficiente para cobrir as despesas da máquina pública, então o Governo Federal teria de arcar com um custo mensal pela emancipação do Acre, completando o orçamento do novo estado em quase 90%.

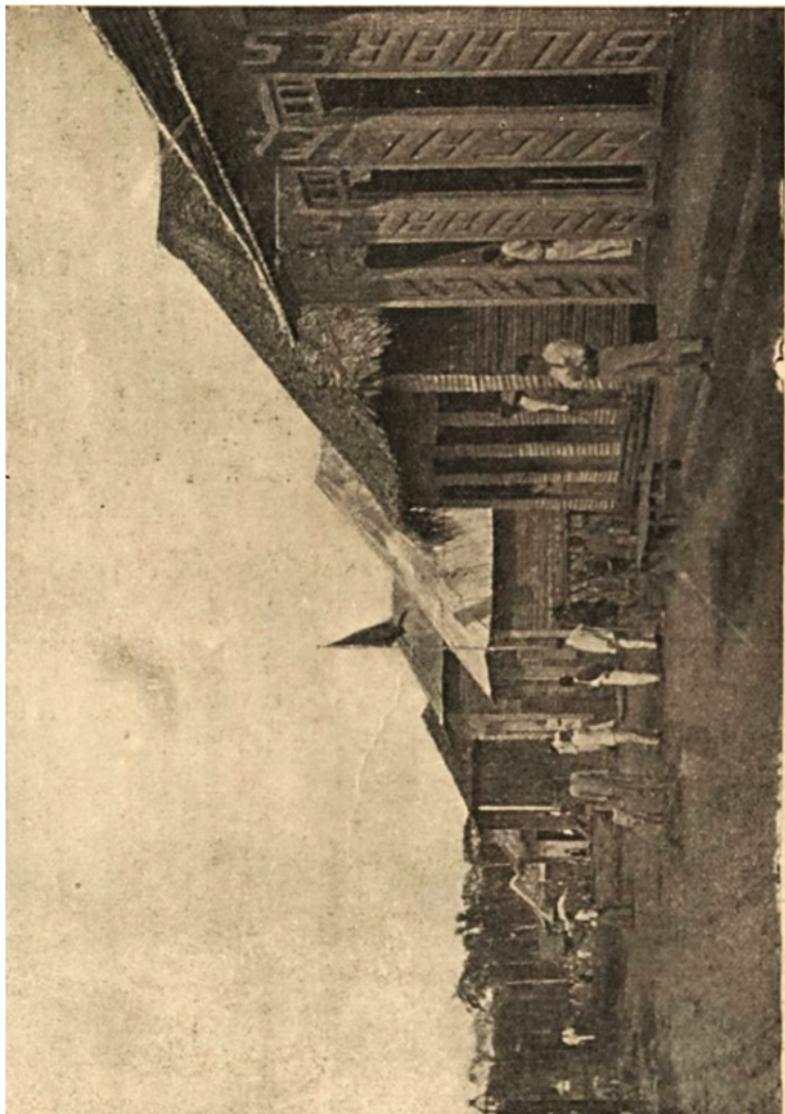
O Movimento Autonomista "desfocou" o debate orçamentário por meio do emocionalismo. Para eles, pouco importava a condição de dependência econômica à qual o estado do Acre ficaria submetido.

Sede do Departamento do Alto Juruá - 1904



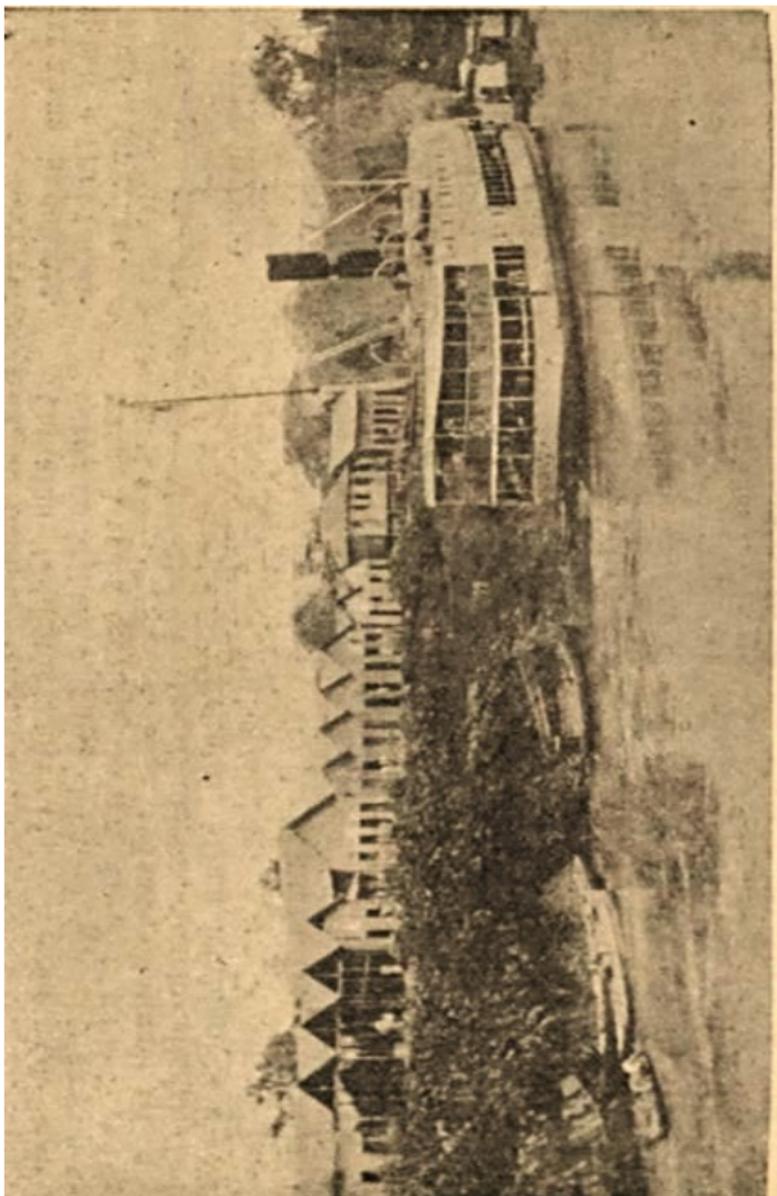
Fonte: Jornal "O Malho", RJ, [1907], 2021.

Departamento do Alto Purus – 1908



Fonte: Jornal “O Malho”, RJ, [1908] 2021.

Departamento do Alto Acre – 1908



Fonte: Jornal "O Malho", RJ, [1908] 2021.

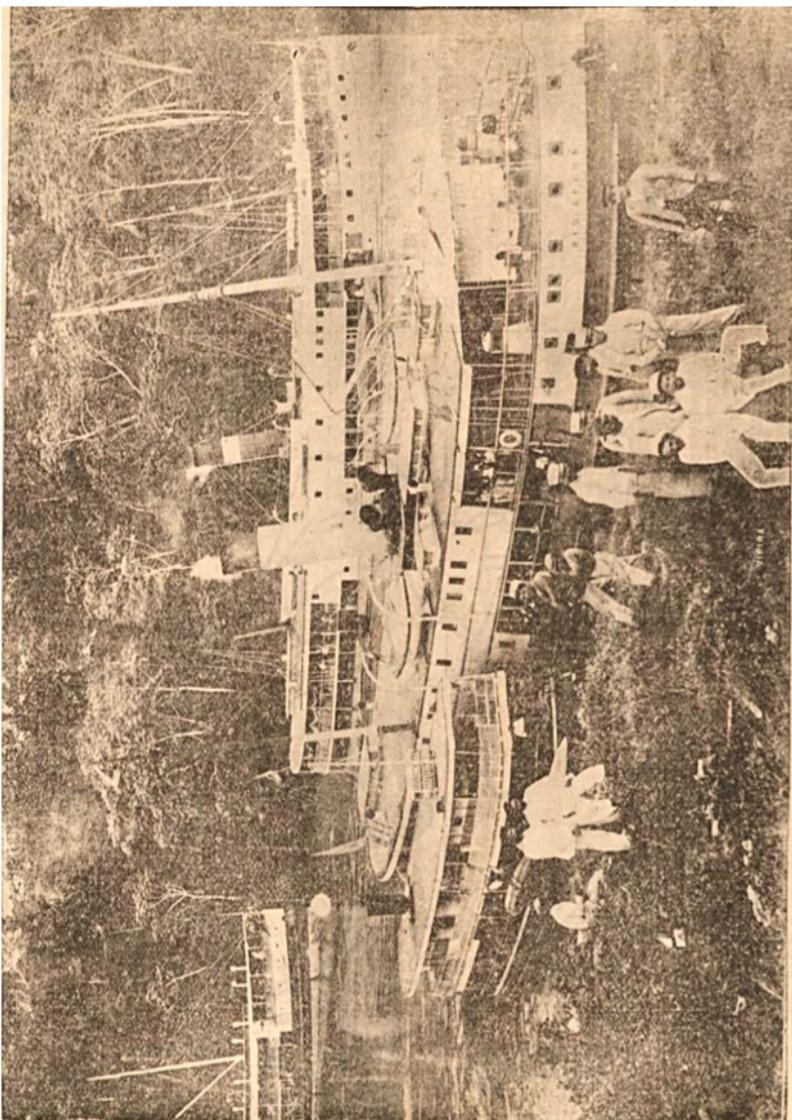
O RIO ACRE

O rio Acre está localizado na Bacia Sedimentar Amazônica, situada na Província Amazonas-Solimões. O rio Acre, que é um dos afluentes do rio Purus, nasce no Peru, onde recebe o nome de “rio Eva”. Ele corre na direção oeste-leste e, a partir de Iñapari, segue fazendo fronteira com Brasil e Bolívia. O Rio Acre percorre mais de 1.190 km desde suas nascentes até a desembocadura.

A bacia do rio Acre delimita a fronteira entre Peru, Brasil e Bolívia, na região conhecida como MAP (Madre de Dios, Acre e Pando). Em sua totalidade, a bacia do rio Acre se estende por 35.000 km² de área de drenagem. Os principais afluentes do rio Acre são o rio Xapuri e o Riozinho do Rola. Outros afluentes importantes são os rios Antimary e Andirá, cujas bacias hidrográficas são compartilhadas com o estado do Amazonas.

Além da Capital acreana, outras seis cidades brasileiras localizam-se às margens do rio Acre: Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Porto Acre e Boca do Acre. Mais de 488 mil pessoas moram na bacia do rio Acre.

Navegação no rio Acre. Puerto Alonso - 1905



Fonte: O Malho [RJ], n.º 158, [1905] 2021.

PRIMEIRO SURTO DA BORRACHA NO ACRE

Durante muito tempo, o Brasil não se interessou por explorar as terras da Amazônia. As expedições que chegavam à região destinavam-se basicamente à coleta das “drogas do sertão”. No final do século XVII, em uma dessas viagens, os europeus admiraram-se quando viram que os indígenas brincavam com uma bola que, ao ser jogada de encontro ao solo, pulava, pois isso desafiava as leis naturais.

Os europeus descobriram que essas bolas eram feitas de borracha, e, com isso, vários países ficaram sabendo de tal descoberta e mandaram cientistas e botânicos para analisar o leite da seringueira. Um deles, Charles Marie de La Condamine (1701- 1774), descobriu que o látex era muito resistente.

No final do século XIX, a indústria automobilística mundial vibrou com a descoberta de borracha na Amazônia. Passaram, então, a explorar o “ouro negro”, existente em abundância nas terras hoje acreanas. Com o primeiro surto da borracha, que se deu de 1879 a 1912, vários nordestinos migraram para o Acre em busca de uma vida melhor e de riquezas.

A CRISE DA BORRACHA E A POPULAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS

O contrabando de sementes das seringueiras da Amazônia para formar os seringais da Malásia trouxe a grande crise da borracha ao Brasil. As indústrias estrangeiras começaram a receber um produto muito mais barato que o da Amazônia.

Belém e Manaus eram as principais cidades que recebiam a borracha e, principalmente, o lucro desse trabalho. A profunda crise levou à falência seus comerciantes.

O Acre foi duramente atingido pela crise, tendo suas finanças diminuídas. Surgia, assim, na localidade, uma economia baseada no cultivo de vários produtos agrícolas, como mandioca, arroz, feijão e milho.

No Atlas F. Briguiet & Cia, de 1923, consta a informação de que a população dos departamentos, em 1917, era: Alto Acre (40 mil), Alto Purus (18 mil), Tarauacá (15 mil) e Alto Juruá (17 mil), sendo a população total estimada em 90 mil habitantes. Pelo recenseamento de 1920, a população do Acre era de 92.879 habitantes.

O ACRE “MODERNO”

Devido ao fato de a borracha ser a principal atividade econômica no Acre, as pessoas moravam mais nos seringais do que nas cidades. Contudo, no período entre 1927 e 1930 esse quadro começou a mudar. Nessa época, o Acre foi governado pelo advogado e engenheiro paraense Hugo Carneiro. Ele ficou conhecido como o governador que trouxe a “modernidade” para o Acre, em especial para a cidade de Rio Branco, de acordo com o modelo europeu de urbanização que estava sendo usado à época em Paris, na França.

Não existiam nem casas nem prédios de alvenaria no Acre. Foi Hugo Carneiro quem iniciou as construções do Palácio Rio Branco, que, até então, era um barracão de madeira coberto por telhas de barro. Em seu governo, foi construído o Mercado Municipal de Rio Branco, conhecido hoje como “Novo Mercado Velho”, e o Quartel da Polícia Militar, bem como instalada a primeira agência do Banco do Brasil. Enfim, esse governador tentou transformar Rio Branco em uma cidade “moderna” para a Amazônia, na época.

O SEGUNDO SURTO DA BORRACHA E OS ACORDOS DE WASHINGTON

O segundo surto da borracha ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nessa época, de 1942 a 1945, o Acre voltou a ser o principal fornecedor de borracha, pelo fato de o Japão haver tomado os seringais da Malásia e Ceilão (atual Sri Lanka), deixando os EUA, a Inglaterra e a França sem o produto (principal matéria-prima da guerra).

Para assegurar a migração de nordestinos (soldados da borracha), além da liberação de tanques, armas e equipamentos, foram assinados os Acordos de Washington. Um dos objetivos desses acordos era reativar os seringais da Amazônia.

Com os acordos de Washington, o Brasil procurou atender à necessidade político-econômica de garantir a produção de borracha aos países aliados na Segunda Guerra Mundial. Para manter os vários acordos realizados pelos EUA foi criado o Banco de Crédito da Borracha (atual Banco da Amazônia – Basa).

Soldados da Borracha rumo à Amazônia



Fonte: Museu de Arte da UFC, [1943] 2023.

A “BATALHA DA BORRACHA”

Durante a Segunda Guerra Mundial, visando recrutar homens de todas as regiões para o corte da seringa, a “Batalha da Borracha” trouxe ao Acre milhares de migrantes nordestinos, que vieram refugiar-se da seca.

Ao trocar os fuzis pelas facas de seringas, os campos de batalhas pela selva amazônica, esses homens foram responsáveis pela imensa produção de látex durante o Segundo Ciclo da Borracha, visando, principalmente, abastecer os Países Aliados, que estavam na Grande Guerra.

A ECONOMIA DA BORRACHA

A economia da borracha pode ser dividida em quatro fases: fase 01 – o monopólio natural (até 1912); fase 02 – retrocesso e estagnação (até o estabelecimento dos Acordos de Washington, em 1942); fase 03 – transição (1942 a 1948-1951); fase 04 – borracha como insumo de importação.

Balsa de Pelas de Borracha, 1950



**Balsa de pélas de borracha da Casa Aviadora "A Limitada".
Década de 1950.**

Fonte: Memorial dos Autonomistas, 2018.

AS CORRERIAS

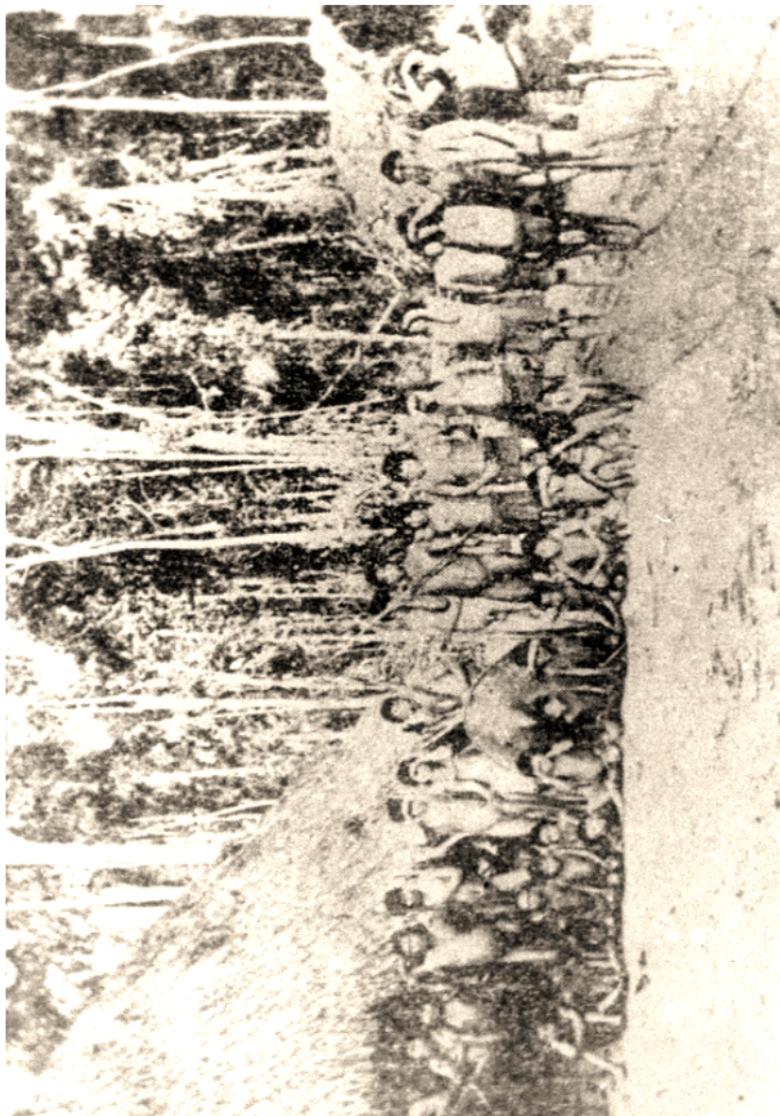
As correrias são conflitos e lutas por direitos entre os indígenas e os usurpadores, represálias contra as formas de resistências que os povos indígenas haviam elaborado para se opor à expropriação de seus recursos.

Com a expansão da indústria extrativa para os seringais da Amazônia Sul-Occidental, grandes levas de migrantes extratores de caucho, balata e borracha subiram os rios, avançando sobre os grupos tribais como uma avalanche de destruição. Esse extermínio indígena era incentivado pelos donos dos seringais como forma de ocupar mais terras e aumentar a produção. Ao mesmo tempo, percebe-se a inércia do estado em proteger os indígenas vítimas do genocídio.

Milhares de indígenas foram assassinados nos atos de genocídio chamados de “correrias”. Suas mulheres e seus pertences foram tomados em nome da “expansão da fronteira”, da “civilização” e do “progresso” fomentados pelos governantes.

Durante as correrias, os homens eram assassinados e as mulheres e meninas eram levadas para serem vendidas como escravas (chamadas de pegas no laço) e companheiras dos seringueiros – não sendo dada a elas outra opção. Em outros casos, eram dadas como presente para pessoas importantes ou, ainda, conduzidas para cidades onde, frequentemente, seriam exploradas como verdadeiras escravas domésticas, a trabalhar por comida e um chão para dormir.

Indígenas Kaxinawás, 1910



Fonte: Jornal do Commercio, [1913] 2023.

O EXTERMÍNIO INDÍGENA

Em meados do século XX, houve o extermínio de mais da metade dos povos indígenas presentes em terras acreanas e que haviam sido contactados no início do século. Darcy Ribeiro apontou que, durante a expansão da fronteira em busca do látex acreano, **ocorreu o extermínio de 09 dos 16 povos indígenas contatados**, de 03 troncos linguísticos distintos, **sendo eles: ESPINHOS (Epinod.)**. Pano. Viviam próximos à margem do rio Corumahá, afluente do Purus, no Território do Acre. (Extintos). / **KATIANA**. Aruak. Viviam próximos à margem do alto rio Purus, no território do Acre. (Extintos). / **KAXARARÍ**. Aruak. Subgrupo Ipurinân. Viviam próximos às cabeceiras do rio Curuquetê, localizadas à margem direita do alto rio Ituxi e à margem do rio Abunã. Estado do Amazonas e Território do Acre. (Extintos). / **KÊNKATEYE**. Jê. Ramo dos Tinibíra orientais. Antes de 1908 estavam no rio Alpercatas; em 1913, com o massacre da aldeia Chinelo, os remanescentes passaram a viver com os *Ramkókamekra*. (Extintos) / **KUJIJENERÍ**. Aruak. Viviam entre o alto Envira e o

Curumahá, afluentes das cabeceiras do rio Purus. Território do Acre. (Extintos) / **KUYANÁWA**. Pano. Viviam entre os rios Môa e Paraná dos Mouras, no Juruá. Noroeste do Território do Acre. (Extintos) / **MANITENERI**. Aruak. Viviam em ambas as margens do rio Purus, entre a desembocadura do Yaco até a foz do rio Curinabá. Foram também encontrados no rio Caspahá e no rio da Maloca. Tributários do alto rio Acre. Território do Acre. (Extintos). / **POYANAWA**. Pano. Viviam às margens do alto rio Môa, afluente do rio Jumá. Pacificados em 1913 no Pôsto Tauacuera, do S.P.I. Território do Acre. (Extintos) / **SAKUYA**. Pano. Também conhecidos como *Remo*, viviam entre as nascentes do Javari e o alto Juruá-mirim, no extremo noroeste do Território do Acre. (Extintos).

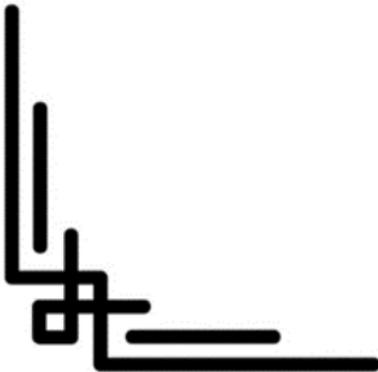


O ESTADO DO ACRE

15 de junho de 1962

aos

dias atuais

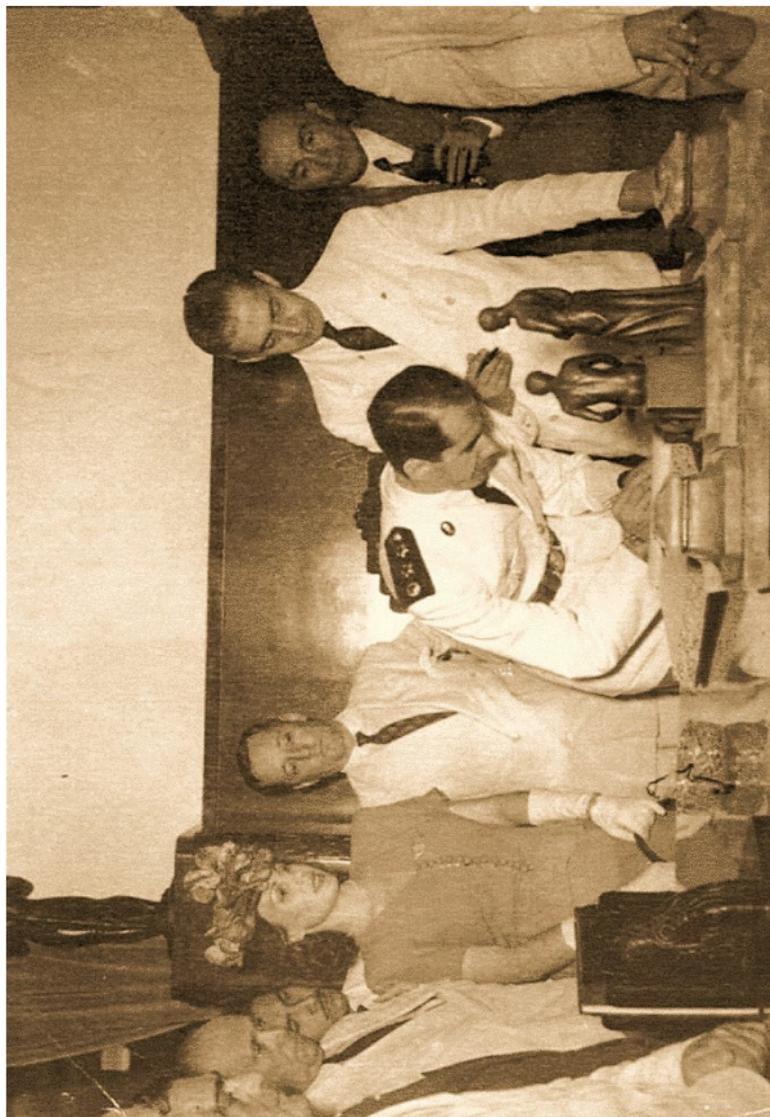


Assinatura da Lei 4.070, o Acre estado



Fonte: Hemeroteca Nacional, [1962] 2023.

Posse do Governador Guiomard dos Santos



Fonte: Memorial dos Autonomistas, [1962] 2023.

A ELEVÇÃO DO ACRE A ESTADO

O Território do Acre foi elevado à categoria de estado em 15 de junho de 1962, com a assinatura da Lei 4.070, pelo presidente João Goulart. O Projeto foi apresentado ao Congresso Nacional em 1957 pelo Senador José Guimard dos Santos, que foi governador do “Território do Acre” no período de 1946 a 1950. O primeiro governador eleito do estado do Acre, em outubro de 1962, foi José Augusto de Araújo, que venceu a eleição contra o candidato Guimard dos Santos.

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

O Acre, durante cinquenta e oito anos, não teve sua própria Constituição, sendo governado pelas normas da Constituição Federal. Em 07 de outubro de 1962, o povo acreano elegeu seus primeiros governantes. Em 1º de março de 1963, promulgaram a primeira Constituição Acreana, que passou por modificações em 1971, sendo novamente promulgada em 3 de outubro de 1989 e atualizada, por meio da Emenda Constitucional n.º 54, em 12 de dezembro de 2019.

AS FASES DE COLONIZAÇÃO DO ACRE

Levas de migrantes se deslocaram para as “terras acreanas” por séculos. Migrantes nordestinos, “desbravadores”, nômades, andantes e povos de vários lugares fizeram-se protagonistas na colonização acreana.

As questões referentes à colonização acreana podem ser divididas em três aspectos distintos: 1) a “fase de povoamento” (sec. XIX até 1907), em que iniciativas pioneiras de colonização simples de pessoas que, fugindo da seca e de outras opressões, se deslocaram para a Amazônia acreana para atuarem como extratores em busca de produtos da floresta e de melhores condições de vida para si e suas famílias; 2) a “fase de colonização planejada empiricamente”, a partir de 1908, e, principalmente, concomitante à Segunda Guerra Mundial, em 1942, em que, ao mesmo tempo em que levas de migrantes eram encaminhadas para a reativação dos seringais acreanos, o governo de Oscar Passos implantava várias colônias agrícolas para produção interna de víveres com o objetivo de

fixação do homem ao solo através de um plano sistemático de colonização; 3) a “fase de “colonização dirigida”, nos primeiros anos da década de 1970, em que a política de integração amazônica e os projetos de assentamento fomentados pelo Governo Federal nas terras do norte propiciavam o deslocamento de migrantes do Centro-Sul do país para colonizar as terras acreanas.

A EXPANSÃO DA PECUÁRIA

Em 1964, por meio de um golpe, os militares instalaram um regime político no Brasil chamado de Ditadura. A Ditadura Militar durou cerca de 21 anos (1964-1985). Quando os militares assumiram a Presidência da República, traçaram um plano econômico específico para a Amazônia. Os militares decidiram exonerar do poder executivo estadual o então governador do estado do Acre, José Augusto de Araújo. Ao mesmo tempo, decidiram que o Acre deveria adotar uma atividade econômica mais “moderna”, substituindo a coleta de castanha, a criação de animais para a subsistência e a extração da borracha pela agropecuária.

Na década de 1970, o Acre passou por mais uma fase de expansão do capitalismo. O governo acreano propagandeava falsamente a disponibilidade de terras no Centro-Sul do Brasil. Compradores do Centro-Sul do Brasil começaram a ter interesses pelas terras acreanas, devido à crise do extrativismo que barateou seu preço. Eles compravam imensas áreas por valores baixos e as revendiam por preços bem maiores. Outros derrubavam a floresta e faziam pastos para gado.

O EMPATE E A PERMANÊNCIA DA FLORESTA EM PÉ

O Governo Federal, durante a Ditadura Militar, atuou com projetos de colonização que tinham o duplo objetivo de amenizar as tensões políticas geradas pelos conflitos sociais em torno da disputa pela terra na região e, ao mesmo tempo, dar segmento à “modernização conservadora” em nível nacional.

A resistência seringueira frente à expansão da pecuária intensificou-se a partir da organização dos sindicatos apoiados pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e pela Igreja Católica, que se identificava com a Teologia da Libertação. Surgiram novas formas de luta e mobilizações coletivas que se notabilizaram como “empates”.

Os “Empates” e a luta dos trabalhadores rurais



Fonte: Hemeroteca Nacional, [1979] 2023.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA

A chamada “Operação Amazônia” objetivando reformular e transformar a economia regional, agravou ainda mais as condições de vida da população devido a seus incentivos fiscais e financeiros privilegiarem apenas os grandes grupos empresariais.

O Regime Militar anunciava a tese geopolítica de que havia um amplo espaço vazio na Amazônia, desconsiderando que a região era ocupada por posseiros, pequenos sítiantes e inúmeros povos indígenas.

Os novos “donos das terras acreanas” realizaram, ao longo das rodovias, uma colonização espontânea. A terra ficou restrita a quem detinha muitos recursos financeiros. Eram poucos os que conseguiam deter a posse e o domínio das terras no Acre.

A Transamazônica foi o palco de inúmeros litígios. A extração de produtos das florestas deu lugar à extração da própria floresta. As populações que moravam nas localidades por onde as rodovias iriam passar foram privadas de suas terras, gerando conflitos entre os habitantes das localidades e os novos proprietários.

DE SERINGAIS A FAZENDAS, O ASSENTAMENTO AGRÁRIO NO ACRE

Com a terra ganhando ares de mercadoria e a concessão de incentivos fiscais para os empresários investirem nas terras acreanas, houve uma mudança na estrutura fundiária do Acre.

No início da década de 1970, as terras que antes eram seringais foram tornadas fazendas. A atividade extrativa gomífera foi trocada pela pastoril.

O governo estadual fomentou a compra e a ocupação das terras acreanas que foram adquiridas por fazendeiros. Esses derrubaram grandes áreas de floresta para a criação de campos de pastagem a serem utilizados para alimentar o rebanho bovino. Por esse motivo, uma série de problemas socioambientais sem precedentes ocorreu, modificando abrupta e brutalmente a realidade acreana.

As populações da Amazônia acreana, que antes viviam principalmente às margens dos rios, foram levadas a viver em “terra firme”.

A “marcha para o oeste” incentivou ações de governo e implementação de

projetos de colonização federal no Acre, principalmente nas décadas de 1970 e 1980.

Entre 1962 e 1970, o Governo Federal não implementou assentamentos nas terras acreanas. De igual modo, os governos dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro também não implementaram.

Durante o período do Acre estado, foram realizados 155 projetos de assentamento, entre os anos de 1971 e 2015. O total de 30.819 famílias foram assentadas em uma área de 5.481.132, 9761 hectares.

A LUTA PELA POSSE DA TERRA E A AUSÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA

A luta pela posse da terra na Amazônia Sul-Occidental tem, no mínimo, dois lados: o dos fazendeiros ricos que por vezes atuam conjuntamente com grileiros e o dos posseiros e colonos que atuam como seringueiros, agricultores ou pescadores.

Os conflitos ocorridos no Acre, principalmente a partir de 1970 até fins da década de 1980, foram decorrentes de dois fatores significativos: o primeiro foi a suspensão dos subsídios à produção de borracha por parte do Governo Federal, que resolveu direcionar esses recursos para a agropecuária; e o segundo foi o fato de o Governo do Acre desenvolver uma política de atração de empresas do Sul do país para adquirirem terras no Acre, e, conseqüentemente, implantarem projetos agropecuários. Com a atividade econômica da agropecuária, os seringueiros foram expulsos de suas terras e houve a formação de mão de obra livre, como posseiros e arrendatários.

Os seringueiros que viviam nas terras ancestrais há décadas não se adaptaram ao

sistema de colonização proposto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelos Projetos do Governo Federal. Os Sindicatos Rurais, com a liderança de homens como Elias Rosendo, Wilson Pinheiro, Osmarino Amâncio e Chico Mendes, na luta pela posse da terra, propuseram como alternativa a regularização jurídica dos seringais e a valorização dos saberes e conhecimentos desenvolvidos no convívio com a floresta. A isso, posteriormente, se deu o nome de Reservas Extrativistas (Resex).

Até o estabelecimento das Resex, vários líderes dos trabalhadores rurais foram assassinados, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Wilson Pinheiro, do sindicato de Brasileia, foi assassinado em 1980, e Chico Mendes, do sindicato de Xapuri, foi assassinado em 1988.

As reservas extrativistas não atenderam a seus objetivos iniciais de preservação das florestas, fomento à produção sustentável e manutenção das famílias na terra.

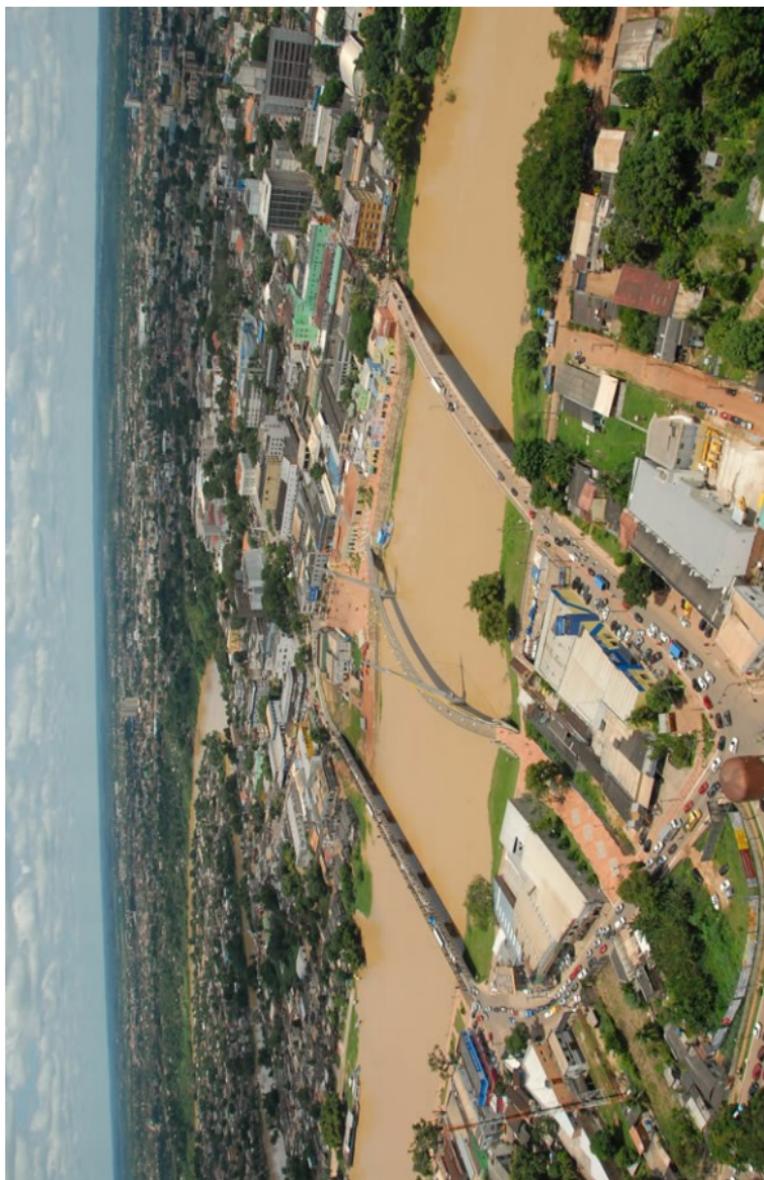
O “INCHAMENTO” DAS CIDADES ACREANAS

Com a política desenvolvida para a Amazônia, o Governo Federal, em parceria com o Governo estadual de Wanderley Dantas, decidiu implantar a agropecuária no Acre. Isso acarretou um desequilíbrio populacional no estado.

Migrantes, principalmente do Centro-Sul do Brasil, conhecidos como “paulistas”, compravam terras para transformarem em pastos para gado. Essas terras, porém, estavam sendo ocupadas por seringueiros desde a época dos seringais.

Grande parte dos seringueiros foram expulsos de suas terras e passaram a morar na periferia das cidades, principalmente da capital Rio Branco e de Cruzeiro do Sul, no vale do rio Juruá, “inchando”, assim, os cinturões de pobreza nas periferias estendidas das cidades.

Vista aérea de Rio Branco – Início do Século XXI



Fonte: Agência de Notícias do Acre, 2024.

A LONGA DÉCADA DE 1990

A hiperinflação brasileira aumentou exponencialmente na década de 1980, alcançando seu auge na década de 1990. Aliás, esse período foi de mudanças consideráveis para o Brasil e para o Acre. Em 1994, às vésperas do Plano Real, a inflação acumulada no ano estava em 4.922,60%, algo impensável para os dias atuais. A estabilização econômica iniciou em 1994, mas antes o Acre passou por momentos de tensão.

O Governador acreano Edmundo Pinto foi morto a tiros no dia 17 de maio de 1992, no Hotel Della Volpe Garden, dois dias antes de depor na CPI que investigava o superfaturamento de obras no Acre. Nessa mesma década, houve o início do movimento político que se convencionou chamar de “Vianismo”. O novo governo acreano fomentou a intensificação de investigações de grupos armados nominados pela mídia como sendo “Esquadrão da Morte”. Com o fiasco brasileiro na Copa do Mundo de Futebol de 1998 e as constantes faltas de energia ocasionadas por “mucuras que comem fios elétricos”, restava apenas aguardar o aterrador “Bug do Milênio”, em que todos os aparelhos eletrônicos entrariam em colapso.

DIVISÃO TERRITORIAL

Divisão territorial por mesorregiões, regionais e municípios

Mesorregiões e regionais	Municípios	Área Territorial (Hectares)	Participação na área do Estado (%)
Mesorregião Vale do Acre		7.867.520,10	47,94
Regional Purus	Manoel Urbano		
	Santa Rosa do Purus	4.053.180,00	24,70
	Sena Madureira		
Regional Baixo Acre	Acrelândia		
	Bujari		
	Capixaba		
	Plácido de Castro	2.225.048,80	13,56
	Porto Acre		
	Senador Guiomard		
	Rio Branco		
Regional Alto Acre	Assis Brasil		
	Brasileia	1.589.291,30	9,68
	Epitaciolândia		
	Xapuri		
Mesorregião Vale do Juruá		8.544.851,10	52,06
Regional Juruá	Cruzeiro do Sul		
	Mâncio Lima		
	Marechal Thaumaturgo	3.194.472,80	19,46
	Porto Walter		
	Rodrigues Alves		
Regional Tarauacá-Envira	Feijó		
	Jordão	5.350.378,30	32,60
	Tarauacá		
Acre		16.412.371,20	100,00

Fonte: IBGE. Resolução nº 07, de 04 de dezembro de 2015.
Nota: Dados alterados em relação a publicação anterior.

Fonte: Acre, 2017.

O ACRE DOS TEMPOS DIFUSOS E DO ESPAÇO DIVERSO

No Acre, há dois padrões de organização espacial que coexistem: um é direcionado ao rio e o outro às rodovias. As organizações espaciais diversas denotam a existência de tempos diferenciados. O “Acre rápido” é representado por parte do território que é objeto de planejamento governamental a partir da década de 1960, com a implantação de energia elétrica, rodovias e comunicações, enquanto o “Acre mais lento” aporta nas relações dos ribeirinhos, da circulação fluvial e da diversidade cultural no âmbito da floresta. São dois tempos do viver em um espaço diverso de sociabilidades e construções que aportam no fazer cotidiano.

Alagamento em Rio Branco (cota de 18,35m) – ano de 2015



Fonte: Agência Nacional de Águas, 2015.

O ACRE E O SÉCULO XXI

Somos 906.876 habitantes em uma área de 164.173,429 km², distribuídos por 22 municípios que conhecem uma verdade: o “Bug do Milênio” não veio e, com sua ausência, notamos outras ausências que destoam da “verdade oficial”. Percebemos que a rodovia interoceânica é realidade apenas do lado brasileiro. A BR-364 está sendo construída há mais de 30 anos e ainda não está concluída. O Acre mudou de horário por força de lei e por voto popular, em referendo, retornando ao horário preexistente desde 1913. A educação atende mais pessoas que antes. Foi produzida uma minissérie contando parcialmente a história do Acre.

A imigração é uma realidade: desde 2012 já entraram mais de dez mil haitianos no Acre, e, em 2014, começaram a vir migrantes de outras nacionalidades, de dois continentes.

Com o alagamento de 2014, uma lâmina de água de 1,65 metros passou por cima da BR-364, deixando o Acre isolado do restante do Brasil por mais de 03, meses e as prateleiras dos supermercados desabastecidas. Por coincidência, a BR-364 ficou embaixo d'água após as barragens das

hidrelétricas do Rio Madeira serem construídas.

Muita água passou pelo rio em 2014. A Seleção Brasileira de Futebol perdeu de 07 a 01 para a Seleção Alemã. O rio Acre encheu novamente e transbordou em 2015, com 18,4 metros, assim como transbordaram denúncias contra a Fifa e contra o “Pai dos Pobres”.

Enquanto o FBI prendia ex-presidentes da CBF e da Fifa, a Justiça Federal brasileira usou um “Lava Jato” contra os corruptos.

O Solo da BR-364 derreteu, de novo, com as chuvas. A Presidente, “desportista”, foi afastada pelo Senado por prática de “pedaladas fiscais”. 2016 ainda nem terminara e o PMDB emplacara seu terceiro presidente não eleito pelo voto direto.

O Acre segue alinhavando sua história no ano em que começa a pagar os empréstimos bilionários que contraiu.

Na tessitura de retalhos as ideologias esquerdistas começam a perder espaço para um governo “salvacionista”. “Los Hermanos” recuaram em suas bravatas de intervenção nas “terras brasilis”, ao verem os exercícios de treinamento do “Exército de Caxias” nas terras deste rincão sul-ocidental.

Tão rápido quanto uma chuva de verão foi a atuação da Lava-Jato. Desmanchou-se em espumas e denúncias – não deu tempo de “ir ali buscar um refrigerante”.

Finalmente foi concluída a ponte sobre o rio Madeira. O Acre é ligado “rodovariamente” ao restante da malha brasileira, mesmo que essa malha recém-inaugurada necessite de reparos urgentes.

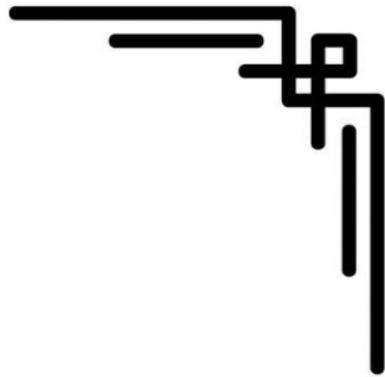
A “República das Bananas” vive de “salvador em salvador”, seja engenheiro civil, operário, sociólogo, economista, advogado, militar, “coroné” de província ou ex-juiz. E nos rincões acreanos a tela em que se pinta não tem tinta muito diferente.

Não se sabe ao certo se o pior pesadelo é o de “ver emergir o monstro da Lagoa (Rodrigo de Freitas)” ou o “ativismo anacoluto de quem deveria apaziguar e pacificar” em conformidade com os preceitos legais.

“Descondenações por erro de foro”, “mandados de prisão em flagrante”, “embargos de embargos declaratórios”, “Covid-19”, “pandemia mundial”, “fique em casa que a economia a gente vê depois”, “remédio para piolho que mata vírus”, “vacina que se recomenda quatro e, até, cinco doses em menos de um ano”, “médicos proibidos de

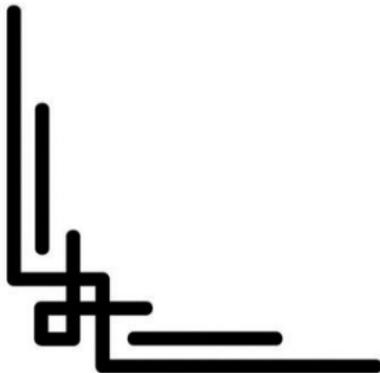
prescrever remédios”, “desvios de verbas do combate à pandemia”, “especialistes jornalêros”, “as tias do zap”, “consórcio de imprensa”, “crime de opinião”, “graça presidencial”, “terceiro governo Lula”, “Inelegibilidade de Bolsonaro”, “Amazônia em chamas”, “Yanomamis morrendo de fome” “a dengue matando mais que o Covid” e a “volta da inflação”. O Brasil, definitivamente, não é para os fracos.

O que dizer do tempo presente? O tempo dirá quais foram nossos erros. Quanto a nossos acertos, foram maiores, com certeza. Que venham outros retalhos para serem costurados às dobraduras alinhavadas do contexto histórico.



O ACRE
(E AS TERRAS DO QUE VIRIA A SER)
EM FATOS E DATAS

12.000 a.C.
ao
séc. XXI d.C.



De antes do “conceito de Acre” ao Consórcio Internacional

+12.000 a.C. – Imigrantes asiáticos chegaram ao vale do Amazonas há mais de 14 mil anos.

11.000 a.C. – Fase Paleoindígena Amazônica (população pequena, dispersa, nômade, baseada na coleta, caça e pesca)

8.000 a 3.000 a.C. – Fase Arcaica (hierarquizadas, densamente povoadas nas margens dos rios, fabricação de cerâmicas, semi-sedentarismo, pequenas povoações, construção de terra preta e sambaquis)

3.000 a 1.000 a.C. – Pré-história tardia (cultivo e enriquecimento do solo, aterros artificiais, pinturas rupestres e criação de civilizações)

Em 1493 – Bula Papal Intercoetera (o território que hoje pertence ao Acre passou a ser da Espanha).

Em 1494 – Tratado de Tordesilhas (o Acre continua sendo área da Espanha).

Em 1542 – O padre espanhol Gaspar de Carvajal navega o Rio Amazonas.

Em 1616 – Os portugueses começam a (des)povoar a Amazônia. Desrespeitam o Tratado de Tordesilhas e fundam o Forte do Presépio em Belém.

Em 1750 – Tratado de Madri (passa a vigorar o UTI POSSIDETIS). O Acre ainda pertencia à Espanha.

Foi este tratado que primeiro mencionou a LINHA MADEIRA-JAVARI.

Em 1761 – Tratado de Prado (os limites voltam ao prescrito pelo Tratado de Tordesilhas).

Em 1777 – Tratado de Santo Idelfonso (territórios já conquistados seriam dos Portugueses). O Acre ainda espanhol, pois pertencia ao Vice-Reino do Peru.

Em 1809-25 – Independência da Bolívia (Desligou-se do Vice-Reino do Peru). As terras que se tornariam acreanas já apareciam nos mapas de ambos os países como pertencentes a eles.

Em 1822 – Independência do Brasil.

Em 1839 – A descoberta da vulcanização (uma homenagem de Goodyear ao deus greco-romano Vulcano), fundamental para a economia da borracha e/ou látex na região amazônica.

Em 1844 – A Bolívia tenta franquear o rio Amazonas à navegação internacional.

Em 1850 – 5 de setembro (Criação da “Província do Amazonas”, desmembrada do Pará).

Em 1852 – A região do Acre é administrada pelo estado do Amazonas, fazendo parte da comarca do Rio Negro.

Em 1854 – João da Cunha Correia (expedição exploratória no Juruá).

Em 1860\66 – Manuel Antônio da Encarnação (expedição exploratória no Purus, percorre o Rio Acre).

Em 1864 – William Chandless trafega o Juruá.

Em 1867 – Pelo Tratado de Ayacucho a região acreana continua estrangeira ao Brasil.

1873/1874 – População da bacia do Purus passa de um mil para quatro mil habitantes em um ano.

Em 1874 – Tentativa mal sucedida de definição de fronteiras entre Bolívia e Peru.

Em 1877 – Grande seca no Nordeste.

Em 1878 – João Gabriel de Carvalho e Melo faz o primeiro povoamento oficial na região do Purus.

Em 1894 – Relatório de Pando sobre a ocupação das terras pelos brasileiros.

Em 1895 – Protocolo Medina-Carvalho. Instruía a comissão mista a traçar uma linha geodésica entre os rios Madeira e Javari, passando pelo rio Acre e avançando preferencialmente por terra.

Em 1897 – Thaumaturgo de Azevedo pede demissão da comissão demarcatória e torna público o seu relatório, afirmando que o Brasil perderia as terras banhadas pelo rio Acre.

Em 1897 – O ministro brasileiro Dionísio Cerqueira autoriza Cunha Gomes a fazer nova exploração do Rio Javari para identificar o ponto em extremo oeste da linha demarcatória entre o Brasil e a Bolívia, tendo por base o Tratado de Ayacucho.

Em 1898 – Cunha Gomes é nomeado chefe da Comissão de Limites.

Em 1898 – Foi traçada a Linha Cunha Gomes, o Acre seria terras estrangeiras.

Em 1898 – O Ministro do Exterior do Brasil, General Dionísio Cerqueira, autoriza os bolivianos a construir uma alfândega em Puerto Alonso (atual Porto Acre).

Em 1898 – Olinto de Magalhães substitui Dionísio Cerqueira no Ministério das Relações Exteriores.

Em 1899 – Os bolivianos implantam uma alfândega em Puerto Alonso, tributando a produção da borracha na região.

Em 1899 – O General Pando assume a presidência da Bolívia.

Em 1899 – É criada a JUNTA REVOLUCIONÁRIA no Acre.

Em 1899 – José Carvalho lidera aquilo que ficou chamado de Primeira Insurreição Acreana (as margens do rio Acre).

Em 1899 – A Bolívia negocia com consórcio internacional o que seria a origem do Bolivian Syndicate.

Do Estado Independente às permutas de terras e concessões

Em 1899, 14 de julho – O espanhol Luis Gálvez Rodríguez de Arias proclama o Estado Independente do Acre. Gálvez governou o Acre entre 14 de julho de 1899 e 1 de janeiro de 1900 (pela primeira vez) e entre 30 de janeiro e 15 de março de 1900 (pela segunda e última vez).

Em 1899, 30 de outubro – É assinado o PROTOCOLO entre o Brasil e a Bolívia que forma uma comissão mista que verificaria a real posição da nascente do rio Javari, fundamental para a demarcação das terras do Acre.

Em 1900, 15 de março - Fim da tentativa de tornar o Acre um Estado Independente.

Em 1900, 23 de julho – Silvério Neri substituiu Ramalho Junior no Governo do Amazonas.

Em 1900, 16 de novembro – A Expedição Município Floriano Peixoto, (que ficou conhecida como expedição dos Poetas) sai de Manaus em direção ao Acre visando expulsar as autoridades bolivianas. São derrotados facilmente.

Em 1900, 2 de dezembro – Rodrigo de Carvalho foi aclamado presidente do Acre.

Em 1901, 11 de julho – É criado, em Londres, o Bolivian Syndicate.

Em 1902, 03 de abril – Dr. Lino Romero, da Bolívia, chega à região para preparar a entrega das terras banhadas pelo rio Acre aos representantes do Bolivian Syndicate.

Em 1902, 1º de julho – A Junta Revolucionária é reorganizada, sendo composta por Joaquim Vitor, Rodrigo de Carvalho, José Galdino, Gentil Norberto e Plácido de Castro. Os três primeiros já haviam participado de outras manifestações contrárias à soberania boliviana na região.

Em 1902, 6 de agosto – Tem início a chamada Revolução Acreana - liderada militarmente por Plácido de Castro –, que ocupa a Vila do Xapuri.

Em 1902, 03 de dezembro – Barão de Rio Branco é nomeado como Ministro das Relações Exteriores.

Em 1903, 15 a 24 de janeiro - Vitória das tropas acreanas lideradas por Plácido de Castro contra os bolivianos em Porto Acre.

Em 1903, 26 de janeiro – O Bolivian Syndicate renuncia, mediante indenização, a seus pretensos direitos sobre a região acreana.

Em 1903, 28 de janeiro – O decreto n.º 03 de Plácido de Castro define os limites do Estado Independente do Acre.

Em 1903, 21 de março – É assinado o MODUS VIVENDI entre a Bolívia e o Brasil. Após a assinatura, o Acre foi dividido em ACRE MERIDIONAL (alto Acre, sede em Xapuri) e ACRE SETENTRIONAL (baixo Acre). O primeiro governado por Plácido de Castro e o segundo pelo general brasileiro Olímpio da Silveira (3 de abril).

Em 1903, 13 de maio – O General Olímpio desorganiza as tropas de Plácido de Castro em Xapuri. Plácido de Castro não revidou, foi ao Rio de Janeiro denunciar ao Barão de Rio Branco o ocorrido, que, para evitar problemas, substituiu o general pelo Cel. Cunha Matos.

Em 1903, 28 de julho – Houve a primeira proposta oficial feita à Bolívia sobre permutas de terras e concessões que definiria a nacionalização do Acre.

Do Tratado de Petrópolis ao fim do Território do Acre
Em 1903, 17 de novembro – É assinado o Tratado de Petrópolis.
Em 1903, 28 de dezembro – O presidente convoca o Congresso Nacional em caráter extraordinário para aprovar o Tratado de Petrópolis.
Em 1903, 30 de dezembro – O Congresso se reúne para avaliar o Tratado de Petrópolis.
Em 1904, 13 de janeiro – Comissão de Diplomacia e Tratados aprova o Tratado de Petrópolis.
Em 1904, 25 de fevereiro – É sancionada a abertura de créditos para o pagamento das despesas oriundas do Tratado de Petrópolis e autorizado ao Governo Federal administrar diretamente o Acre.
Em 1904, 07 de abril – Primeira organização territorial do Acre recém-incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis. São criados três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá.
Em 1904, 21 de abril – Plácido de Castro é nomeado governador do Acre Meridional.

Em 1904, 12 de junho – Assinatura do *Modus Vivendis* entre o Brasil e o Peru. Euclides da Cunha representava o Brasil.

Em 1907, 25 de fevereiro – Nova regulamentação executória da lei n.º 1.181 e outras providências.

Em 1907, 8 de março – É criada uma comissão de obras federais no Território do Acre.

Em 1908, 11 de agosto – Plácido de Castro é assassinado.

Em 1909, 08 de setembro – Tratado Brasil e Peru é assinado, a “Questão do Acre” termina com as nações estrangeiras. A luta dos Autonomistas e da Província do Amazonas se intensifica pela posse das terras e das riquezas do Acre.

Em 1909, 25 de junho – O Manifesto Autonomista do Alto Juruá é publicado nos jornais de Manaus.

Em 1910 – Deu-se a primeira Revolta Autonomista em Cruzeiro do Sul.

Em 1912 – Revoltas Autonomistas em Sena Madureira.

Em 1912, 23 de outubro – Nova Administração Política. 4 Departamentos (Rio Branco, Sena Madureira, Villa Seabra e Cruzeiro do Sul).

Em 1918 – A revolta autonomista do Alto Acre.

Em 1920 – Foi criado o governo geral no Território do Acre, os departamentos foram extintos.

Em 1932 – A Constituição estabelece a indenização ao estado do Amazonas pela perda das terras do Acre.

Em 1938, 21 de dezembro – Criação dos municípios de Feijó e Brasília (atual Brasília).

Em 1942, em janeiro – O Japão invade e domina militarmente a Malásia, maior fornecedora de borracha aos aliados da Segunda Guerra Mundial.

Em 1942, março – São assinados os Acordos de Washington.

Em 1942 – Chegada dos “soldados da borracha” ao Acre.

Em 1957 – Guimard Santos redigiu a Proposta de Lei (PL) que elevaria o Território do Acre à categoria de estado.

Da elevação à categoria de Estado ao século XXI

Em 1962, 15 de junho – O presidente João Goulart (PTB) sancionou a Lei que elevou o Acre à categoria de estado.

Em 1963 – É promulgada a 1.^a Constituição do estado do Acre.

Em 1966 – O BASA substituiu o Banco de Crédito da Amazônia.

Em 1971 – O BASA revoga as linhas de crédito aos seringais endividados.

Em 1972 – O INCRA e a Delegacia do Trabalho passaram a funcionar no Acre.

Em 1972 – Criação do Programa de Incentivo à Produção da Borracha (PROBOR I)

Em 1975 – Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Brasileia.

Em 1976 – A FUNAI foi instalada no Acre.

Em 1976 – Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Em 1976 – Apesar de já terem sido criados em 1963, os municípios Mâncio Lima, Assis Brasil, Epitaciolândia, Manuel Urbano, Plácido de Castro e Quinarí (Senador Guimard), a partir de então, são plenamente instalados.

Em 1977 – Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Xapuri.

Em 1992 – Foram criados mais dez municípios, a saber: Acrelândia (desmembrado de Plácido de Castro), Bujari (separado de Rio Branco), Capixaba (separado de Rio Branco), Epitaciolândia (separada de Brasileia), Jordão (desmembrado de Tarauacá), Marechal Thaumaturgo (separado de Cruzeiro do Sul), Porto Acre (desmembrado de Rio Branco), Porto Walter (separado de Cruzeiro do Sul), Rodrigues Alves (desmembrado de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul) e Santa Rosa do Purus (desmembrado de Manuel Urbano).

Em 1998 – Vitória da Frente Popular do Acre nas eleições para o governo do estado. Inicialmente, a Frente era composta pelos seguintes partidos: PT, PC do B, PSB, PDT, PSDB, PMN, PL, PPS, PV, PTB e PT do B.

Em 1982 – Criação da UNI – União das Nações Indígenas do Acre.

Em 1985 – 1º Encontro Nacional dos Seringueiros.

Em 1990 – Criação da Reserva Extrativista Alto Juruá e Chico Mendes.

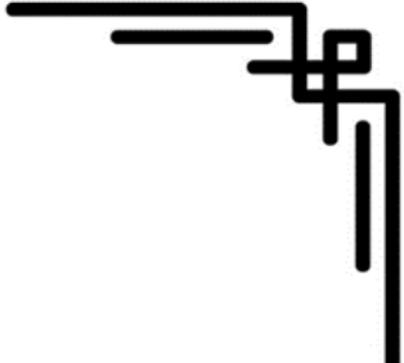
Em 2000 – Criação da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC).

Em 2002 – Primeiro empréstimo contraído pela Frente Popular perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Financiou o projeto de desenvolvimento sustentável do Acre.

Em 2008 – O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou um aumento territorial do Acre, acrescentando 1,2 milhão de hectares advindos da incorporação de parte dos municípios amazonenses de Guajará, Ipuxima, Eirunepé, Lábrea e Boca do Acre.

Em 2014 – É aprovada a Emenda Constitucional n.º 78, que previu o pagamento de R\$: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) aos “soldados” vivos e pensionistas dos já falecidos.

Em 2015 – Os soldados da borracha recebem R\$: 25.000,00 do Governo Federal a título de indenização.

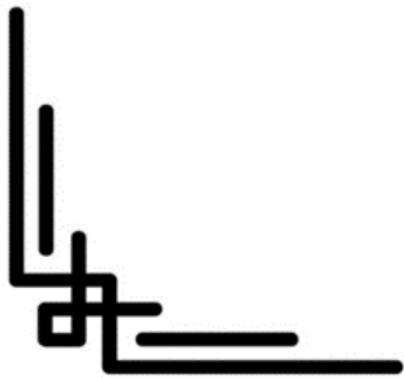


**TRAJETÓRIAS DO ACRE
EM QUADROS E
ESQUEMAS MENTAIS**

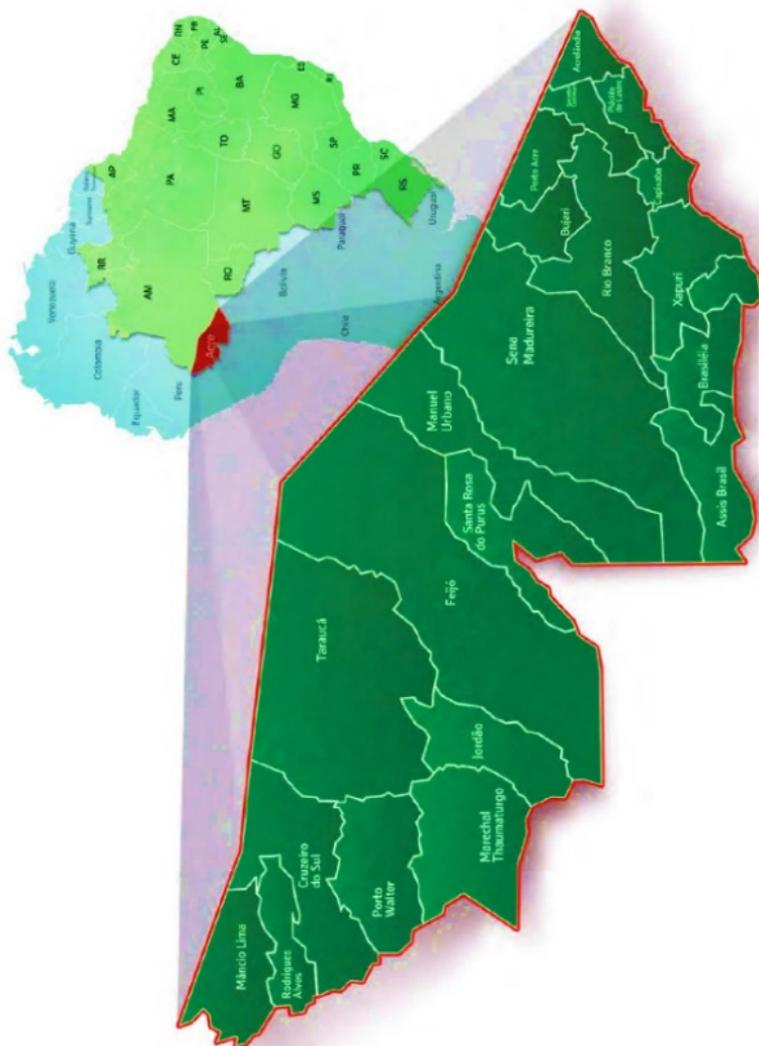
04 de maio de 1493

a

15 de junho de 2024



Mapa de localização geográfica do Acre



Fonte: Elaborado pelos organizadores, 2024 (adaptado).

Evolução político-administrativa

A EVOLUÇÃO POLÍTICA DO ACRE

Estado Independente do Acre (1.889 – interrupções – 1904)

- Luis Gálvez Rodríguez de Arias (14 de julho de 1.889 a 1º de janeiro de 1.900);
- Antônio de Sousa Braga (assume depois do Golpe de estado a de 1º a 30 de janeiro de 1.900);
- Luis Gálvez Rodríguez de Arias (de 30 de janeiro a 15 de março de 1.900);
- Joaquim Vitor da Silva (assume interinamente de 15 de março a 25 de abril de 1.900);

Reincorporação à Bolívia

- De 25/04/1.900 a 07/08/1.902

Novamente declarado Independente

- José Plácido de Castro
De 07/08/1.902 a 25/02/1.904

TERRITÓRIO DO ACRE (sob administração Federal) (1.904 – 1.962)

Departamentos

- Decreto n.º 1.181, de 25/02/1.904;
- Decreto n.º 5.188, de 07/04/1.904;
- Decreto n.º 6.406, de 08/03/1.907;
- Decreto n.º 1.820, de 19/12/1.907;
- Decreto n.º 9.831, de 23/10/1.912;
- Adm. Prefeitos nomeados pelo Gov. Federal;
- Depto. Alto Acre – sede em Rio Branco;
- Depto. Alto Purus – sede em Senna Madureira;
- Depto. Alto Juruá – sede em Cruzeiro do Sul;
- Movimento dos Autonomistas – 1.910;
- Em 1.912 é criado o Departamento do Alto Tarauacá – sede em Vila Seabra.

Governo Central

- Decreto n.º 14.383, de 01/10/1920, reorganiza, unifica e institui Rio Branco como Capital;
- São criados os municípios de Rio Branco, Xapury, Purús, Tarauacá e Juruá;
- Administração por Governadores Gerais;
- Extinção dos Departamentos;
- 1.932 – Estatuto dos Autonomistas;
- Lei n.º 366, de 30/12/1.936;
- 1937 – Câmaras Municipais fechadas;
- Decreto Lei n.º 968, de 21/12/1.938 – Cria os municípios de Feijó e Brasília (atual Brasília);
- Partidos PTB e PSD;
- Aníbal Miranda F. da Silva (Gov. Provisório).

ESTADO DO ACRE (1.962 – atual)

A Efêmera Autonomia (1.962 – 1.964)

- LEI n.º 4.070, de 15/06/1.962 Governador José Augusto de Araújo (PTB)
- Criação de 06 municípios em 1.963: Mâncio Lima, Assis Brasil, Epitaciolândia, Manoel Urbano, Plácido de Castro e Quinari (instalados somente em 1.976 – Lei Estadual n.º 588, de 14/05/1.976).

Período Ditatorial (1.964 – 1.985)

Bipartidarismo

- Edgar Pereira Cerqueira (1.964 – 1.966);
- Jorge Kalume (1.967 – 1.971);
- Francisco Wanderley Dantas (1.971 – 1.975);
- Geraldo Gurgel de Mesquita (1.975 – 1.979);
- Joaquim Falcão Macedo (1.979 – 1.983);
- Falência dos seringais – Conflitos pela posse da terra – Empates – Mortes – Êxodo rural;
- Lei estadual n.º 1.025, de 28/04/1.992 – são criados 10 municípios: Rodrigues Alves, Epitaciolândia, Acrelândia, Santa Rosa do Purus, Capixaba, Bujari, Porto Walter, Porto Acre, Jordão e Marechal Thaumaturgo;
- Nova Linha Cunha Gomes (03/02/2.008).

Período Democrático (1.982 – atual)

Reabertura Política

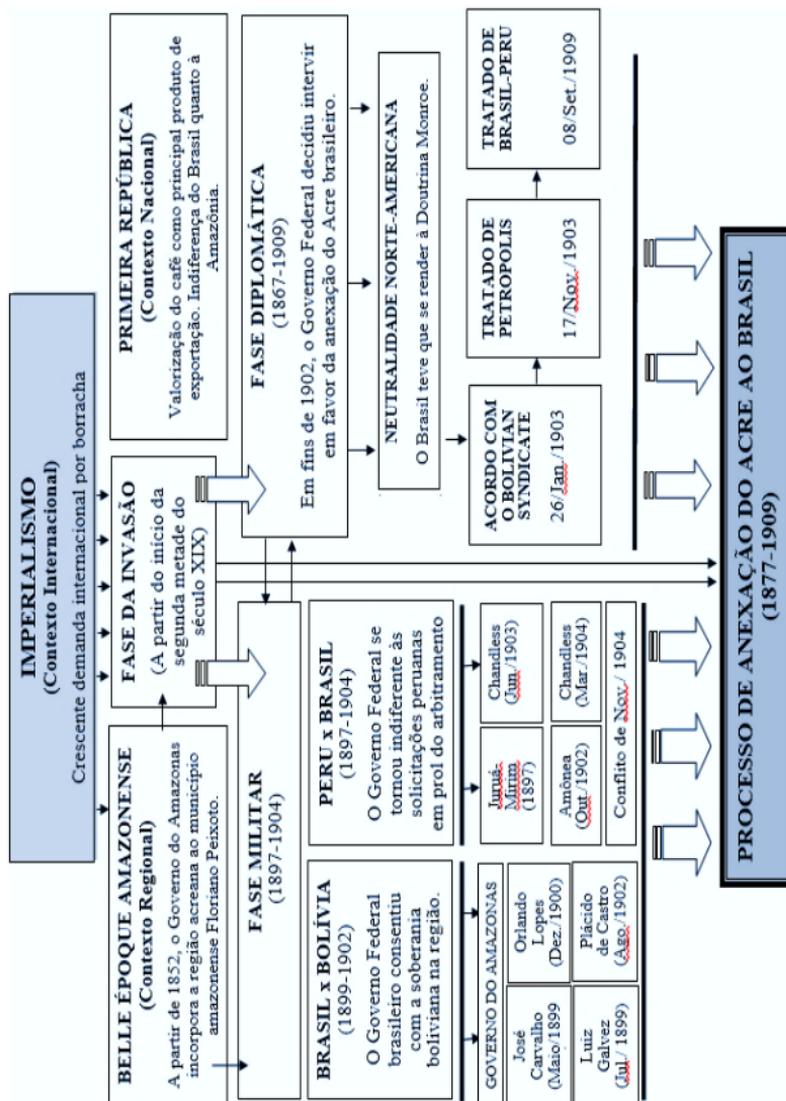
- Nabor T. da Rocha Júnior (1.983 – 1.986);
- Iolanda Lima (1.986 – 1.987);
- Flaviano Melo (1.987 – 1.990);
- Edson Cadaxo (1.990 – 1.991);
- Edmundo Pinto [assassinado] (1.991 – 1.992);
- O Acre passa a ter 22 municípios;
- Romildo Magalhães (1.992 – 1.994);
- Orleir Cameli (1.995 – 1.998);

Vianismo

- Jorge Viana (01/01/1.999 – 01/01/1.997);
 - Arnóbio Marques (01/01/1.997 – 01/01/2.011);
 - Sebastião Viana (01/01/2.011 – 01/01/2.019);
- Fim do Vianismo**
- Gladson Cameli (01/01/2.019 – atual)

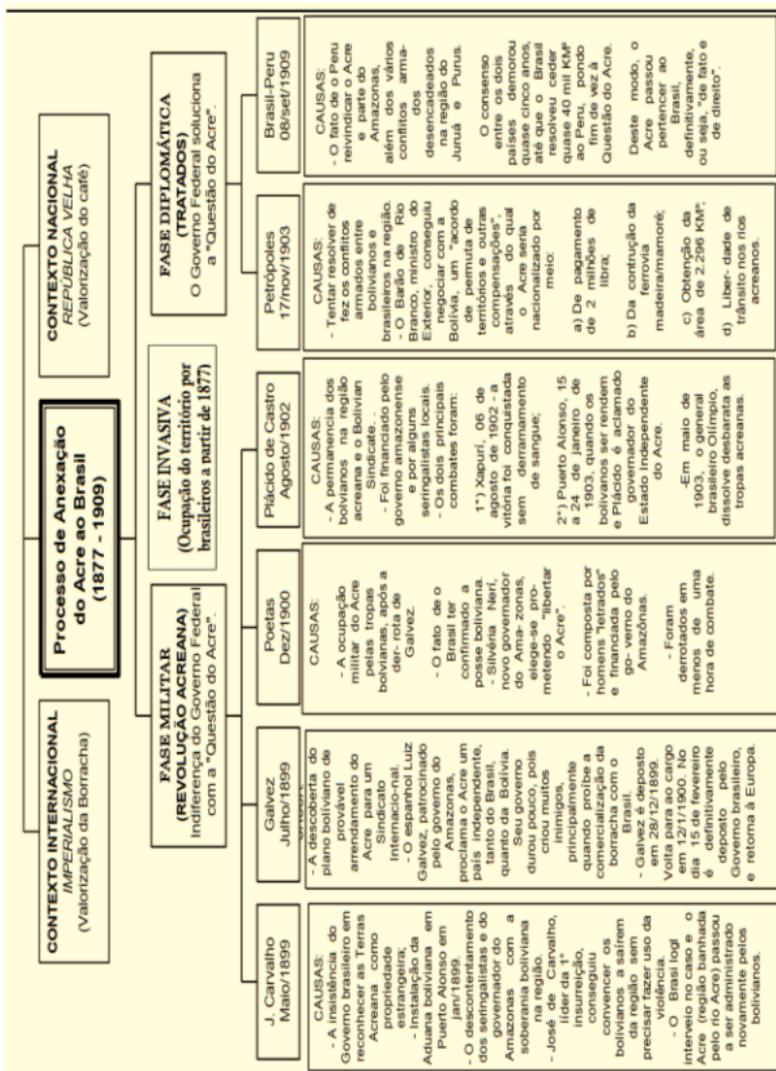
Fonte: Lima, 2020; Carneiro, 2014.

Esquema 1 – Anexação do Acre (imperialismo)



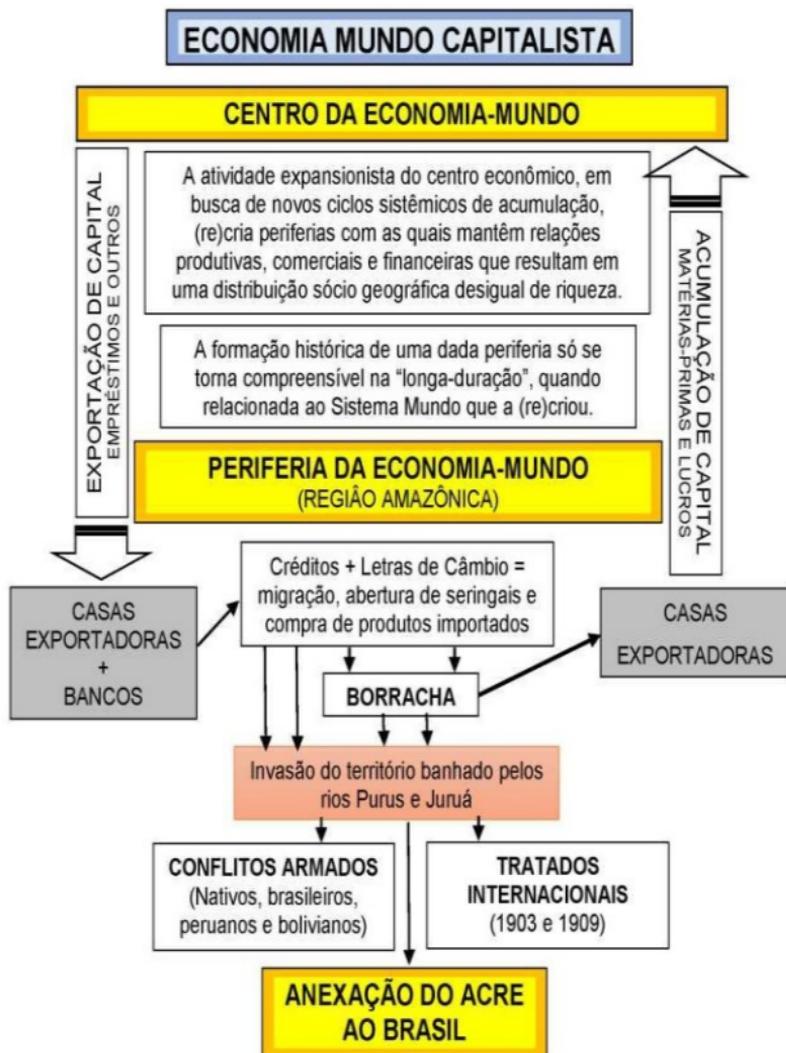
Fonte: Carneiro, 2014.

Esquema 2 – Processo de Anexação do Acre



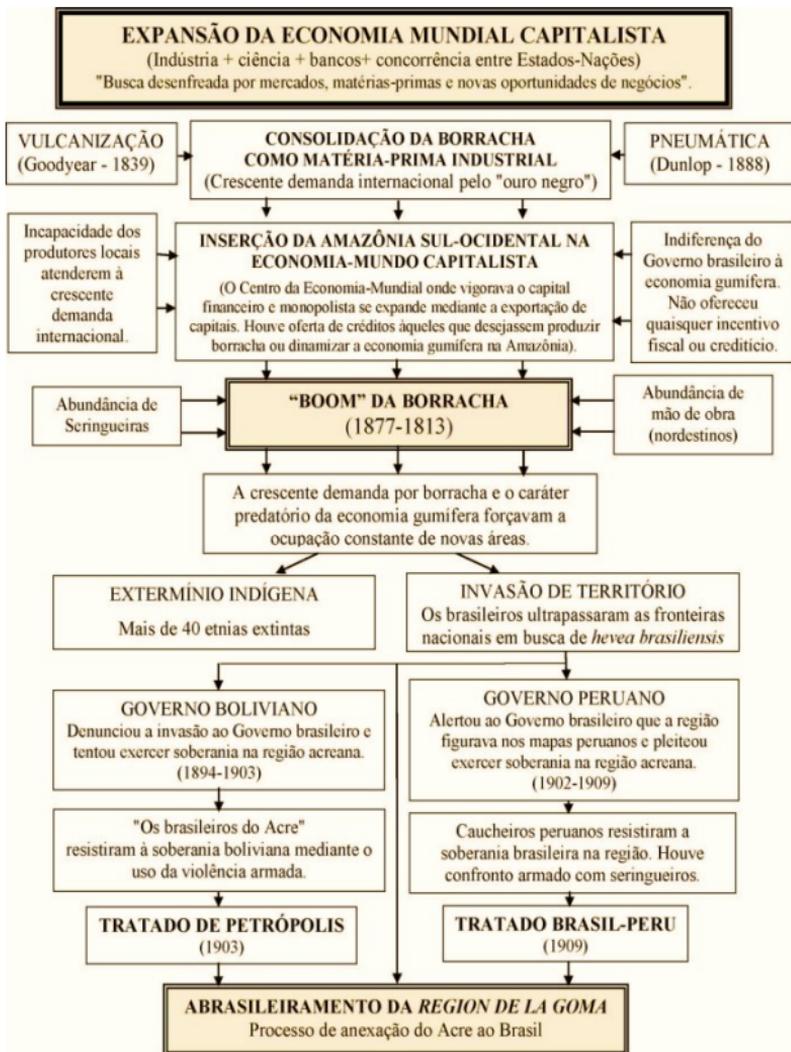
Fonte: Carneiro, 2014.

Esquema 3 – A Economia-Mundo e a anexação do Acre ao Brasil



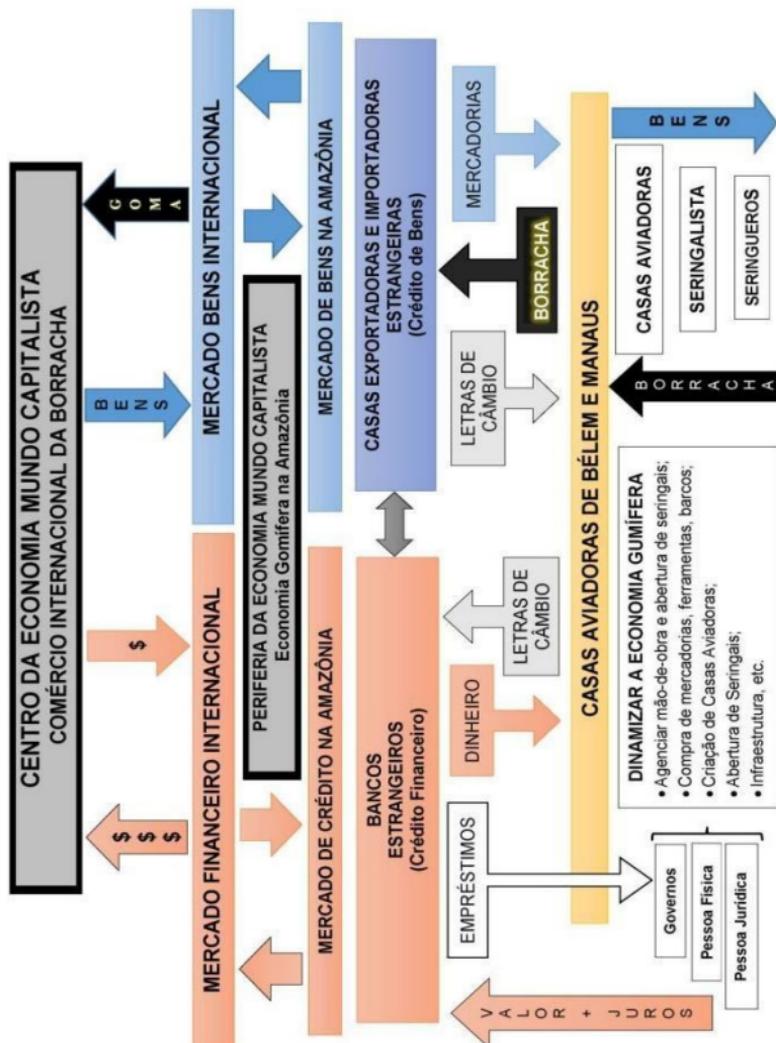
Fonte: Carneiro, 2014.

Esquema 4 – A Expansão da Economia Mundial e a anexação do Acre ao Brasil



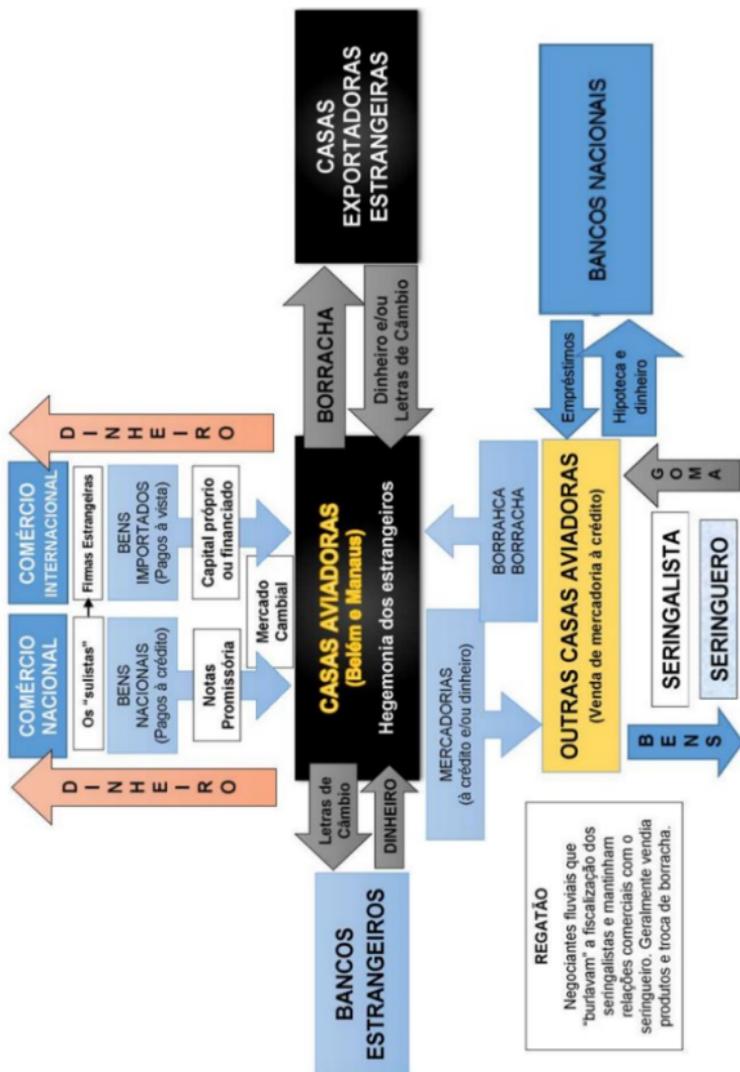
Fonte: Carneiro, 2014.

Esquema 5 - Sistema de Aviamento até meados dos anos 1880



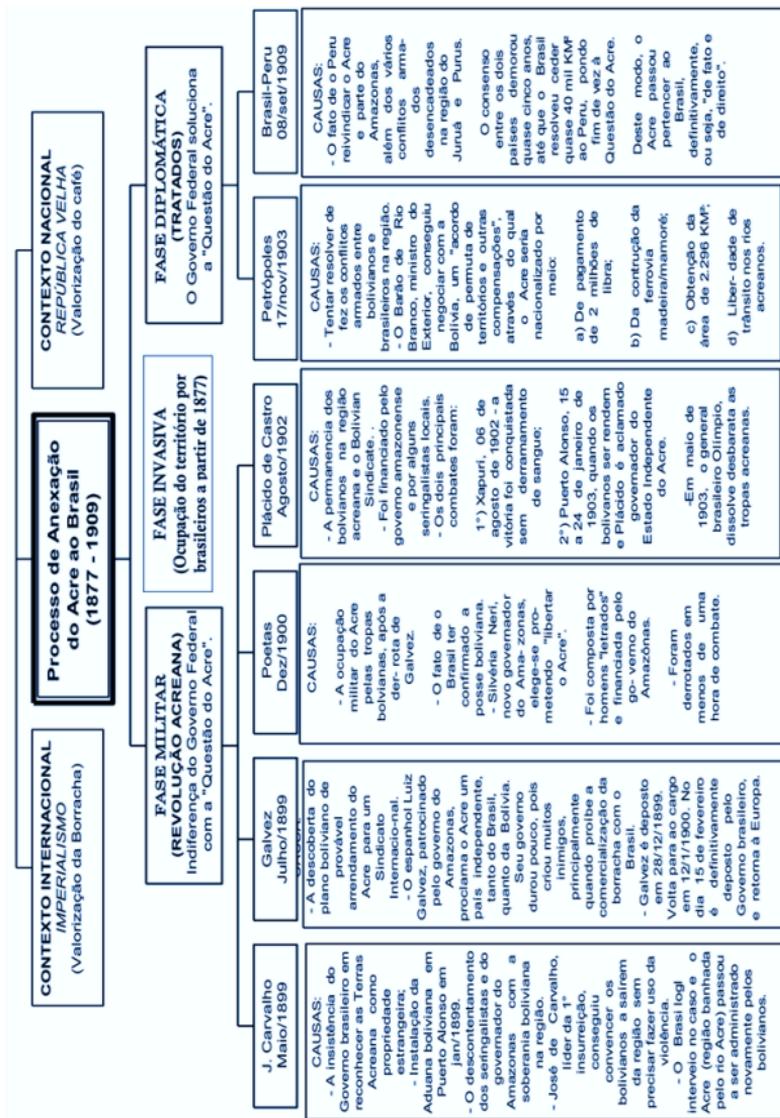
Fonte: Carneiro, 2014.

Esquema 6 – Sistema de Aviamento padrão entre 1900 a 1912



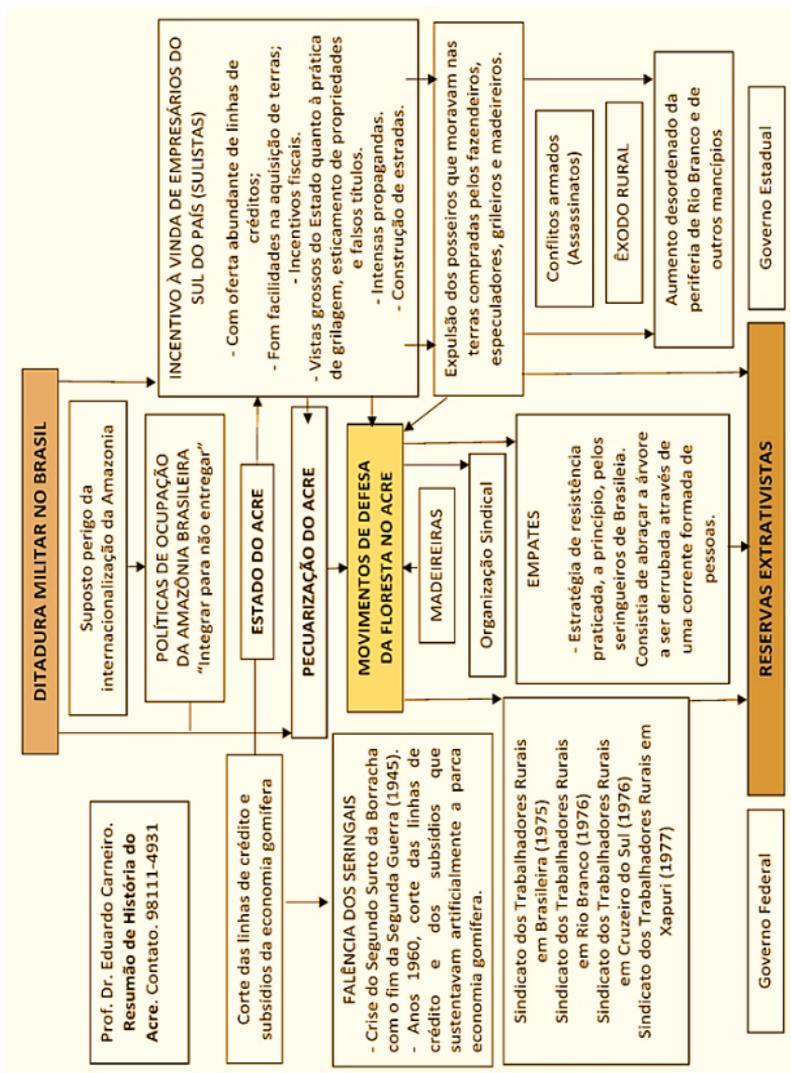
Fonte: Carneiro, 2014.

Esquema 7 – A anexação do Acre ao Brasil



Fonte: Carneiro, 2014.

Esquema 8 – A Ditadura Militar Brasileira e seus efeitos no estado do Acre



Fonte: Carneiro, 2014.

Tabela – Principais datas festivas e históricas

Principais datas festivas e históricas		
Estado e municípios	Eventos	Data
Acre	Início da Revolução Acreana	6 de agosto
	Término da Revolução Acreana	24 de janeiro
	Assinatura do Tratado de Petrópolis	17 de novembro
	Aniv. do nascimento de Plácido de Castro	7 de setembro
	Aniversário da morte de Plácido de Castro	11 de agosto
	Aniversário do Estado	15 de junho
Acrelândia	Aniversário da cidade	28 de abril
	Aniversário da cidade	14 de maio
Assis Brasil	Festa de N. S. do Perpétuo Socorro	31 de maio
	Festa folclórica	2ª semana de agosto
	Festival de praia	Julho a agosto
Brasiléia	Aniversário da cidade	3 de julho
	Festa de São Francisco	4 de outubro
	Festa de Nossa Senhora das Dores	17 de setembro
Bujari	Aniversário da cidade	28 de abril
	Festa de São João Batista - Padroeiro da Cidade	24 de junho
Capixaba	Aniversário da cidade	28 de abril
	Aniversário da cidade	28 de setembro
Cruzeiro do Sul	Início do Novenário de Nossa Senhora da Glória	6 de agosto
	Festa da Nossa Senhora da Glória	15 de agosto
	Consolidação da Soberania Nacional do Juruá	5 de novembro
Epitaciolândia	Aniversário da cidade	28 de abril
	Festa de São Sebastião	20 de janeiro
Feijó	Aniversário da cidade	21 de dezembro
	Festival do Açaí	Agosto
	Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	16 de julho
Jordão	Aniversário da cidade	28 de abril
	Festival Indígena Xina Bena (Huni Kui)	Maio
Mâncio Lima	Aniversário da cidade	30 de maio
	Festa de São Sebastião	20 de janeiro
Manoel Urbano	Aniversário da cidade	14 de maio
	Festival de praia	Julho e agosto

Principais datas festivas e históricas

Estado e municípios	Eventos	Data
Marechal Thaumaturgo	Aniversário da cidade	28 de abril
	Festival Indígena Piarentsi (Ashaninkas)	Junho
	Festival Indígena Corredor Pano (Kuntanawas)	Outubro
Plácido de Castro	Aniversário da cidade	30 de março
	Festa do Bom Jesus do Abunã	7 e 8 de julho
	Festival de praia	5, 6 e 7 de setembro
Porto Acre	Aniversário da cidade	24 de janeiro
	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	4º domingo de outubro
	Criação do município	28 de abril
Porto Walter	Aniversário da cidade	25 de junho
	Novenário de Nossa Senhora da Imaculada Conceição	29 de novembro a 8 de dezembro
Rio Branco	Feira da Expoacre	Julho
	Festival de Cultura Caipira	1ª semana de julho
	Festival Estudantil da Canção	Fim de outubro e início de novembro
	Aniversário de Rio Branco	28 de dezembro
Rodrigues Alves	Aniversário da cidade	28 de abril
Sena Madureira	Aniversário da cidade	25 de setembro
	Festa de Nossa Senhora da Conceição	8 de dezembro
	Cavallhada	7 a 25 de setembro
	Festival do Mandi	14 de setembro
Senador Guiomard	Aniversário da cidade	6 de maio
	Festa de Nossa Senhora das Graças	8 de junho
Santa Rosa do Purus	Aniversário da cidade	28 de abril
Tarauacá	Aniversário da cidade	24 de abril
	Festival de praia	Julho e agosto
	Novenário de São Francisco	26 de setembro
	Festival Indígena Yawa (Yawanawas)	Outubro
Xapuri	Aniversário da cidade	22 de março
	Festa de São Sebastião	20 de janeiro
	Semana Chico Mendes	Dezembro

Fonte: Fundação Elias Mansour.

Fonte: Acre, 2017.

O ACRE EM DEPARTAMENTOS

Evolução Político-Administrativa e Regional

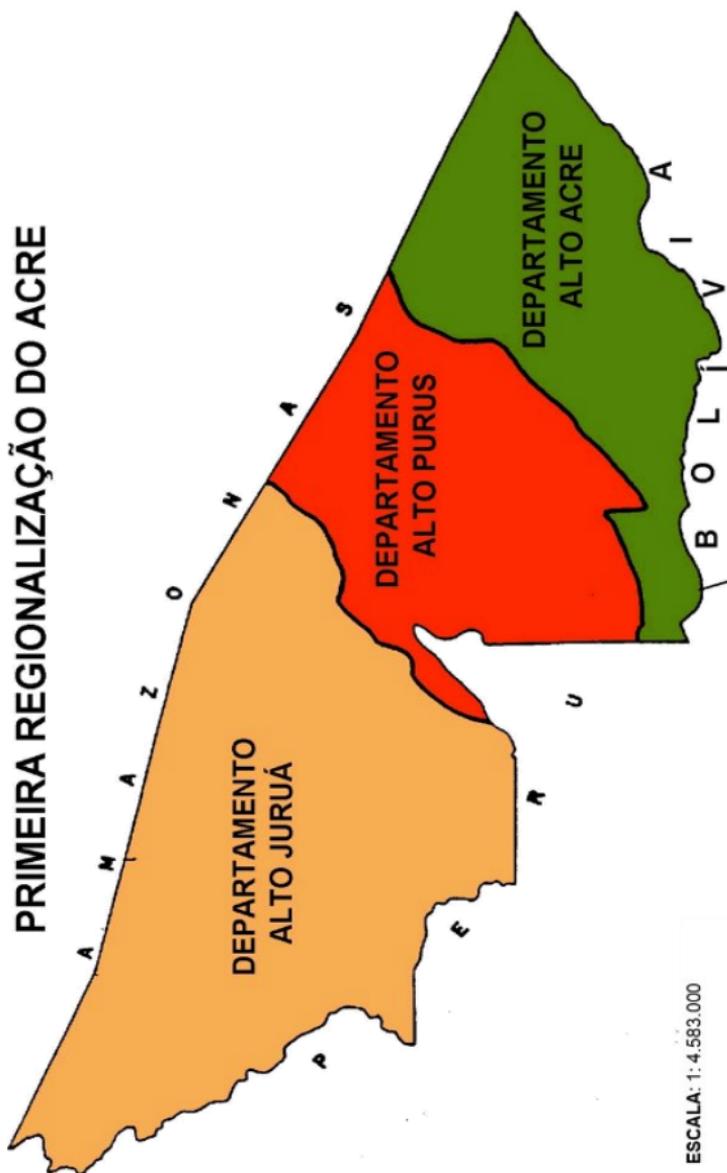
Após a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Governo Federal, através do Decreto n.º 5.188, de 07/04/1904, dividiu o território acreano em 03 Departamentos:

Departamento de Alto Acre

Departamento de Alto Purus

Departamento de Alto Juruá

Primeira Regionalização do Acre – 1904



Fonte: Decreto n.º 5.188, de 07/04/1904 [adaptado].

DE DEPARTAMENTOS A TERRITÓRIO

Segunda Divisão Política do Acre

Através do Decreto n.º 9.813, de 23 de outubro de 1912, ocorreu nova organização do território, que passou a ser dividido em 04 Departamentos:

Departamento do Alto Acre:

- Município de Rio Branco – Sede em Rio Branco.
- Município de Xapuri – Sede em Xapuri.

Departamento do Alto Purus:

- Município do Purus – Sede em Sena Madureira.

Departamento do Alto Juruá:

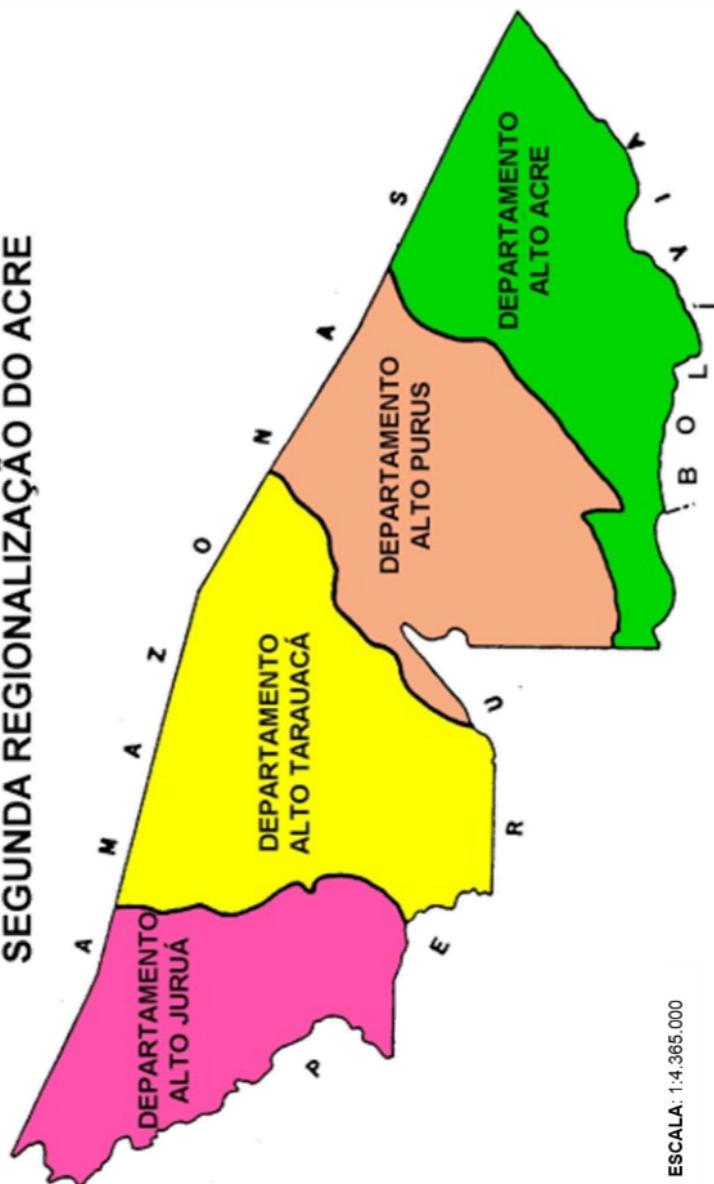
- Município do Juruá – Sede em Cruzeiro do Sul.

Departamento do Alto Tarauacá:

- Município de Tarauacá – Sede em Tarauacá.

Segunda Divisão Política do Acre – 1912

SEGUNDA REGIONALIZAÇÃO DO ACRE



Fonte: Decreto n.º 9.813, de 23/10/1912 [adaptado].

TERRITÓRIO DO ACRE (FASE 02)

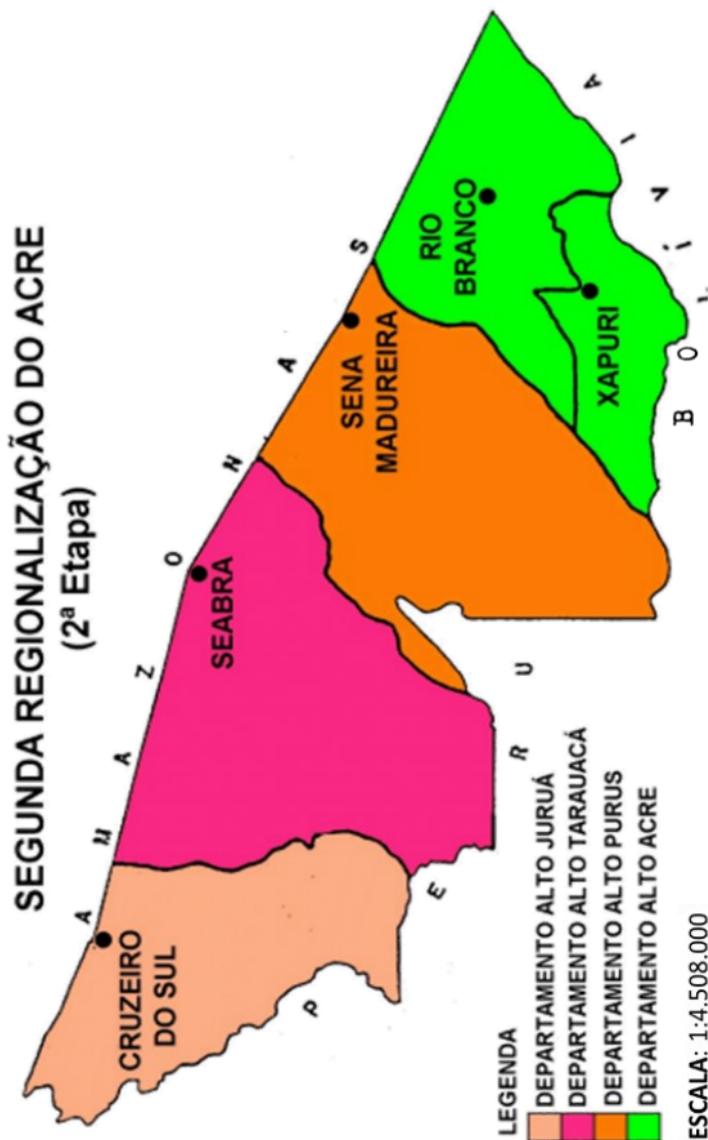
Primeira Regionalização Política do Acre

Ainda em 1912, pelo Decreto de n.º 9.831, de 23 de outubro, foram criados 05 municípios:

1. Cruzeiro do Sul (Alto Juruá)
2. Seabra (Vila Seabra, hoje Tarauacá)
3. Sena Madureira (Alto Purus)
4. Rio Branco (Alto Acre)
5. Xapuri (Alto Acre)

Primeira Regionalização Política do Acre - 1912

Segunda Regionalização do Acre (fase 02)



Fonte: Decreto n.º 9.831, de 23/10/1912 [adaptado].

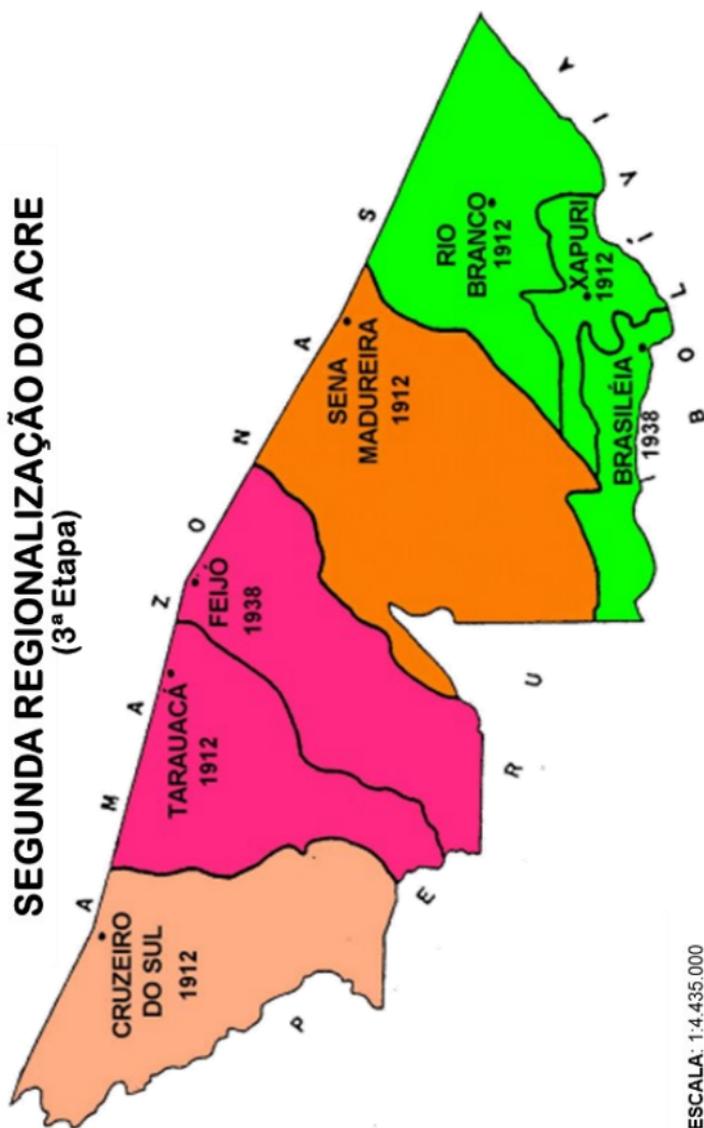
TERRITÓRIO DO ACRE

Segunda Regionalização Política do Acre

Em 1º de outubro de 1920, com o Decreto n.º 14.383, o Governo Federal extinguiu o Departamento e criou o Território do Acre. A cidade de Rio Branco foi escolhida para a Capital do Território, devido à sua localização mais próxima aos grandes centros do país.

O Decreto Lei n.º 968, de 21 de dezembro de 1938, criou dois novos municípios: Brasília (atual Brasiléia), desmembrado de Xapuri, e Feijó, desmembrado de Tarauacá.

Segunda Regionalização do Acre (fase 03)



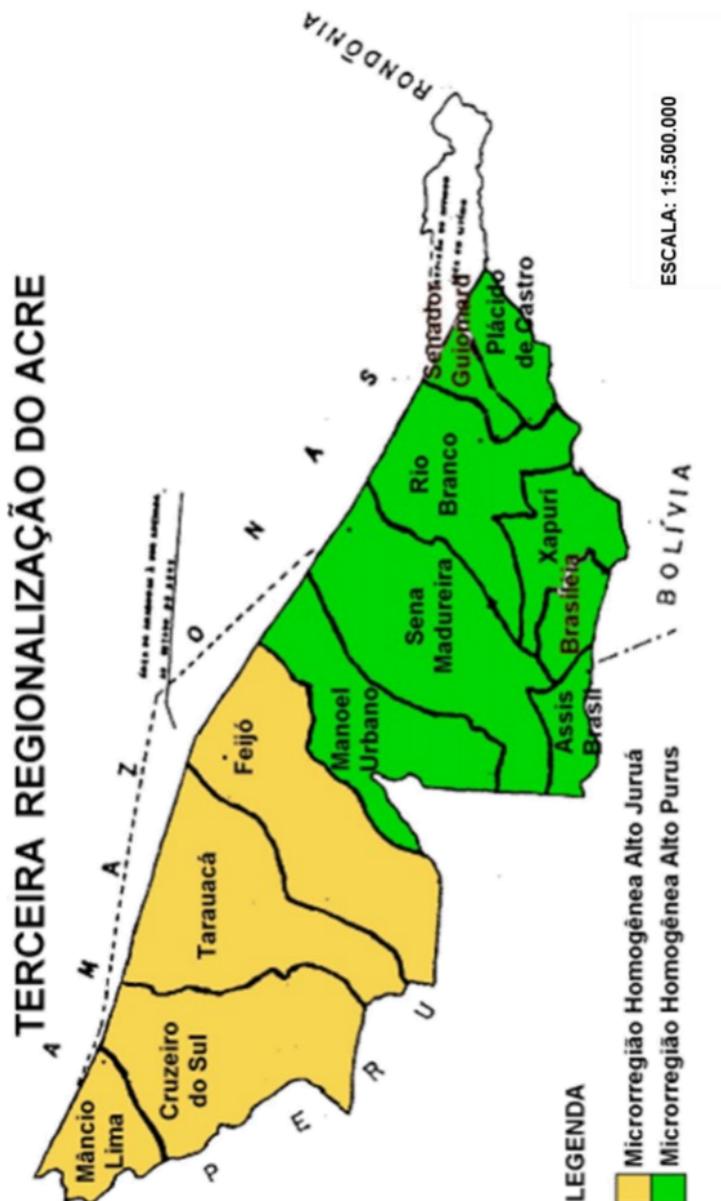
Fonte: Decreto n.º 14.383, de 01/10/1920 [adaptado].

ESTADO DO ACRE

Terceira Regionalização Política do Acre

Em 1976, com o Decreto Estadual de n.º 588, de 14 de maio, foram instalados mais 05 municípios: Assis Brasil, Manoel Urbano, Mâncio Lima, Plácido de Castro e Senador Guimard, ficando, assim, o Acre dividido em 12 municípios.

Terceira Regionalização do Acre



Fonte: Decreto Estadual de n.º 588, de 14/05/1976 [adaptado].

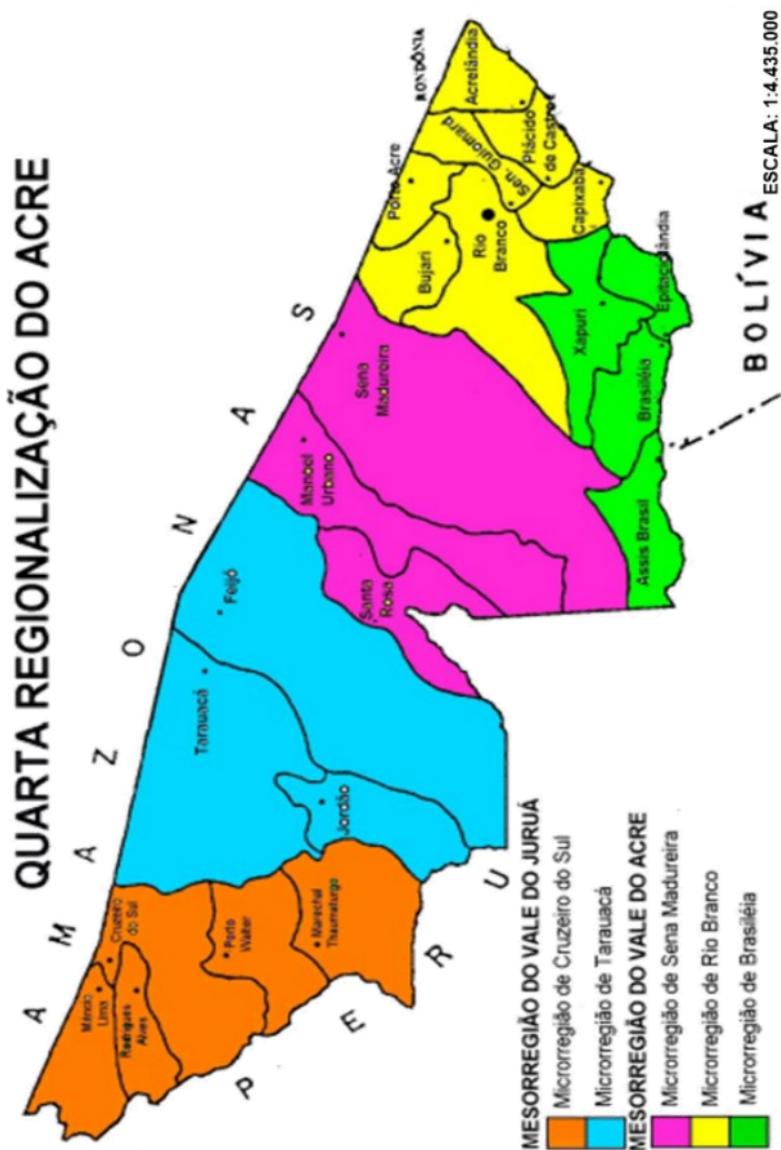
ESTADO DO ACRE

Quarta Regionalização Política do Acre

A sanção da Lei estadual n.º 1.025, de 28 de abril de 1992, após a decisão do povo, por meio de um plebiscito, autorizou por lei a instalação de 10 novos municípios: Acrelândia, Epitaciolândia, Capixaba, Santa Rosa, Marechal Taumaturgo, Porto Acre, Bujari, Rodrigues Alves, Jordão e Porto Walter.

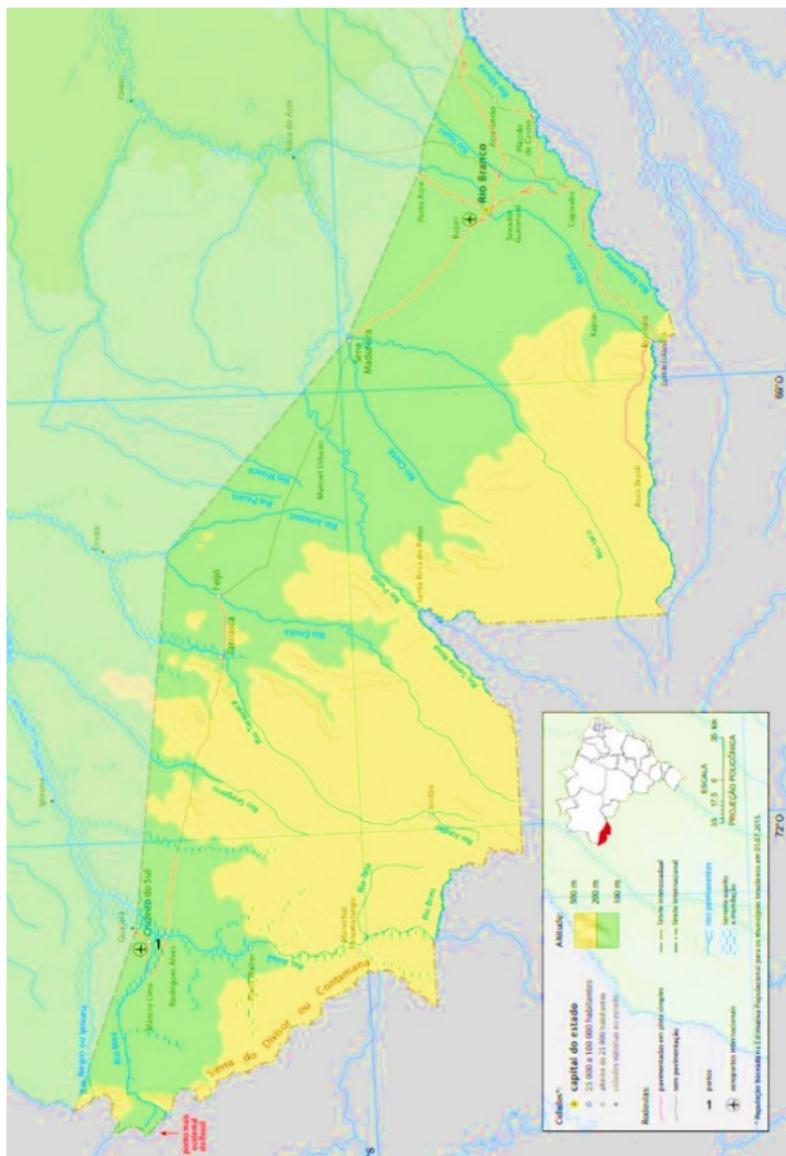
Atualmente, o Acre está dividido em 22 municípios.

Quarta Regionalização Política do Acre



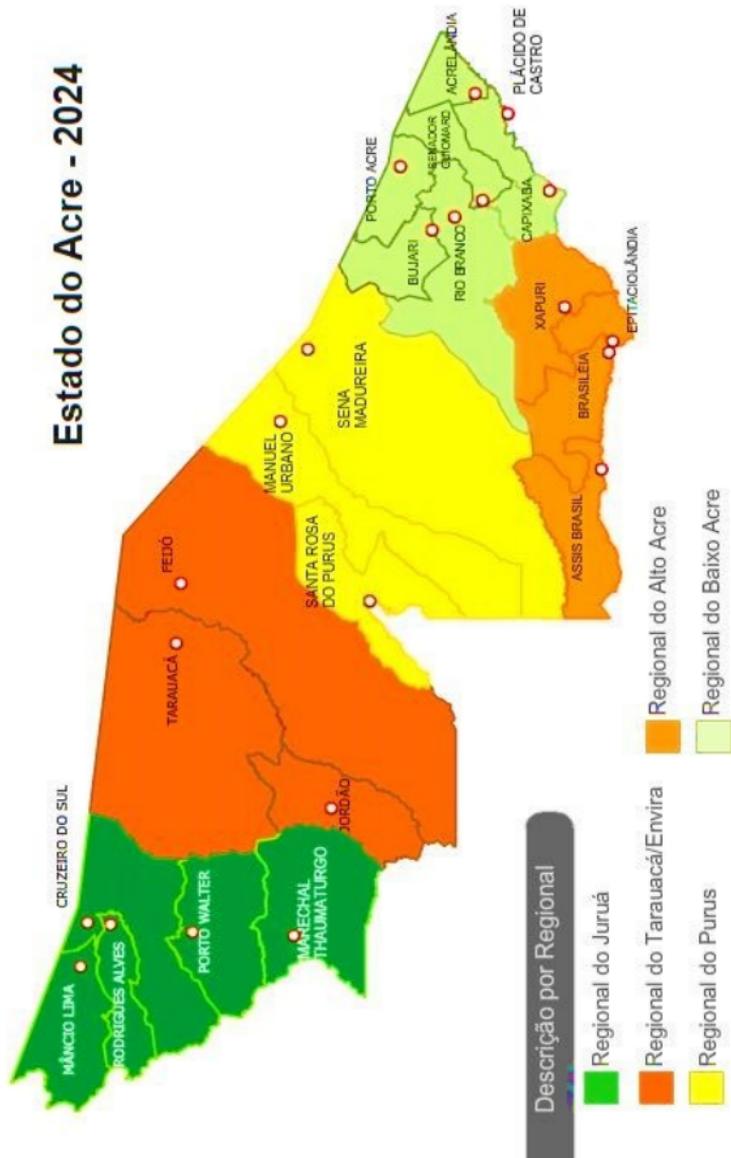
Fonte: Decreto n.º 5.188, de 28/04/1992 [adaptado].

Mapa do Estado do Acre – 2024



Fonte: IBGE, 2024, p. 158.

Mapa Político do Estado do Acre



Fonte: Memorial dos Autonomistas, 2024.

Bandeira do Acre (atual)



Fonte: Lei nº 1.170, de 22 de dezembro de 1995.

Decreto n. 2, de 15 de julho de 1899.

Resolução n. 5, de 24 de janeiro de 1921.

Lei nº 1.170, de 22 de dezembro de 1995.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

ACRE. **Acre em números 2017**. Rio Branco: Seplan, 2017.

ACUÑA, Cristobal. **Nuevo Descubrimiento del Grande Rio de las Amazonas**. Madri: 1641.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **A Amazônia: um pouco ante e além-depois**. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de território a estado – um olhar social**. São Paulo, 2006, 383f. PPG em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006.

BRASIL, Anuario do. **Atlas do Brasil em 23 postaes**. Rio de Janeiro: Artur Duarte Ribeiro, 1924.

BRASIL, Senado Federal do. **O tratado de limites Brasil-Peru**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2009.

BRASIL. **Decreto n.º 1.181**, de 25 de fevereiro de 1904. Autoriza o presidente da República a administrar provisoriamente o território reconhecido brasileiro, Território Independente do Acre, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia e dá outras providências. Rio de Janeiro. 1904.

BRASIL. **Lei n.º 4.070**, de 15 de junho de 1962. Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências. Brasília-DF, 1962.

CALIXTO, Valdir de Oliveira (org.). **Acre: uma história em construção**. 2 ed. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, 1985.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **“A Fundação do Acre”**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. 467 p. Tese. (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **História do Acre**: resumo para concurso. Rio Branco: EAC Editor, 2017.

CARVALHO, José Alberto Magno de. **Migrações internas na Região Norte**. Belém: SUDAM, 1974.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para a história do território do Acre. Brasília: Senado Federal, 2005.

FERNANDES, Jorge. **Negros na Amazônia acreana**. Rio Branco: Edufac, 2012.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **No tempo dos seringais**: o cotidiano o e a sociedade da borracha. 3 ed. São Paulo: Atual, 1997.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, [1955] 2004.

GÓES FILHO, Synezio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

IBGE. **O Brasil Indígena**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017.

KAXINAWÁ, Joaquim Paulo [et al.]. **Índios no Acre**: história e organização. Rio Branco: Comissão Pró-Índio, 2002.

LIMA, Manoel Ferreira. **O Acre**: seus aspectos físicos e geográficos, sócio-econômicos, históricos e seus problemas. V. 1. RBR (AC), 1982.

LIMA, Reginâmio B. **Sobre Terras e Gentes:** o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. **Ao sol carta é farol:** a luta pela posse das terras acreanas durante a ditadura militar. Goiânia / Rio Branco: Alta Performance / Edufac, 2024.

LIMA, Regineison Bonifácio de. **Acre:** um estado em construção e descontinuidades. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial.** 2 ed. Rio Branco: Edufac, 2017.

MOREL, Edmar. **A Amazônia Saqueada.** São Paulo: Global, 1984.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia:** modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séculos XVII ao XX). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro:** a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

PORRO, Antônio. **O Povo das Águas:** Ensaios de Etno-História Amazônica. São Paulo: EDUSP, 2004.

POSNANSKY, Artuhr. **Campanha del Acre**: La lancha “Iris”, aventuras y peregrinaciones. La Paz: Tipografia de “El Diário”, 1904.

POTIGUARA, José. **Terra Caída**. 3 ed. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1998.

RANZI, Alceu; PÄRSSINEN, Martti. **Os Geoglifos e a Civilização Aquiri**. Florianópolis: Editora Offício; Helsinque, Madrid: Fundação Ibero-Americana da Finlândia, 2021.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira**: a fronteira com as colônias espanholas. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SAMPAIO, Theodoro. **Atlas dos Estados Unidos do Brasil**. Salvador (BA): Reis & Cia., 1908.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia - 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiróz, 1980.

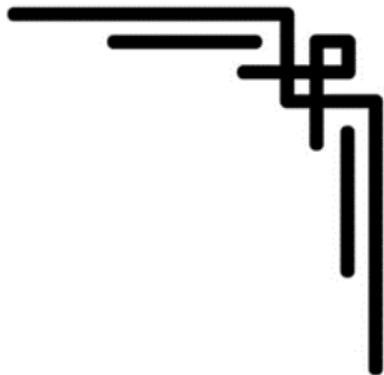
SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Presidente Prudente. Tese (doutorado em Geografia) FCT/Unesp. 2005.

SMITH, Anthony. **Os Conquistadores do Amazonas**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **A História do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco: Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

SOUZA, Márcio. **Galvez**: imperador do Acre. São Paulo: Marco Zero, 1995.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. V. I e II. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

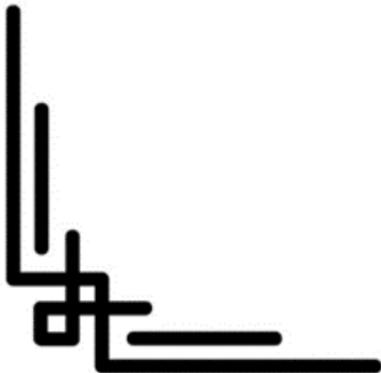


ORGANIZADORES

**Autores do Ensino Fundamental II,
Ensino Médio, Ensino Superior**

e

colaboradores



AUTORES E COLABORADORES

DOS 8º e 9º ANOS DO E. F. II – CAP/2014

Adrya Braun, Angela Maior, Bruna Queiroz, Brunna Souza, Chrislyne Reis, Diego Cavalcante, Dislan Melo, Gabriela Yanai, Geovana Silva, Gessinaldo Junior, Hellen Freitas, Laura Carneiro, Luana Rocha, Ludmila Gomes, Mirian Abreu, Paulo Silva, Pedro Santos, Raquel Lima, Rayane Santos, Sarah Lima, Thaís Costa.

AUTORES DOS TEXTOS

E RECORTES 2023 E 2024

Autores colaboradores do 9º ano do E.F. II e do 2º ano do E. M. do CAP/2023

Adriane Maria de Almeida Cândido,
Ana Beatriz da Silva Jácome,
Ana Clara Ribeiro de Sousa,
Ana Ester Rocha da Cunha,
Ana Gabrielle Marques Marinheiro,
Ana Júlia Oliveira da Silva,
Anne Lenise Oliveira Fontenele,
Auana Matos dos Reis
Brendha Rebeca Pereira Freitas,
Eduarda Letícia Azevedo de Souza,
Eloá Vieira Lima,
Emanuelle Carvalho Ferreira do Nascimento,

Gabriel Afonso Alves,
Gabrielly Rocha Ferraz Reginato,
Geovana Sofia Silva Araújo,
Heitor Vinícius de Lima Santos,
Hiasmin Silva Galvão,
Isabella Cristina Messias de Araújo,
Jessica Sabriny dos Santos Souza,
John Pedro da Costa Carvalho,
João Gabriel da Silva Sousa,
João Raphael Menezes Brasil,
João Vitor da Silva Ferreira,
Katharina Rodrigues Klein,
Kennedy Aragão Jerônimo,
Ketlyn Christyne Oliveira Maciel,
Letícia Viana Abud,
Lis Mendonça de Albuquerque,
Lucas Costa Rodrigues,
Luiza Moreno Machado Aquino,
Luenna Victória Pereira Alves,
Maria Clara da Silva Castro,
Maria Letícia Ferreira de Castro,
Melissa Xavier dos Reis,
Miguel Zampiva de Oliveira Franco,
Rhian Kaleb Souza Santos,
Ricardo Henrique da Silva Barbosa,
Sara Neves Oliveira,
Sophia Santos Assen,
Thalisson Cavalcante Lima.

COLABORADORES DO 9º ano E.F. II

E do 2º do E. M. – CAp 2023

Adriane, Adriely, Amanda, Ana Beatriz, Ana Clara, Ana Julia, Ana Ketlen, Ana, Anne, Anthony, Auana, Brendha, Caio, Camilly, Cristiano, Davi, David, Dávila, Diego, Eduarda, Eduardo, Eloá, Emanuelle, Enzo, Evelyn, Gabriel, Gabrielly, Geovana, Gutemberg, Hannah, Heitor, Hiasmin, Hillary, Iann, Inauan, Isabella, Jessica, John, Jhulia, João Gabriel, João Guilherme, João Miguel, João Vitor, João, Jotaherre, Kamyle, Katharina, Katlein, Kauã, Kayke, Kayky, Kennedy, Ketlyn, Léo, Letícia, Lis, Lucas, Ludmila, Luenna, Luis, Luiza, Lyann, Marcos, Maria, Mateus, Melissa, Miguel, Natália, Paulo, Pedro, Rafael, Rebeca, Renan, Rhian, Ricardo, Ronald, Sara, Serena, Sophia, Thalisson, Victória, Vinícius, Wellington, Yasmin e, Yuan.

Reginâmio Bonifácio de Lima

Cientista, teólogo e literata. É Professor de História na Universidade Federal do Acre (desde 2013). Autista, negro e sonhador. Pós-Doutor em Patrimônio Histórico e Cultural (PUCRS – 2024). Doutor em História (PUCRS – 2023). Doutor em Teologia (FATEBOM – 2005). Licenciado em História (Ufac – 2001). Membro da Academia Brasileira Virtual de Letras (desde 2008). Sócio efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (desde 2013). Vice Coordenador da 22ª SBPC Jovem (2014). Membro da Academia Acreana de Letras (desde 2015). Pesquisador do Laboratório de Estudos Educacionais e Humanísticos Aplicados da Ufac (desde 2015). Editor de três revistas científicas “Qualis A”. Pesquisador do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da PUCRS (desde 2021). Embaixador da ONBH (2024). Líder do Grupo de Pesquisa Sobre Terras e Gentes, ligado ao CNPq.



E-mail: reginamio.lima@ufac.br.

Reginâmio Lima é o autor de várias obras, dentre as quais: Da morte para a vida (1993); Sobre Terras e Gentes (2006; 2020); O Sermão da Montanha (2006; 2010); Retorno à Santidade (2006; 2010); Habitantes e Habitat (2007; 2009); Habitantes e Habitat: a expansão da fronteira (2007); Proerd Rio Branco (2007); Proerd Acre (2008); Memórias de Velhos (2008; 2020); Habitantes e Habitat: Vila do Incra e Porto Acre (2009); Contos e Poesias de Minha Terra (2009); O Monte: em busca do Altíssimo (2010); Israel: testemunhas do reino (2010); Jesus: a missão do Cristo (2010); Matriz curricular para a formação da Guarda Mirim (2013); Uma História do Acre em Retalhos (2014; 2022; 2023, 2024); Literacia: ler, sonhar, viajar (2018); Foi assim (2019); A saga do herói (2019); O livro: da ideia à publicação (2021); Memorial 40 anos do Colégio de Aplicação da Ufac (2021); Caminhos da Educação (2021); Poesias de Amor, desalento e acalanto (2022); Pedra Cinza (2023); Ao sol carta é farol (2024); Uma história do Acre em retalhos (2025); Uma geografia do Acre para estudantes (2025); Uma história do Acre para estudantes (2025); e, dezenas de capítulos de livros e artigos científicos publicados.

Eduardo de Araújo Carneiro

Historiador, poeta, economista e editor. É Professor Associado de História na Universidade Federal do Acre (desde 2008). É Pós-Doutor em História (UFAM – 2020); é Doutor em Estudos Linguísticos (UNESP – 2019); é Doutor em História Social (USP – 2014); é Mestre em Linguagem e Identidade (UFAC – 2008); é Bacharel em Economia (UFAC – 2014); é Licenciado em História (UFAC - 2002). É Membro da Academia Acreana de Letras. Carioca criado no Acre, foi agraciado com o Título de "Cidadão Acreano", em 2022. Recebeu Diploma de Mérito Cultural das duas mais importantes entidades literárias do Acre: Academia Acreana de Letras e Sociedade Literária Acreana. Membro dos Grupos de Pesquisa GESCAM e STG.

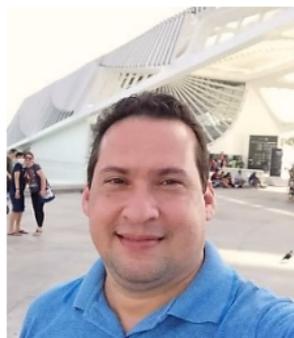


E-mail: eduardo.carneiro@ufac.br.

Eduardo Carneiro é o autor de várias obras, dentre as quais: Uma história do Acre para estudantes (2025); História euro moderna: textos básicos (2022); Não foi Revolução nem acreana (2022); Poesias de amor (2019); O Acre é do Amazonas? Um estudo sobre polêmica discursiva (2019); Historiografia acriana: resumos (2018); História do Acre: resumo para concurso (2017); Poesias noturnas (2017); Poesias diurnas (2017); Acreanismo e comemorações cívicas (2017); O discurso fundador do Acre(ano): história & linguística (2016); A formação da sociedade econômica acriana: sangue e lodo no surto da borracha (2015); A fundação do Acre: uma história revisada da anexação (2015); A epopeia do Acre e a manipulação da história no Movimento Autonomista e no Governo da Frente Popular (2015); O patriotismo no Manifesto dos Chefes da Revolução Acreana (2009); além de capítulos de livros e artigos científicos publicados.

Regineison Bonifácio de Lima

Historiador e Educador. É Professor de História na Universidade Federal do Acre. Mestre em Ciências da Educação (SESA – 2021); Especialista em Docência do Ensino Superior e Teologia (FACUMINAS – 2023);



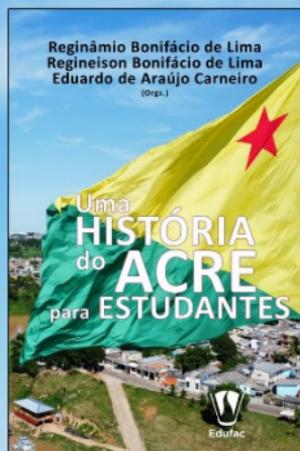
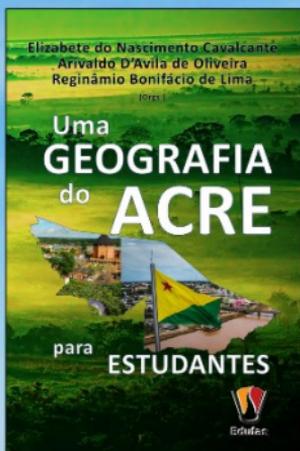
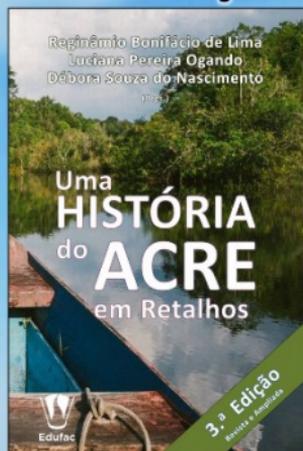
Especialista em Ciências da Religião (2012); Especialista em Bíblia: texto e contexto (STK – 2009); Licenciado Pleno em História (Ufac – 2008); Bacharel em História (Ufac – 2008). Pesquisador do Laboratório de Estudos Educacionais e Humanísticos Aplicados da UFAC (desde 2016). Já atuou como professor de História do Ensino Fundamental II e Ensino Médio nas redes particular, municipal, estadual e federal de ensino. Supervisor do Pibid. Coordenador da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do CAp/Ufac. É vice-líder do Grupo de Estudos Socioculturais da Amazônia – Gescam.

E-mail: regineison.lima@ufac.br.

Regineison Lima é o autor de várias obras, dentre as quais: Uma história do Acre para estudantes (2025); O livro: da ideia à publicação (2021); Caminhos da educação: trajetórias, desafios e perspectivas nos 40 anos do Colégio de Aplicação da Ufac (2021); Residência e Moradia: A busca por moradia chega à Bahia Nova (2020); Saberes Amazônicos: trajetórias e vivências educacionais do Gescam (2020); Acre: um estado em construção e descontinuidades (2019); Habitantes & Habitat: Vila do Incra e Porto Acre (2009); Vidas y caminos de los trabajadores del Pueblo Incra y Puerto Acre (2015); E Então Virá o Fim... O Sermão Profético a partir de uma Perspectiva Reformada (2009); Habitantes e Habitat: Vila do Incra e Porto Acre; além de capítulos de livros e artigos científicos publicados.



Coleção “O Acre em recortes”



Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Rubem Alves.



ISBN 978-65-88975-93-0

